

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**FERNANDO PREUSSER DE MATTOS**

**O BRASIL NO DEBATE ESTRATÉGICO FRANCO-ALEMÃO**

UMA ANÁLISE DO DISCURSO DOS PRINCIPAIS *THINK TANKS* DA ALEMANHA E DA FRANÇA A RESPEITO DA INSERÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL (2003-2014)

**Porto Alegre**

**2016**

**FERNANDO PREUSSER DE MATTOS**

**O BRASIL NO DEBATE ESTRATÉGICO FRANCO-ALEMÃO**

UMA ANÁLISE DO DISCURSO DOS PRINCIPAIS *THINK TANKS* DA ALEMANHA E DA FRANÇA A RESPEITO DA INSERÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL (2003-2014)

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Munhoz Svartman

**Porto Alegre**

**2016**

### CIP - Catalogação na Publicação

Preusser de Mattos, Fernando

O Brasil no Debate Estratégico Franco-Alemão: uma análise do discurso dos principais think tanks da Alemanha e da França a respeito da inserção internacional do Brasil (2003-2014) / Fernando Preusser de Mattos. -- 2016.

104 f.

Orientador: Eduardo Munhoz Svartman.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Inserção internacional. 2. think tanks. 3. análise de discurso. 4. Alemanha. 5. França. I. Munhoz Svartman, Eduardo, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**FERNANDO PREUSSER DE MATTOS**

**O BRASIL NO DEBATE ESTRATÉGICO FRANCO-ALEMÃO**

UMA ANÁLISE DO DISCURSO DOS PRINCIPAIS *THINK TANKS* DA  
ALEMANHA E DA FRANÇA A RESPEITO DA INSERÇÃO INTERNACIONAL  
DO BRASIL (2003-2014)

Dissertação submetida ao Programa de  
Pós-Graduação em Ciência Política da  
Universidade Federal do Rio Grande do  
Sul como requisito parcial para obtenção  
do título de Mestre em Ciência Política.

Aprovada em: Porto Alegre, 17 de março de 2016.

---

Prof. Dr. Eduardo Munhoz Svartman – Orientador (participação por videoconferência)

UFRGS

---

Prof. Dr. Paulo Sérgio Peres – Presidente da Banca Examinadora

UFRGS

---

Prof. Dr. Carlos Schmidt Arturi

UFRGS

---

Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva

UFRGS

---

Prof. Dr. Fabiano Pellin Mielniczuk

ESPM-Sul

*À minha avó Lola, in memoriam*

*Friede, mein Herz, laß die Zeit  
für das Scheiden süß sein.  
Laß es nicht Tod sein, sondern  
Vollendung.  
Laß Liebe in Erinnerung schmelzen und  
Schmerz in Lieder.*

*Rabindranath Tagore -- Friede, mein Herz*

## AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política agradeço a estrutura, os profissionais e o ensino de excelência oferecidos durante os dois anos de estudo e pesquisa no curso de Mestrado em Ciência Política. Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) o apoio financeiro concedido à pesquisa nesse período.

Agradeço especialmente ao Prof. Dr. Eduardo Munhoz Svartman a orientação dedicada e atenciosa disponibilizada ao longo da pesquisa, bem como todo o apoio e a confiança depositados desde a graduação. Agradeço aos colegas de pesquisa Luciana Wietchikoski, Dilceu Pivatto e André França, que compartilharam dúvidas e desafios e contribuíram com o desenvolvimento deste trabalho desde o início.

Ao grande amigo Ricardo Leães agradeço muito a atenção, o companheirismo e o apoio com que sempre pude contar.

Sou imensa e apaixonadamente grato à Isadora Basso por ter feito deste o melhor tempo do meu ano, o melhor ano do meu tempo.

Aos meus pais Christine e Marcelo e ao meu irmão Eduardo devo tudo o que tenho e ofereço tudo o que sou.

## RESUMO

As iniciativas de política externa, de defesa e de segurança que compõem a inserção internacional do Brasil no período 2003-2014 repercutiram nas relações do país com as grandes potências, suscitando uma intensa produção discursiva que busca traduzir o significado da recente inserção internacional do país e informar estratégias que possam dar conta das demandas de um novo relacionamento com o Brasil. Nesse contexto, há um conjunto de instituições de importância crescente, cujas práticas, representações e discursos precedem, informam e pretendem influenciar os processos de definição de agenda, formulação de política e tomada de decisão no âmbito das políticas externa, de defesa e de segurança, sobretudo das grandes potências: os *think tanks*, instituições dedicadas à produção e à articulação de conhecimentos voltados a políticas públicas de âmbito doméstico e internacional. Assim, o problema de pesquisa que orienta o trabalho refere-se ao seguinte questionamento: como os principais *think tanks* que buscam influenciar as formulações estratégicas para as políticas externa, de defesa e de segurança na Alemanha e na França têm representado a inserção internacional recente do Brasil e o papel desempenhado pelo país no seu entorno estratégico? O objetivo geral da dissertação é, portanto, fornecer uma análise do discurso acerca da inserção internacional recente do Brasil (2003-2014) veiculado por publicações selecionadas dos quatro principais *think tanks* da Alemanha e da França. O trabalho lança mão da fundamentação teórico-metodológica da análise de discurso pós-estruturalista e busca sustentar a tese de que é possível depreender da análise das publicações selecionadas um conjunto de discursos básicos que estruturam as principais representações desses atores sobre a recente inserção internacional do Brasil, dentre os quais se destacam o discurso da inovação diplomática, do ineditismo e do *soft power* socioeconômico dos governos Lula; o discurso do reformismo moderado, que associa as identidades de “*parceiro responsável*” e “*líder pragmático*” ao Brasil, em contraposição ao “*radicalismo*” e ao “*populismo*” da Venezuela; e o discurso da pretensão de projeção global de poder.

**Palavras-chave:** Inserção internacional, análise de discurso, *think tanks*, Alemanha, França, política externa, política de defesa, política de segurança, entorno estratégico brasileiro.

## ABSTRACT

Brazil's foreign, defense and security policies between 2003-2014 affected its relations with the great powers, raising a variety of discourses that seek to translate the country's recent international insertion and inform strategies that may cope with the demands of a new relationship with Brazil. In this context, there is a set of increasingly important institutions whose practices, representations and discourses precede, inform and seek to influence agenda setting, as well as policy and decision making processes in the fields of foreign, defense and security policies, especially of great powers: think tanks, institutions whose activities are mainly focused on producing and engaging knowledge on domestic and international public policies. The research problem orienting this monograph is, thus, the following: how do the most important foreign, defense and security policy think tanks in Germany and France represent Brazil's recent international insertion and the role it plays in its regional surrounding area? The main aim of this project is, therefore, to offer an analysis of the discourse on Brazil's recent international insertion (2003-2014) produced and disseminated by four of the most important think tanks in Germany and France. The monograph adopts post-structuralist discourse analysis as its theoretical and methodological foundation and lays out the argument that the analysis of selected think tanks' publications reveals a set of basic discourses structuring key-representations of identity attributed to Brazil. Among them, three basic discourses are highlighted throughout the discussion: Lula's diplomatic innovation and socioeconomic soft power discourse; the moderate reformism discourse, which links the identities of a "*responsible partner*" and "*pragmatic leader*" to Brazil in opposition to the "*radicalism*" and "*populism*" attributed to Venezuela; last but not least, the discourse on Brazil's alleged claim to global power projection.

**Keywords:** International insertion, discourse analysis, think tanks, Germany, France, foreign policy, defense policy, Brazilian strategic interest surrounding area.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
1.1 Ascensão das potências emergentes, estratégias e discursos das grandes potências.....	12
1.2 Problema de pesquisa, objetivos, fundamentação teórico-metodológica e estrutura.....	17
<b>2. INTRODUÇÃO À PESQUISA SOBRE <i>THINK TANKS</i>.....</b>	<b>22</b>
2.1 Definições e áreas de pesquisa.....	22
2.2 Espaço dos <i>think tanks</i> na Alemanha e na França.....	27
2.2.1 Alemanha: SWP e DGAP.....	29
2.2.2 França: IFRI e FRS.....	38
<b>3. UMA ANÁLISE DO DISCURSO DOS PRINCIPAIS <i>THINK TANKS</i> DA ALEMANHA E DA FRANÇA A RESPEITO DA INSERÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL (2003-2014).....</b>	<b>46</b>
3.1 Análise de discurso pós-estruturalista e o corpus da pesquisa.....	46
3.2 Representações-chave e discursos básicos.....	53
3.2.1 O discurso da inovação diplomática, do ineditismo e do <i>soft power</i> socioeconômico dos governos Lula.....	55
3.2.2 O discurso do reformismo moderado.....	62
3.2.3 O discurso da pretensão de projeção global do Brasil.....	68
<b>4. CONCLUSÃO.....</b>	<b>81</b>
<b>5. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>86</b>
<b>ANEXO 1 – Posição e categorias dos principais <i>think tanks</i> da Alemanha e da França segundo o <i>Global Go To Think Tank Index Report</i> (2008-2014).....</b>	<b>96</b>
<b>ANEXO 2 – Corpus textual e discursivo da pesquisa – publicações selecionadas.....</b>	<b>100</b>

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – <i>Think tanks</i> no espaço social.....	26
Figura 2 – Circuitos da comunicação científica internacionalista e de segurança .....	41
Figura 3 – Modelo de pesquisa: representações dos principais <i>think tanks</i> da Alemanha e da França a respeito da inserção internacional do Brasil.....	52

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALBA-TCP	Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos
BID	Base Industrial de Defesa
CAPS	<i>Centre d'analyse, de prévision et de stratégie</i>
CERI	<i>Centre de Recherches Internationales</i>
CREST	<i>Centre de Recherches et d'Études sur les Stratégies et les Technologies</i>
CEBRI	Centro Brasileiro de Relações Internacionais
CELAC	Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CASA	Comunidade Sul-Americana de Nações
CSFRS	<i>Conseil pour la formation et la recherche stratégiques</i>
CDS	Conselho de Defesa Sul-Americano
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
COSIPLAN	Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento
DGAP	<i>Deutsche Gesellschaft für Auswärtige Politik e. V. – German Council on Foreign Relations</i>
DIW Berlin	<i>Deutsches Institut für Wirtschaftsforschung</i>
EUA	Estados Unidos da América
END	Estratégia Nacional de Defesa
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FRS	<i>Fondation pour la Recherche Stratégique – Foundation for Strategic Research</i>
FED	<i>Fondation pour les études de défense</i>
UNIFIL	Força Interina das Nações Unidas no Líbano
FTM	Força-Tarefa Marítima
FOCEM	Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul
GIGA	<i>German Institute of Global and Area Studies</i>
HWWA Hamburg	<i>Hamburgische Welt-Wirtschafts-Archiv</i>
IIRSA	Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul- Americana
IRSEM	<i>Institut de Recherche Stratégique de l'École Militaire</i>

IRIS	<i>Institut de Relations Internationales et Stratégiques</i>
IFRI	<i>Institut Français des Relations Internationales - French Institute of International Relations</i>
IfW	<i>Institut für Weltwirtschaft an der Universität Kiel</i>
IFSH	<i>Institute for Peace Research and Security Policy – Institut für Friedensforschung und Sicherheitspolitik an der Universität Hamburg</i>
IP	<i>Internationale Politik</i>
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MAS	<i>Movimiento al Socialismo</i>
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONGs	Organizações Não Governamentais
PT	Partido dos Trabalhadores
PRIF/ HSFK	<i>Peace Research Institute Frankfurt – Leibniz-Institut Hessische Stiftung Friedens- und Konfliktforschung</i>
PRIO	<i>Peace Research Institute Oslo</i>
PDN	Política de Defesa Nacional
PROSUB	Programa de Desenvolvimento de Submarinos
PRM	Programa de Reparcelamento da Marinha
PNM	Programa Nuclear da Marinha
SWP	<i>Stiftung Wissenschaft und Politik – German Institute for International and Security Affairs</i>
SIPRI	<i>Stockholm International Peace Research Institute</i>
SPNB	Submarino de Propulsão Nuclear Brasileiro
SNA	Submarinos Nucleares de Ataque
SNLMB/SSBN	Submarinos Nucleares Lançadores de Mísseis Balísticos
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
UE	União Europeia

## 1. INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

### 1.1 Ascensão das potências emergentes, estratégias e discursos das grandes potências

Algumas das principais dinâmicas do sistema internacional nas primeiras décadas do século XXI têm sido evidenciadas por alterações na distribuição do poder econômico mundial, pelo declínio do poder relativo dos Estados Unidos da América (EUA) e da Europa ocidental como centros hegemônicos do sistema e pela pressão das potências emergentes por maior participação na política internacional e maior influência sobre as instituições e os atores que definem a governança global. Nesse contexto, assumem relevância as diferentes iniciativas de balanceamento brando (*soft balancing*), barganha e negociação *vis-à-vis* às potências tradicionais levadas a cabo pelas potências emergentes, sobretudo por países como China, Índia e Brasil. A postura de balanceamento por parte dos emergentes ocorre, principalmente, por meio da formação de coalizões de geometria variável, ou redes intergovernamentais de política externa – tais como a iniciativa BRICS, o G-20 e o Fórum IBAS, por exemplo –, pelo protagonismo em processos de regionalismo e integração regional e por uma inserção internacional mais ativa, reivindicatória e reformista em relação ao *status quo* (NARLIKAR, 2013; KAHLER, 2013; FLEMES; SARAIVA, 2014).

No caso do Brasil, e à semelhança de outras potências emergentes, pode-se observar, ao longo da última década e meia, a ampliação e o aprofundamento de sua inserção internacional a partir do entorno regional, em um movimento ao qual, progressivamente, se aliaram a reformulação do conceito de região a ser integrada segundo o discurso diplomático brasileiro e da representação acerca da identidade internacional do país, compreendida, cada vez mais, como *sul-americana*<sup>2</sup>. Algumas das iniciativas inauguradas ainda na presidência de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e, principalmente, a política externa conduzida nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-) inserem-se nesse contexto.

---

<sup>1</sup> Parte desta dissertação foi apresentada no Simpósio de Relações Internacionais (SimpORI) do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas UNESP/UNICAMP/PUC-SP, em São Paulo, no dia 10/11/2015, sob o título de “*A inserção internacional do Brasil segundo os principais think tanks da França (2003-2015)*”. Partes do segundo capítulo e da seção dedicada ao estudo dos principais *think tanks* da França constam originalmente na versão preliminar apresentada no evento.

<sup>2</sup> Svartman, Mattos e Duque Estrada (2016, no prelo) propõem uma discussão a respeito da lenta construção da identidade sul-americana do Brasil a partir da análise dos discursos brasileiros nas sessões ordinárias da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) desde a redemocratização (1985-2015).

Ao longo da década de 2000, portanto, as iniciativas de regionalismo tomaram proporções inéditas com a criação da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), ainda em 2000, da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), em 2004, do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM), da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e do seu Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), ambos ratificados em 2008. Em 2009, instituiu-se, também no âmbito da UNASUL, o Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN), quando se decide pela substituição do Comitê de Direção Executiva da IIRSA por um conselho reunindo ministros dos países membros<sup>3</sup> (FLEMES, 2010, 2013; FLEMES; COOPER, 2013; LIMA, 2013).

Em 2010, a criação da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), assumindo as tarefas do Grupo do Rio, conferiu uma dimensão nova ao regionalismo latino-americano e caribenho, parecendo fugir, de certa forma, à transição por que vinha passando a identidade integracionista da diplomacia brasileira no período, cada vez mais sul-americana, tanto no discurso quanto na prática. Enquanto tentativa de ampliar os limites do regionalismo para além da sub-região sul-americana, todavia, a iniciativa seria funcional ao Brasil, conforme Lima (2013), pois legitimaria a participação do país em “coalizões de geometria variável” envolvendo os demais países latino-americanos.

Com relação às iniciativas de balanceamento brando levadas a cabo no período, Flemes e Saraiva (2014, p. 216-224) argumentam ter havido, ao longo dos mandatos de FHC, uma “convicção diplomática [...] nos regimes internacionais”, cuja adesão era compreendida como “forma de limitar a atuação das potências estabelecidas, gestoras dessas instituições, uma vez que as regras do jogo internacional deveriam ser seguidas por todos os países incluindo os mais ricos”. Nos dois governos Lula, por sua vez, passava a se destacar o “comportamento proativo com vistas a incidir nesses regimes através de táticas de *soft balancing* em favor dos países do sul ou em benefício próprio” (FLEMES; SARAIVA, 2014, p. 224). A partir do primeiro mandato de Dilma Rousseff, a atuação do país nos mecanismos de *soft balancing* perdeu impulso, vendo-se reduzido também o empenho presidencial em participar de fóruns internacionais, configurando-se

---

<sup>3</sup> A respeito dos projetos desenvolvidos pelo Cosiplan, Cervo e Lessa (2014, p. 140) afirmam: “Em 2013, de aproximadamente 600 projetos de infraestrutura na carteira do Cosiplan, 14% estavam concluídos e 30% em execução. Quase tudo se fazendo sob parceria brasileira público-privada”.

o que os autores chamam de “manutenção descendente da participação brasileira nas redes” (FLEMES; SARAIVA, 2014, p. 230).

Aliadas a esses desenvolvimentos, a formulação de um eixo normativo básico da defesa nacional<sup>4</sup> e a definição de um *entorno estratégico brasileiro* pela Política de Defesa Nacional (PDN) de 2005 – posteriormente reformulado como *entorno geopolítico imediato* pelo Livro Branco de Defesa Nacional de 2012 – representaram alterações significativas nos níveis político, estratégico e discursivo da inserção internacional brasileira. A proposição do conceito de *entorno estratégico brasileiro* pelo documento ampliou a análise do ambiente regional do Brasil, explicitando a perspectiva de que “o país visualiza um entorno estratégico que extrapola a massa do subcontinente [da América do Sul] e inclui a projeção pela fronteira do Atlântico Sul e os países limítrofes da África” (BRASIL, 2005, p. 3).

Decorre dessa proposição conceitual não apenas a reconfiguração da identidade atribuída pela diplomacia brasileira à América do Sul – “ambiente regional no qual o Brasil se insere” (BRASIL, 2005, p. 3) e “prioridade da política externa brasileira. Nossa região é a nossa casa” (SEIXAS CORRÊA, 2006, p. 765) –, ao Atlântico Sul – “uma verdadeira Amazônia Azul” (BRASIL, 2005, p. 4) –, e aos países da costa ocidental da África – “continente vizinho que influenciou significativamente o processo de formação da Nação brasileira” (BRASIL, 2012, p. 51). Com a proposição de um *entorno estratégico brasileiro*, também se afirmou a necessidade de proteção extraterritorial dos interesses da defesa nacional, o que já se manifestara anteriormente, por exemplo, com a iniciativa de constituição da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) (SILVA, 2008; NASSER; MORAES, 2014).

Nesse sentido, as transformações advindas da recente inserção internacional do Brasil nas regiões compreendidas pelo entorno estratégico brasileiro repercutiram, principalmente, sobre as relações do país com os atores incluídos nessas regiões, isto é, na América do Sul, no Atlântico Sul e, por extensão, na costa ocidental da África. Parte considerável da literatura recente em Política Externa Brasileira dedica-se, em virtude disso, a compreender os impactos sobre as relações do Brasil com os países sul-americanos e africanos advindos do perfil de atuação externa inaugurado ainda na

---

<sup>4</sup> O eixo normativo básico da defesa nacional formou-se por meio da emissão, essencialmente, de três documentos: primeiramente, da Política de Defesa Nacional (PDN), emitida em 1996 pelo governo de Fernando Henrique Cardoso e atualizada, em 2005, durante o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva como presidente; em seguida, da Estratégia Nacional de Defesa (END), emitida em 2008 também sob a presidência de Lula da Silva; e, por fim, do Livro Branco de Defesa Nacional, lançado em 2012 sob a presidência de Dilma Rousseff.

transição das décadas de 1990 e 2000, alçado a um patamar de engajamento ímpar pela diplomacia dita “ativa e ativa” de Lula e de Celso Amorim, seu chanceler ao longo dos dois mandatos, e mantido até hoje – ainda que com um refluxo considerável no dinamismo do engajamento internacional do país a partir do primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014) (CERVO; LESSA, 2014; FLEMES; SARAIVA, 2014)<sup>5</sup>.

Todavia, a recente inserção internacional do Brasil como potência emergente não deixou de repercutir também no debate estratégico das grandes potências, cujos interesses políticos, econômicos e de segurança entrecruzam-se, em diferentes áreas e medidas, com os respectivos interesses brasileiros nas áreas de política externa, de defesa e de segurança, estendendo-se, muitas vezes, às regiões consideradas prioritárias à ação externa do Brasil de acordo com o eixo normativo básico da defesa nacional. Diante desse novo perfil de atuação externa, mais assertivo na relação com os países da região, mais dinâmico na ação conjunta com outras potências emergentes e mais reivindicatório nos fóruns globais, construíram-se novos discursos que buscam traduzir o significado dessas transformações para a relação com as potências tradicionais e informar estratégias que possam dar conta das demandas de um novo relacionamento destas com o Brasil.

Da parte dos EUA<sup>6</sup>, percebe-se na prática e no discurso uma dupla postura de engajamento e contenção: oscilando entre a “indiferença benigna” e o interesse em engajar ou atrair (*engage*) um Brasil emergente e capaz de assumir uma posição de mediador ou estabilizador na sub-região sul-americana, sobretudo diante da Venezuela, Washington viu na relação com o Brasil em temas regionais uma possibilidade de divisão de tarefas e de responsabilidades, visando à minimização e à distribuição dos custos da hegemonia regional e da unipolaridade sistêmica em um cenário de restrições orçamentárias e de priorização de outras regiões. Há também, por outro lado, uma postura de contenção da parte dos EUA, que se expressa com relação à reforma das instituições de governança global, à obtenção de autonomia de capacidades pelo Brasil, sobretudo quanto à construção de uma marinha de águas azuis, à obtenção de tecnologia capaz de produzir veículos lançadores de satélites e de satélites com integral domínio

---

<sup>5</sup> Dentre outras publicações a esse respeito, destacamos Lima e Hirst (2006); Saraiva (2010); Sombra Saraiva (2010); Lima (2013); Svartman (2014); Visentini e Pereira (2014).

<sup>6</sup> Procuramos discutir mais detidamente as agendas de segurança do Brasil e dos Estados Unidos da América nas regiões do entorno estratégico brasileiro em Mattos (2013). Como exploraremos adiante, as contribuições de Ayerbe (2005), Teixeira (2011), Belli e Nasser (2014) e França (2015) voltam-se para a discussão e análise da produção discursiva dos principais *think tanks* dos EUA acerca da recente inserção internacional do Brasil.

tecnológico, bem como de aprofundar o domínio da energia nuclear para fins de construção do sistema de propulsão nuclear submarino e de fortalecer a Base Industrial de Defesa (BID).

Em contrapartida, a produção discursiva e as proposições práticas oferecidas pelos atores mais relevantes do debate estratégico europeu diante da recente inserção internacional do Brasil parecem ainda carecer de atenção da literatura<sup>7</sup>. Compreender as repercussões desse novo perfil de atuação externa do Brasil no debate estratégico de países como a Alemanha e a França assume grande relevância nesse sentido, não apenas por serem estas duas das principais economias do continente europeu e o eixo dinâmico do processo de integração no continente: França e Alemanha destacam-se também como potências com as quais o Brasil compartilha denso histórico de relações, ampla agenda de intercâmbio e cooperação em setores estratégicos e de defesa e, mais recentemente, acordos que elevam as relações bilaterais ao nível de Parcerias Estratégicas. No caso da França, além disso, também são compartilhados mais de 700 km de fronteira terrestre entre o estado brasileiro do Amapá e o Departamento francês da Guiana<sup>8</sup>.

Direcionando-nos ao objeto desta pesquisa, há um conjunto de instituições de importância crescente em diversos países, cujas práticas, representações e discursos precedem, informam e pretendem influenciar os processos de definição de agenda, formulação de política e tomada de decisão no âmbito das políticas externa, de defesa e de segurança, sobretudo das grandes potências: os *think tanks*, instituições dedicadas à produção e à articulação de conhecimentos voltados a políticas públicas de âmbito

---

<sup>7</sup> Uma importante exceção neste caso têm sido as contribuições apresentadas nas *Conferências de Segurança Internacional do Forte de Copacabana*, organizadas anualmente pela *Konrad-Adenauer-Stiftung*, juntamente com o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) e com o apoio da Delegação da União Europeia no Brasil. Em 2015, o evento encontrava-se em sua 12ª edição. A compilação dos trabalhos apresentados na última edição da Conferência encontra-se disponível neste endereço: <<http://www.kas.de/brasilien/pt/publications/43057/>>. Acesso em: 15 jan. 2016. No campo dos estudos de mídia, Skarzynska (2013) oferece uma análise da imagem do Brasil durante o governo Lula (2003-2010) (re)produzida pelos dois principais periódicos alemães, o *Süddeutsche Zeitung* e o *Frankfurter Allgemeine Zeitung*. Os dois casos ilustram, a propósito, possíveis objetos de análise alternativos aos adotados nesta pesquisa: por um lado, seria possível analisar a produção discursiva veiculada na principal conferência dedicada às questões de segurança do Brasil e da União Europeia, e, por outro, os discursos apreendidos nos principais veículos de mídia impressa do país de interesse acerca do Brasil e de sua recente inserção internacional. Retornaremos à questão das possíveis agendas de pesquisa futuras no capítulo de conclusão.

<sup>8</sup> Brasil e Alemanha são parceiros estratégicos desde 2002. Em 2015 a Parceria Estratégica assume nova dimensão com a inauguração do mecanismo de Consultas Intergovernamentais de Alto Nível. A Parceria Estratégica com a França foi firmada em 2006, posteriormente convertida em um amplo Plano de Ação da Parceria Estratégica franco-brasileira em 2008. Para uma discussão aprofundada sobre o histórico das relações com os dois países, os principais estágios na evolução do intercâmbio bilateral e o conteúdo das agendas estratégica, política, econômica, tecnológica e cultural compartilhadas com os dois parceiros estratégicos, ver Moniz Bandeira (2011) e Lessa (2013).

doméstico e internacional. À discussão sobre as principais características que as definem e o espaço que ocupam quatro das principais instituições dessa natureza no debate estratégico da Alemanha e da França, bem como à análise do discurso por elas veiculado a respeito da recente inserção internacional do Brasil é que se dedica esta dissertação.

## **1.2 Problema de pesquisa, objetivos, fundamentação teórico-metodológica e estrutura**

Parte de um projeto de pesquisa desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS, nos níveis de mestrado, doutorado e pós-doutorado, o presente trabalho pretende contribuir com a pesquisa sobre *think tanks* no Brasil e orienta-se a partir do seguinte **problema de pesquisa**: como os principais *think tanks* que buscam influenciar as formulações estratégicas para as políticas externa, de defesa e de segurança na Alemanha e na França têm representado a inserção internacional recente do Brasil e o papel desempenhado pelo país no seu entorno estratégico?

O **objetivo geral** deste trabalho é, portanto, fornecer uma análise das representações-chave e dos discursos básicos<sup>9</sup> acerca da inserção internacional recente do Brasil (2003-2014) veiculados por publicações selecionadas dos principais *think tanks* em atuação nas áreas de defesa, segurança nacional, política externa e relações internacionais<sup>10</sup> na Alemanha e na França. Além disso, constituem **objetivos específicos** da pesquisa: explicitar as principais especificidades dos *think tanks* como atores envolvidos no ciclo de políticas públicas e, particularmente, como atores que buscam influenciar a tomada de decisão nas políticas externa e de defesa; discutir o contexto em que se inserem e as características das principais instituições envolvidas no espaço alemão e francês dos *think tanks*; discutir a aplicabilidade da fundamentação teórico-metodológica da análise de discurso pós-estruturalista como abordagem de pesquisa adequada ao objetivo proposto neste trabalho; contribuir com a pesquisa sobre

---

<sup>9</sup> As definições dos conceitos de “*representações-chave*” e “*discursos básicos*” encontram-se na seção 3.1, dedicada à fundamentação teórico-metodológica empregada nesta pesquisa.

<sup>10</sup> As áreas de atuação das instituições analisadas neste trabalho seguem a delimitação das categorias utilizadas nos relatórios de McGann (2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014): entre 2008 e 2012, os relatórios elencavam, entre outras categorias, os principais *think tanks* nas áreas de “segurança e assuntos internacionais” (*security and international affairs*); a partir de 2013, os *think tanks* em atuação nas áreas que interessam a esta pesquisa passaram a ser listados em duas categorias distintas: “defesa e segurança nacional” (*defense and national security*) e “política externa e assuntos internacionais” (*foreign policy and international affairs*). Ao longo do trabalho, optamos pelo uso da expressão “relações internacionais” como equivalente à área de atuação “*international affairs*”.

*think tanks* no Brasil, associando-a à agenda de pesquisa das disciplinas de Relações Internacionais, Política Internacional e Política Externa Brasileira, e indicar possíveis linhas de pesquisa que deem continuidade à discussão iniciada neste trabalho.

Quanto à **fundamentação teórico-metodológica**, a proposta desta pesquisa sustenta-se na discussão de Hansen (2006) acerca da análise de discurso pós-estruturalista, de seus pressupostos ontológicos sobre a relevância da linguagem e a indissociabilidade entre representações e política (compreendidas como mutuamente constitutivas e discursivamente interligadas), seus desdobramentos epistemológicos quanto à centralidade do discurso para a análise da construção relacional de identidades e sua aplicabilidade ao estudo de problemas de pesquisa em Relações Internacionais. Assim, assumimos como válido o argumento central da análise de discurso pós-estruturalista, desenvolvido pela autora a partir da tradição de teóricos como Foucault (1970, 1974, 1977), Derrida (1976, 1978), Kristeva (1980) e Laclau e Mouffe (1985), de que quaisquer políticas, inclusive as políticas externa, de defesa e de segurança levadas a cabo por um Estado, dependem de representações de identidades, e de que estas são produzidas e reproduzidas por meio de formulações de política.

Contrariamente às abordagens racionalista e construtivista e, de maneira geral, à concepção de pesquisa em Ciências Sociais apontada por King, Keohane e Verba (1994), o pós-estruturalismo compreende a epistemologia causal como um “discurso particular de conhecimento, que não pode sustentar o seu privilégio fora da sua própria localização histórica e política” (HANSEN, 2006, p. 9, tradução nossa). Compreendidas a partir dessa abordagem, as representações analisadas vinculam-se às próprias políticas por meio do discurso, porém não se encontram em relação de causalidade com elas uma vez que “as representações de identidades são, simultaneamente, condição para e reproduzidas por articulações de políticas” (HANSEN, 2006, p. 9, tradução nossa). Dessa forma, não há, em política externa, identidades que existam anterior e independentemente das próprias políticas implementadas.

O problema de pesquisa central ao pós-estruturalismo, segundo a abordagem proposta pela autora, diz respeito ao “significado constitutivo de representações de identidade para se formularem e debaterem políticas externas” (HANSEN, 2006, p. 4, tradução nossa). A análise pós-estruturalista, quando aplicada ao estudo de política externa, baseia-se, portanto, no pressuposto de que a formulação de uma dada política externa depende, intrinsecamente, das representações atribuídas à identidade da ameaça, do país, da região, do problema de segurança, da crise, da população, do grupo

étnico/religioso, ou da instituição, entre outros, a que se dirige essa política. Segundo Hansen (2006, p. 1, tradução nossa),

[c]ompreendendo a política externa como uma prática discursiva, o pós-estruturalismo argumenta que discursos de política externa articulam e entrelaçam fatores materiais e ideias em uma tal medida, que os dois não podem ser separados um do outro. Ele [o pós-estruturalismo] também argumenta que discursos de políticas são inerentemente sociais, porque os *policymakers* dirigem-se à oposição e à esfera pública mais ampla na tentativa de institucionalizar seu entendimento acerca das identidades e opções políticas em questão (HANSEN, 2006, p. 1, tradução nossa)<sup>11</sup>.

A referência a representações de identidades serve como estratégia de legitimação utilizada pelos tomadores de decisão em política externa para justificarem os cursos de ação política a serem tomados. As fontes de que derivam as representações apresentadas pelos decisores ao sustentarem determinada política provêm não apenas do seu próprio acumulado de experiência pessoal, intelectual e cultural, mas também de um conjunto amplo de atores envolvidos na esfera pública de deliberação política, econômica, social, etc. O recurso a conselheiros e especialistas, assim como à mídia e a diversas instituições envolvidas com os temas de políticas públicas torna-se, portanto, uma prática recorrente.

Nesse campo, como exploraremos nas seções a seguir, atuam com relevância crescente os *think tanks*, instituições de pesquisa, produção e articulação de conhecimentos voltados a políticas públicas de ordem doméstica e internacional. Como apontado acima, este trabalho dedica-se, especificamente, à contextualização, apresentação e análise das representações veiculadas por quatro instituições dessa natureza operando na Alemanha e na França a respeito da inserção internacional recente do Brasil. O corpus de análise desta pesquisa é constituído por 35 publicações selecionadas a partir de marcadores (ou filtros) de corte temático e cronológico nos bancos de dados *online* das quatro instituições pesquisadas, compreendendo relatórios, notas, artigos e *policy papers* publicados pelos *think tanks* ao longo do período 2003-2014.

Como discutiremos nas próximas seções, o artigo busca sustentar o argumento de que os *think tanks* selecionados são atores relevantes para o debate político,

---

<sup>11</sup> “*Understanding foreign policy as a discursive practice, poststructuralism argues that foreign policy discourses articulate and intertwine material factors and ideas to such an extent that the two cannot be separated from one another. It also argues that policy discourses are inherently social because policymakers address political opposition as well as the wider public sphere in the attempt to institutionalize their understanding of the identities and policy options at stake*”.

estratégico e midiático nos dois países, concorrendo e cooperando com os demais atores que ocupam posição privilegiada no espaço social dos dois países e que buscam definir os termos e o conteúdo do debate estratégico alemão, francês e – tendo em vista a centralidade dos dois países para o projeto de integração europeu – também da União Europeia (UE). Ademais, buscamos demonstrar que é possível depreender da análise das publicações dessas instituições um conjunto de discursos básicos que estruturam as principais representações por elas oferecidas acerca da recente inserção internacional do Brasil.

Assim, respondendo ao problema de pesquisa enunciado acima, sustenta-se ao longo desta dissertação o argumento de que os principais *think tanks* da Alemanha e da França têm representado a recente inserção internacional do Brasil, essencialmente, pela articulação de três discursos básicos: 1) o discurso da inovação diplomática, do ineditismo e do *soft power* socioeconômico dos governos Lula; 2) o discurso do reformismo moderado, que associa as representações de “*parceiro responsável*” e “*líder pragmático*” ao Brasil, em contraposição ao “*radicalismo*” e ao “*populismo*” da Venezuela; e 3) o discurso da pretensão de projeção global do Brasil. Enquanto o primeiro e o terceiro discursos mostram-se comuns aos *think tanks* dos dois países, é nas publicações dos *think tanks* alemães que se evidencia, com maior saliência, o discurso básico do reformismo moderado. Em contrapartida, destaca-se nas publicações das duas instituições da França e, principalmente, nos relatórios produzidos pela *Fondation pour la Recherche Stratégique* (FRS) um conjunto de representações associadas ao discurso da pretensão de projeção global que caracteriza o Brasil como um *ingressante* no mercado global de defesa, em concorrência com as potências tradicionais.

Quanto à **estrutura do trabalho**, esta se divide da seguinte forma: a) no capítulo seguinte, apresenta-se, primeiramente, um panorama a respeito dos *think tanks*, buscando-se situar a discussão aqui proposta e revisar a bibliografia sobre a relevância dessas instituições nas democracias contemporâneas; em seguida, b) discute-se o espaço que ocupam os quatro principais *think tanks* voltados para os temas de defesa, segurança nacional, política externa e relações internacionais em operação na Alemanha e na França segundo a literatura especializada e os relatórios *Global Go To Think Tank Index Report*, da Universidade da Pennsylvania, lançados entre 2008-2014.

Uma vez selecionados os *think tanks* e discutidas as suas principais características nos contextos alemão e francês, c) voltamo-nos para a apresentação do corpus textual e discursivo analisado nesta pesquisa: as publicações relevantes para o

objetivo proposto, lançadas entre 2003 e 2014, e que se encontrem disponíveis nos endereços eletrônicos dessas instituições. Retomaremos, também no terceiro capítulo, a discussão acerca do emprego da abordagem pós-estruturalista conforme proposta por Hansen (2006), para, em seguida, analisarmos as representações-chave e os principais discursos básicos veiculados pelas publicações dos *think tanks* selecionados sobre a inserção internacional recente do Brasil. Por fim, seguem-se as conclusões da pesquisa e as referências bibliográficas.

## 2. INTRODUÇÃO À PESQUISA SOBRE *THINK TANKS*

### 2.1 Definições e áreas de pesquisa<sup>12</sup>

A complexidade inerente ao ciclo deliberativo das políticas públicas em democracias contemporâneas – isto é, ao conjunto dos estágios de definição de agenda, identificação de alternativas, seleção de opções, implementação e posterior avaliação de uma dada política pública<sup>13</sup> – demanda dos decisores e gestores públicos o acesso ao e a interlocução permanente com o conhecimento especializado nas mais diversas áreas. Seja diante da carência de dados à disposição sobre determinados temas, seja face à desnordeadora avalanche de informações que circulam diariamente, políticos, burocratas e demais atores envolvidos nos processos de tomada de decisão em políticas públicas buscam informações úteis, compreensíveis e confiáveis junto a profissionais que dispõem de conhecimentos especializados sobre as áreas em que se inserem as políticas públicas em questão. Sempre que conveniente, além disso, o recurso ao conhecimento especializado também é empregado como estratégia para legitimar medidas tomadas pelos governantes ou em vias de serem implementadas.

Nesse contexto, abre-se um vasto campo de disputa de interesses, ideias, análises, aconselhamentos e discursos, no qual diferentes atores sociais – dotados de distintos graus de proximidade aos *policy-makers* e, conseqüentemente, de maior ou menor capacidade de influenciá-los – buscam repercutir nas discussões em torno da formulação de políticas, construir e disseminar discursos conforme seus interesses e estabelecer como prioritárias as suas perspectivas, propostas e agendas. Com relevância crescente em diversos países, cada vez mais operam nesse campo os *think tanks*, instituições de pesquisa, produção e articulação de conhecimentos voltados a políticas públicas.

Ainda que variem na forma que assumem, nos temas sobre os quais atuam e pretendem exercer influência, no orçamento à sua disposição e na capacidade de afetar o ciclo de políticas públicas e, de maneira mais ampla, o conjunto de atores sociais nelas envolvidos, os *think tanks* expressam o engajamento de um segmento bastante específico da sociedade: diferentemente de movimentos associativos de base da

---

<sup>12</sup> Parte deste capítulo encontra-se na discussão iniciada em Mattos (2015), e alguns trechos dos quatro primeiros parágrafos aqui reproduzidos foram retirados da segunda seção daquele trabalho, intitulada “*Think tanks*: conhecimento, influência e poder”.

<sup>13</sup> A definição aqui oferecida para o conceito de “ciclo de políticas públicas” baseia-se na revisão da literatura a respeito de políticas públicas oferecida por Souza (2006). Soares (2009, p. 55) discute essa noção e oferece um quadro comparativo das nomenclaturas utilizadas pelos principais autores da área para caracterizar os estágios que compõem o ciclo das políticas públicas, que convergem com a síntese aqui proposta.

sociedade civil, que buscam influenciar o ciclo de políticas públicas pela ação organizada via, por exemplo, movimentos sociais, *think tanks* “são, por definição, instituições de elite, cuja manifestação de uma voz no processo de elaboração de políticas é baseada na reivindicação de *expertise*, e não de *vox populi*” (MCGANN; WAEVER, 2002, p. 17, tradução nossa).

Especialistas e formadores de opinião abrigados em instituições dessa natureza, além de buscarem informar o processo de tomada de decisão diretamente por meio de relatórios técnicos, informes aprofundados, notas e dossiês temáticos, empenham-se também em moldar a opinião pública por meio de inserções em veículos de mídia, o que potencialmente afeta a ação política em sistemas democráticos. Em síntese, embora se aproximem, nas atividades que desempenham, de tarefas tradicionalmente vinculadas aos centros de pesquisa universitários, os *think tanks* “trafegam na interseção entre política e academia, recorrendo à gramática da primeira e à sintaxe da segunda, sem serem exatamente fiéis representantes de uma ou outra” (BELLI; NASSER, 2014, p. 156).

Conforme discutiremos na seção dedicada à compreensão do espaço em que atuam essas instituições na Alemanha e na França, definir a abrangência, a aplicabilidade específica a cada contexto e a operacionalização do conceito de *think tanks* mostra-se uma tarefa indispensável a qualquer estudo que se dedique ao fenômeno. Diferentemente das abordagens hegemônicas ao conceito nos contextos estadunidense e britânico, onde o uso do termo encontra-se, com frequência, limitado a organizações que operam sem fins lucrativos e possuem, pelo menos formalmente, autonomia em relação a interesses das agências de governo, de empresas, grupos de pressão ou partidos políticos, a realidade complexa em que se inserem essas instituições ao redor do mundo impõe a recusa da ortodoxia de definições tradicionais, que sustentam o papel pretensamente neutro dos *think tanks* como pontes entre o conhecimento e o poder.

A metáfora da “ponte” e outros mitos associados aos *think tanks* segundo as definições hegemônicas para o conceito estabeleceriam, segundo Stone (2007, p. 26, tradução nossa), um “falso divisor ontológico entre teoria e prática, entre a ‘torre de marfim e o chamado ‘mundo real’”. A partir de um extenso levantamento da bibliografia tradicional e da produção oriunda de países situados fora do eixo Estados Unidos da América-Grã-Bretanha, Soares (2009) respalda essa constatação. Buscando verificar elementos comuns entre as formas distintas que assumem os *think tanks*

encontrados em países à margem das abordagens tradicionais, a autora afirma não existir “um distanciamento dos *think tanks* e [das] visões de mundo”, de modo que:

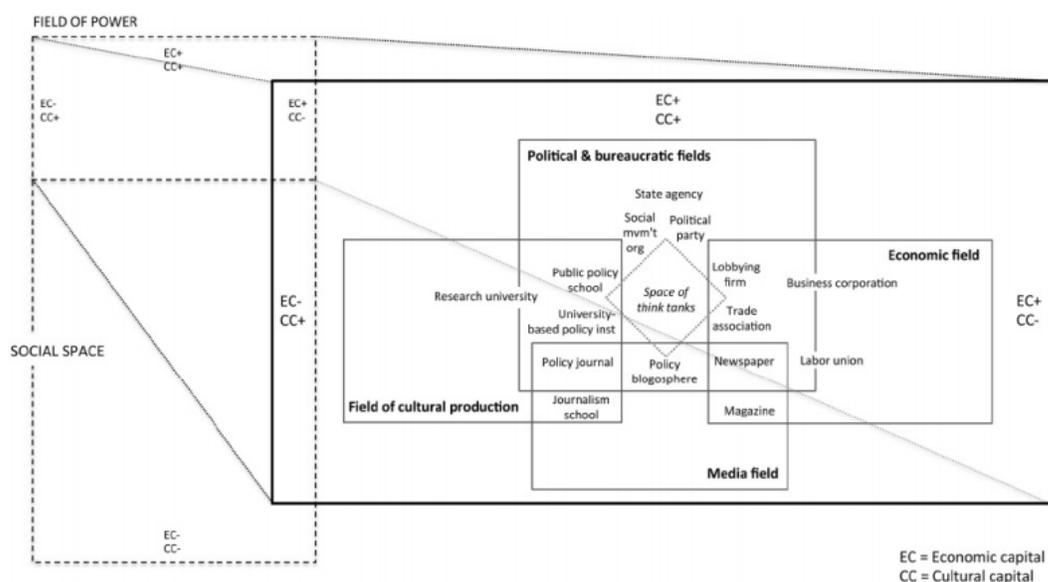
[...] a ação dos pesquisadores está mergulhada em uma rede de valores preexistentes à história de cada um, logo, não se pode falar, nos dias de hoje, em neutralidade científica dos *think tanks* (SOARES, 2009, p. 92).

Assim, dentre as contribuições da bibliografia não tradicional dedicada ao estudo do tema, a classificação proposta por Acuña (2009 apud DIAS RIGOLIN; HAYASHI, 2012, p. 27) mostra-se especialmente relevante para uma discussão que pretenda transcender o universo anglo-saxão, pois rechaça a ortodoxia das definições tradicionais, “botânicas”, pautadas por critérios classificatórios de inclusão ou exclusão em tipos ideais. Fornecendo uma delimitação operacional para o conceito, o autor propõe seis critérios que identificam funções e propriedades dos *think tanks*, sintetizados por Dias Rigolin e Hayashi (2012, p. 27) da seguinte forma:

Especificamente, [Acuña (2009)] propõe considerar como *think tanks*: a) atores coletivos; b) formalmente institucionalizados; c) sem fins lucrativos; d) cuja função organizacional dominante, de fato ou de direito, seja influenciar as políticas públicas; e) influência esta que é exercida através da produção e transmissão do conhecimento; f) transmissão cujo foco pode incidir sobre diversos atores passíveis de interferir, direta ou indiretamente, na formulação e implementação de políticas públicas (sejam atores governamentais, paragovernamentais, do mercado ou da sociedade civil) [...].

Remetendo-se à conceituação de Pierre Bourdieu, Medvetz (2012), por sua vez, respalda a necessidade de um modo distinto de definir o conceito, que se atenha à complexidade desse fenômeno político e social: segundo o autor, essas instituições encontram-se situadas em uma posição intermediária da porção mais privilegiada do “espaço social”: o “campo de poder”. Nele, os *think tanks* trafegam como instituições híbridas entre os campos econômico, político-burocrático, da mídia e de produção cultural, interagindo com os demais atores, inclusive congêneres, que atuam nessa estrutura em busca de capital econômico (recursos) e de capital cultural (credenciais), isto é, dos dois principais canais de acesso a posições de autoridade. A Figura 1 ilustra a posição privilegiada no campo de poder na qual estariam situados os *think tanks* no contexto dos EUA segundo a análise de Medvetz (2012).

**Figura 1 – Think tanks no espaço social**



Fonte: Medvetz (2012, p. 32).

Assim como no processo decisório voltado para temas de ordem doméstica, a atuação dos *think tanks* busca influenciar também a tomada de decisão em questões relacionadas às políticas externa, de defesa e de segurança. Refletindo os diferentes posicionamentos que assumem essas instituições nos espectros ideológico e partidário de cada sistema político, e também conforme a temática em questão, as publicações, os eventos, as inserções na mídia, enfim, a atuação da forma mais variada dos *think tanks* traduz o objetivo expresso e inerente à sua atividade: pautar o debate político, contribuir com ideias, informar as decisões e afetar o curso da tomada de ação política em questões domésticas e internacionais.

Conforme Stone (1996), a maior parte da literatura a respeito dos *think tanks*, como em outras áreas da Ciência Política, ainda provém dos EUA, o que pode ser explicado pela grande proliferação dessas instituições naquele país, principalmente, desde a década de 1970. A pesquisa a seu respeito e estudos sobre o papel que desempenham os *think tanks* nos sistemas políticos em que atuam permanecem, no entanto, relativamente restritos: o fato de se ter expandido o horizonte de atuação dessas instituições apenas recentemente e a dificuldade de se precisar uma definição conceitual que não apenas relegue a análise dos *think tanks* à comparação com grupos de interesse, lobbies, consultorias ou centros de pesquisa universitários, por exemplo, são alguns dos

motivos pelos quais permanecem lacunas evidentes na produção bibliográfica sobre o tema.

Nos EUA, onde a presença dessas instituições é mais saliente e sua interação com os demais atores do “campo de poder” reverbera com maior intensidade nos círculos de tomada de decisão e de ação política, os *think tanks* constituem-se como atores com alto nível de relevância e penetração na formulação das agendas de defesa e de política externa, capazes inclusive de desempenhar um papel único na construção de discursos de alcance global a respeito dos temas sobre os quais se debruçam seus pesquisadores e se dedicam suas análises (TEIXEIRA, 2007, 2011; BELLI; NASSER, 2014).

Nesse sentido, há na recente literatura brasileira dedicada ao tema dos *think tanks* – a qual se mostra, de maneira geral, ainda muito incipiente<sup>14</sup> – uma abordagem que nos parece extremamente relevante para o aprofundamento dessa área de estudos e para a interlocução desta com as agendas de pesquisa nas áreas de Política Internacional, Política Externa Brasileira e Estudos Estratégicos Internacionais. Os estudos de Ayerbe (2005), Teixeira (2011), Belli e Nasser (2014) e França (2015) constataam o crescente acúmulo de recursos, credenciais e influência dos *think tanks* nos EUA – isto é, o acúmulo de capital econômico e de capital cultural no “campo de poder”, conforme Medvetz (2012) – e analisam, respectivamente, a) as visões e narrativas construídas pelos *think tanks* dos EUA com relação à evolução política sul-americana ao longo da primeira metade da década de 2000; b) a relevância da categoria BRICS como área de estudo no escopo de pesquisa dessas instituições; c) a capacidade de produção de discursos de alcance global sobre o Brasil e sua recente inserção internacional por parte dessas instituições, bem como as possibilidades de participação mais ativa de atores brasileiros junto aos *think tanks* estadunidenses; e d) as

---

<sup>14</sup> Especificamente no caso brasileiro, a introdução do estudo dos *think tanks* na agenda de pesquisa das Ciências Sociais, da Ciência Política, das Políticas Públicas e da Administração é bastante recente e permanece em um estágio inicial. A literatura nacional sobre o tema ainda procura definir um marco analítico e metodológico para o estudo de organizações dessa natureza, buscando compreender o significado e o papel dessas instituições, e delimitar o potencial do conceito quando aplicado a instituições brasileiras. Destacamos aqui a contribuição das pesquisas de Gros (2003, 2004), Pastore (2012) e Silveira (2013) acerca dos *think tanks* de orientação neoliberal; de Teixeira (2012) sobre a busca por reconhecimento e pela identidade dos *think tanks* nacionais, visando também a uma definição do conceito que seja mais adequada à realidade do país; de Dias Rigolin e Hayashi (2012, 2013) pela busca da construção de um marco analítico que possa orientar o estudo dos *think tanks* brasileiros; e de Soares (2009) pelo extenso levantamento da literatura e pela sistematização de diferentes abordagens empregadas para explicar o fenômeno, revisando conceitos, pressupostos e teorias oriundos dos campos da Administração Pública, da Ciência Política e das Políticas Públicas. Discutimos uma proposta de análise da natureza e da atuação das fundações partidárias brasileiras como *think tanks* em Mattos (2015).

representações do Brasil e de sua política externa para seu entorno estratégico atribuídas por *think tanks* dos EUA especializados em defesa no período de 2001 a 2014.

Sobre a opção por essa abordagem, Teixeira (2011, p. 134) afirma que:

Diante da constatação da importância cada vez maior desses institutos como atores na dinâmica da governança global e da legitimidade chancelada pelo conhecimento produzido por eles (Teixeira, 2007), acredita-se que a instrumentalidade dos TTs [*think tanks*] possa ser um caminho válido para atingir as nuances referentes à real percepção do Brics entre os formuladores de política externa norte-americana e os que tomam essas decisões.

Belli e Nasser (2014) sublinham, para além da importância de se apreenderem as visões disseminadas pelos *think tanks* de países estratégicos sobre temas que interessem ao Brasil – visões estas que repercutem em um amplo espectro de atores que têm acesso à produção dessas instituições –, a premência de um engajamento e de uma inserção maiores por parte de acadêmicos, formuladores de políticas, autoridades governamentais, empresários e *think tankers* brasileiros junto a esses institutos. Os autores, ambos diplomatas de carreira do Itamaraty, ressaltam que “tão mais forte será a posição internacional brasileira quanto puder influenciar os debates, discursos e narrativas globais que nos afetam” e que:

A questão que se coloca não é mais se o Brasil será ou não analisado e interpretado nesse ambiente, mas qual produto no mercado de ideias tenderá a obter sucesso de vendas. Dito de outro modo, a questão é saber se o país será objeto passivo de análises e interpretações nos *think tanks* ou se será capaz de tornar-se sujeito na definição de narrativas que têm impacto sobre sua projeção internacional (BELLI; NASSER, 2014, p. 166-170).

## **2.2 Espaço dos *think tanks* na Alemanha e na França**

Muito embora os *think tanks* norte-americanos possuam histórico, desenvolvimento e relevância excepcionais quando comparados aos de outras regiões e sistemas políticos, deve-se considerar que, segundo o *Global Go To Think Tank Index Report* de 2014, a Europa possui o segundo maior número de instituições como essas, no total de 1.822, inferior apenas aos 1.989 institutos em atuação na América do Norte. A Alemanha, com 194 *think tanks*, é o quarto país com o maior número de instituições dessa natureza; a França, onde operavam 177 *think tanks* em 2014, aparece na sexta posição. Estados Unidos da América, China e Reino Unido são os três países onde se concentra a maior quantidade de *think tanks*, sendo 1.830 deles situados somente nos

EUA. O Brasil, por sua vez, aparece na 13<sup>o</sup> posição, com 82 institutos listados (MCGANN, 2014).

Deve-se ressaltar a grande contribuição para a pesquisa na área oferecida pelos relatórios anuais publicados pelo programa *Think Tanks and Civil Societies Program* (TTCSP), sob a coordenação de James G. McGann, da Universidade da Pennsylvania. Em andamento há duas décadas e meia, o programa publica, desde 2008, o *Global Go To Think Tank Index Report*, listando as principais organizações de pesquisa em políticas públicas do mundo conforme a região, a área de pesquisa e atuação e os destaques segundo as categorias propostas pelo relatório (MCGANN, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014). O levantamento e a classificação dos *think tanks* oferecidos por esses relatórios nas áreas de interesse para esta pesquisa serviram como suporte para a seleção dos casos a serem estudados, juntamente à literatura especializada sobre essas instituições nos dois países analisados. O conjunto de categorias em que aparecem listados os *think tanks* analisados nesta pesquisa e a posição de cada instituição nessas categorias entre 2008 e 2014 encontram-se no Anexo 1.

Ainda com relação ao contexto europeu, o relatório *European Think Tanks and the EU*, lançado pela Comissão Europeia em 2012, aborda o papel dos *think tanks* como formadores de opinião dos decisores e da opinião pública em geral nos debates sobre temas de políticas públicas na União Europeia (MISSIROLI; IOANNIDES, 2012). O relatório destaca a cidade de Bruxelas como o espaço de atuação por excelência dos *think tanks* europeus, cuja singularidade reside nas oportunidades para arrecadação de fundos e formação de uma ampla, diversa e influente rede de contatos decorrentes da concentração extraordinária de instituições e profissionais da alta administração da União Europeia e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), bem como de profissionais da mídia, empresários, lobbies, entre outros atores-chave da política europeia. A propósito, duas das instituições analisadas neste trabalho, o IFRI da França e a alemã SWP, possuem instalações em Bruxelas, além de suas sedes principais em Paris e Berlim, respectivamente.

O relatório propõe também um *European Think Tank Index*, índice que elenca os *think tanks* de maior relevância, sua origem, localização, principais características e linhas de pesquisa e atuação, bem como o orçamento disponível e os vínculos estabelecidos por essas instituições com os demais atores que compõem a União Europeia. A discussão proposta no relatório e o índice desenvolvido para classificar as

instituições mais relevantes também contribuíram para informar a seleção dos *think tanks* cujas publicações foram analisadas nesta pesquisa.

Dessa forma, a fim de conferirmos à discussão a que se pretende dar continuidade a seguir os instrumentos analíticos oferecidos pela literatura especializada sobre o fenômeno dos *think tanks* nos países em questão, exploraremos na próxima subseção as especificidades dessas instituições na Alemanha e na França, atendo-nos particularmente aos dois principais *think tanks* voltados para os temas de defesa nacional, segurança internacional, política externa e relações internacionais em cada país.

### **2.2.1 Alemanha: SWP e DGAP**

Muito embora a existência de instituições de pesquisa dedicadas a temas de políticas públicas não seja, necessariamente, um fenômeno novo na Alemanha – considerando-se, por exemplo, o pioneirismo dos grandes institutos de pesquisa econômica, como o *Hamburgische Welt-Wirtschafts-Archiv* (HWWA Hamburg), o *Institut für Weltwirtschaft an der Universität Kiel* (IfW) ou o *Deutsches Institut für Wirtschaftsforschung* (DIW Berlin), fundados ainda nas décadas de 1900-1920 –, pode-se afirmar que a formação do espaço atual dos *think tanks* na Alemanha remonta, fundamentalmente, ao pós-Segunda Guerra Mundial, sobretudo a partir de meados da década de 1970. Segundo Thunert (2011), entre 30-35% dos *think tanks* que hoje atuam no país foram fundados entre 1945-1975, enquanto 55-60% deles têm origem no período posterior a 1975.

Em comparação com a realidade dessas instituições nos EUA, parece haver relativo consenso da literatura com relação a algumas características distintivas do espaço alemão dos *think tanks*. Primeiramente, a ausência de uma tradição de *think tanks* que se enquadrem no modelo tipicamente estadunidense, com financiamento privado e independente de recursos e instituições públicas, ainda que muitos dos institutos alemães tenham sido criados por inspiração em congêneres dos EUA. Além disso, o trânsito constante de pesquisadores e *policy-makers* entre institutos de pesquisa e cargos na administração pública (conhecido como o fenômeno de “*revolving doors*” nos EUA) ainda seria “extremamente raro” no país (THUNERT, 2004, p. 82, tradução nossa).

Diferentemente do sistema político dos EUA, em democracias parlamentares como a alemã haveria poucas posições na alta administração pública abertas a

nomeações políticas e a cargos de confiança cooptados de instituições de pesquisa, cabendo, então, ao próprio funcionalismo público de carreira o preenchimento desses quadros (THUNERT, 2004). A administração a nível ministerial seria, ademais, “robusta e bem treinada”, com grande capacidade de produção de conhecimento próprio e, portanto, isenta da necessidade de travar uma interlocução constante com instituições de pesquisa externas (SPETH, 2011, p. 57, tradução nossa). Braml (2006, p. 237) também ressalta a concentração do processo decisório em matéria de políticas públicas nos Executivos federal e estadual como elemento distintivo do parlamentarismo alemão, restando ao *Bundestag* a função de referendar (“*rubber stamp*”) a tomada de decisão previamente deliberada no âmbito do Executivo. Por outro lado, o *Bundesrat*, Conselho Federal do qual fazem parte representantes dos governadores dos 16 estados da federação, teria grande poder de veto sobre as decisões do Executivo, o que abriria espaço, ainda segundo Braml (2006, p. 238, tradução nossa), para que os *think tanks* obtenham repercussão na tomada de decisão a nível federal ao atuarem em nível estadual:

[...] o tipo alemão de federalismo cooperativo, o qual foi chamado de a incorporação do “Estado de grande coalizão” (Schmidt, M., 1996), providencia algumas oportunidades para que os *think tanks* ofereçam seu *input* sobre o – ou por meio do – nível dos estados, ainda mais porque muitos *think tanks* alemães possuem uma identidade regional na medida em que obtêm seu mandato e financiamento dos seus governos estaduais<sup>15</sup>.

Os *think tanks* teriam sido, como afirma Speth (2011, p. 55, tradução nossa), um “elemento constitutivo” da modernização política e social vivenciada pela Alemanha nos últimos quarenta anos, tendo se afirmado gradualmente como “novos canais para a intermediação de interesses de grupos dentro da elite”. O autor associa a proliferação de instituições dessa natureza a partir das décadas de 1970 e 1980 a fatores como a pluralização de grupos de interesse cujas demandas transcendiam o espaço de reivindicação oferecido por canais tradicionais de intermediação social e política e o consequente surgimento de novos movimentos sociais, em especial o movimento ambientalista. Da mesma forma como o engajamento da sociedade buscava na diversificação dos canais de interlocução com a política vias alternativas para que novas

---

<sup>15</sup> “[...] the German type of co-operative federalism, which has been called the embodiment of the “grand coalition state” (Schmidt, M., 1996), provides some opportunities for think tanks to have their input on—and via—state levels, all the more so because many German think tanks have a regional identity as they obtain their mandate and funding from their state governments”.

pautas fossem incluídas na agenda pública, grandes corporações também passaram a abandonar modelos tradicionais de associações em defesa de causas do setor empresarial e fundaram suas próprias fundações, lobbies e *advocacy think tanks*, isto é, institutos fundamentalmente voltados ao proselitismo político-ideológico.

Outro fator característico do sistema político alemão refere-se à existência de fundações partidárias (*Stiftungen*) vinculadas aos principais partidos políticos com representação parlamentar e engajadas em atividades de formação política, promoção dos valores caros aos respectivos partidos e, sobretudo no caso de grandes fundações como a *Konrad-Adenauer-Stiftung*, também em atividades de pesquisa, produção e articulação de conhecimentos voltados para políticas públicas domésticas e internacionais<sup>16</sup>.

A expansão do Estado de bem-estar social e, em decorrência dela, a ampliação dos setores nos quais a ação estatal passava a estar envolvida demandaram, por sua vez, um incremento da pesquisa aplicada e do conhecimento especializado à disposição dos agentes do Estado, o que fomentou a criação de institutos de pesquisa geridos e mantidos pelos ministérios federais (*Ressortforschungseinrichtungen*). A SWP, um dos *think tanks* alemães cujas publicações serão analisadas neste trabalho, exemplifica esse tipo de instituto de pesquisa semi-independente criado e financiado, em larga medida, pelo poder público. Especificamente no caso de institutos voltados para os temas de interesse deste trabalho, fatores como o reposicionamento da Alemanha na Europa e no sistema internacional desde o fim da Guerra Fria, a reunificação do país e o aprofundamento do processo de integração regional em direção ao estágio atual da União Europeia têm motivado, nas últimas décadas, a criação de centros de pesquisa sobre temas, regiões e países essenciais para as políticas externa e de segurança do país (PERTHES, 2007; SPETH, 2011).

---

<sup>16</sup> Weilemann (2002) discute, mais detidamente, o caso da *Konrad-Adenauer-Stiftung* como um *think tank* multidimensional na Alemanha; as fundações partidárias também são objeto da discussão de Carpentier-Tanguy (2010) em seu estudo comparado acerca dos diferentes modelos de *think tanks* encontrados nos EUA, na Grã-Bretanha, na Alemanha e na França. De fato, o papel das fundações partidárias como *think tanks* na Alemanha possui grande relevância e é central para a literatura especializada sobre o tema no país. Um exemplo da sua atuação nos temas de interesse para este trabalho é a realização anual pela *Konrad-Adenauer-Stiftung* e pelo Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), contando com o apoio da Delegação da União Europeia no Brasil, das *Conferências de Segurança Internacional do Forte de Copacabana*, mencionadas em nota acima. O estudo dessas instituições e de sua relação com os *think tanks* aqui analisados e, de modo geral, com as políticas externa, de segurança e de defesa da Alemanha e da União Europeia transcende a problematização e os objetivos deste trabalho e mereceria atenção específica de pesquisas futuras.

Desde anos 1990, ademais, com uma maior complexidade e tecnicidade associadas aos temas públicos no contexto da “revolução da informação” que então se intensificava, alguns dos institutos teriam se reinventado, modernizando seus modos de operação e adaptando-os a uma nova conjuntura. A transferência da capital do país de Bonn para Berlim, a partir de 1999, também teria influenciado o espaço de atuação dessas instituições, criando uma atmosfera propícia à proliferação de *think tanks* no entorno das principais instituições governamentais (THUNERT, 2011). Na Alemanha, a propósito, não se verificaria o fenômeno de concentração dos *think tanks* apenas na capital, diferentemente do que a literatura aponta ser o caso na França. Excetuando-se os institutos voltados para os temas de política externa e de segurança internacional<sup>17</sup>, a infraestrutura da pesquisa em políticas públicas na Alemanha seria “altamente descentralizada”, dispersa em grandes cidades como Munique, Frankfurt, Colônia, Bonn, Stuttgart, Hamburgo, Kiel e na região do Ruhr, resultando não apenas da estrutura federal característica do país, em virtude da qual os estados (*Länder*) detêm uma grande capacidade de financiamento e manutenção de instituições dessa natureza, mas também da própria dispersão dos universos acadêmico e midiático no país (THUNERT, 2004, p. 81, tradução nossa).

Um aspecto muito relevante a que se referem Speth (2011) e Thunert (2004, 2011) diz respeito às transformações no modo de atuação dos *think tanks* alemães em uma “sociedade midiática”. Assim como no caso francês, analisado a seguir, a inserção nos meios de comunicação aparece como canal privilegiado de atuação desses institutos na busca por influência sobre o processo de formulação de agenda e tomada de decisão em políticas públicas. Para a mídia, o recurso ao conhecimento especializado e à legitimidade dele decorrente são atrativos valiosos de que dispõem os *think tanks*, a cujos pesquisadores a imprensa recorre sempre que necessário a fim de saciar sua “demanda voraz pela expertise” (SPETH, 2011, p. 59, tradução nossa), em especial no caso de assuntos que mobilizem os ânimos da opinião pública.

---

<sup>17</sup> Desde os anos 1970, no entanto, institutos escandinavos de pesquisa em estudos de paz e segurança internacional, a exemplo do *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI) e do *Peace Research Institute Oslo* (PRIO), têm servido de modelo para a estruturação de *think tanks* voltados para as temáticas internacionais, de paz e segurança em estados sob governos social-democratas. O *Peace Research Institute Frankfurt* (PRIF)/*Leibniz-Institut Hessische Stiftung Friedens- und Konfliktforschung* (HSFK), o *Institute for Peace Research and Security Policy/Institut für Friedensforschung und Sicherheitspolitik an der Universität Hamburg* (IFSH) e o *German Institute of Global and Area Studies* (GIGA) ilustram esse fenômeno, situando-se, respectivamente, em Hessen e em Hamburgo (THUNERT, 2004).

Como sintetiza Thunert (2004, p. 84, tradução nossa) para o caso dos *think tanks* voltados aos assuntos internacionais: “as crises são boas para os negócios”. Surge, nesses casos, uma tensão inerente à atuação dessas instituições junto à mídia, em especial em um contexto como o da Alemanha, no qual a “cientificidade” (*Wissenschaftlichkeit*) é um valor essencial da cultura política: Perthes (2007) aponta, nesse sentido, os riscos de uma estratégia de comunicação que busque ampliar a inserção da instituição no debate público com a mera reprodução do alarmismo e da dramatização de fenômenos sociais que, muitas vezes, agradam ao gosto dos meios de comunicação de massa.

Para os fins desta pesquisa, analisaremos mais detidamente duas instituições que ocupam posições destacadas nas áreas em que atuam dentro do espaço dos *think tanks* na Alemanha segundo a bibliografia especializada e os relatórios apresentados anteriormente, que informaram a seleção de casos: a ***Stiftung Wissenschaft und Politik (SWP) – German Institute for International and Security Affairs*** e a ***Deutsche Gesellschaft für Auswärtige Politik e. V. (DGAP) – German Council on Foreign Relations***. A seguir, discutiremos brevemente algumas das principais características das duas instituições, ressaltando seu histórico, atividades, orçamento e relevância nas áreas em que atuam.

Estabelecida em 1962 por setores da iniciativa privada em Ebenhausen, Baviera, a ***Stiftung Wissenschaft und Politik (SWP) – German Institute for International and Security Affairs*** torna-se uma fundação sem fins lucrativos, subvencionada pelo governo federal alemão e pelo *Bundestag*, em janeiro de 1965. Em 2000, a sede da instituição muda-se para Berlim, e em 2009 é inaugurada também uma sede em Bruxelas, Bélgica. Atualmente, a instituição emprega mais de 130 funcionários, além dos mais de 60 pesquisadores que trabalham nas oito divisões de pesquisa da fundação. De acordo com o seu estatuto, o propósito da SWP é:

[...] em consulta com o *Bundestag* e o governo federal alemão, conduzir pesquisas científicas nos campos da política internacional e das políticas externa e de segurança com o objetivo de prover aconselhamento político fundamentado em pesquisa científica independente, e publicá-las quando apropriado<sup>18</sup>.

---

<sup>18</sup> “[...] im Benehmen mit dem Deutschen Bundestag und der Bundesregierung wissenschaftliche Untersuchungen auf den Gebieten der internationalen Politik sowie der Außen- und Sicherheitspolitik mit dem Ziel der Politikberatung auf der Grundlage unabhängiger wissenschaftlicher Forschung durchzuführen und in geeigneten Fällen zu veröffentlichen”. O trecho original consta no Estatuto da SWP, § 2, alínea 1. Disponível em: <<http://www.swp-berlin.org/de/ueber-uns/aufgaben/satzung-der->

Quanto aos órgãos e à estrutura, compõem a SWP um Conselho (*Stiftungsrat/Council*), uma Comissão (*Vorstand/Board*) e uma Comissão Científica (*Forschungsbeirat/Research Board*), apontada pelos dois órgãos precedentes. Composto por uma presidência tripartite e por vinte outros membros oriundos do parlamento, dos ministérios, da academia e demais órgãos e associações públicas e privadas, o Conselho é atualmente presidido por Hans-Peter Keitel, vice-presidente da Federação das Indústrias Alemãs, contando também com a presença do chefe de gabinete da chancelaria federal e de uma representante do Parlamento Europeu, ambos na função de *deputy presidents*. A Comissão, por sua vez, é dirigida, desde 2005, por Volker Perthes e conta ainda com mais dois membros – também professores doutores –, enquanto a Comissão Científica é formada por dez pesquisadores de universidades e centros de pesquisa da Alemanha e do exterior.

O financiamento deste *think tank* concentra-se, em larga medida, em recursos do governo federal, os quais totalizaram, em 2014, o montante de € 11,7 milhões. Desse valor, 75% destinaram-se a gastos com pessoal, e 25% aos custos operacionais. O regimento financeiro da instituição prevê, além da subvenção governamental anual, a obtenção de financiamento extraordinário para projetos de pesquisa especiais, desde que estes não excedam 25% do financiamento governamental. Em 2014, o financiamento externo atingiu o montante de € 2,21 milhões, 40% dele oriundo do próprio governo, 20% de outras fundações, 15% da União Europeia e apenas 9% do setor privado, entre outros<sup>19</sup>.

Muito embora o orçamento da instituição esteja concentrado em recursos do governo federal, Perthes (2011) salienta três dimensões por meio das quais a SWP definiria sua independência: primeiramente, membros de todos os grupos parlamentares estariam representados no Conselho (*Stiftungsrat*), e o aconselhamento produzido pelo *think tank* estaria igualmente à disposição dos membros de todos os partidos presentes no *Bundestag*; em segundo lugar, a agenda de pesquisa é definida pela própria SWP e deliberada pelo Conselho da instituição, não havendo pesquisas sob demanda (“*research on demand*”); por fim, a terceira dimensão, ainda segundo Perthes (2011), diz respeito à cientificidade e à independência com relação aos resultados das pesquisas

---

[swp.html#para2](#)>. Na seção “*Our tasks*” da página da instituição na Internet, encontram-se as informações básicas sobre o histórico e o número de funcionários. Disponível em: <<http://www.swp-berlin.org/en/about-swp/tasks.html>>. Acesso em: 6 jan. 2016.

<sup>19</sup> A estrutura, a composição completa dos órgãos e os detalhes sobre as fontes de financiamento da SWP podem ser encontrados na página do *think tank* na Internet. Disponível em: <<http://www.swp-berlin.org/ueber-uns/organe-der-stiftung.html>>. Acesso em: 6 jan. 2016.

que desenvolve a SWP, que não buscam simplesmente referendar políticas levadas a cabo seja pelo governo, seja pela oposição, seja ainda pela União Europeia ou demais entes governamentais.

“O maior *think tank* da Europa”, como o descreve seu diretor na página de apresentação da instituição na Internet<sup>20</sup>, de fato sobressai quando se compara seu orçamento ao dos demais *think tanks* europeus elencados por Missiroli e Ioannides (2012), sendo inferior apenas à dotação de que dispõe a *Bertelsmann Stiftung*, esta no montante de € 60 milhões em 2010, oriundos majoritariamente de recursos da multinacional alemã *Bertelsmann AG*. Contudo, diferentemente da pluralidade de áreas em que se envolvem os pesquisadores da *Bertelsmann*, a SWP concentra-se somente nas temáticas das políticas externa, internacional, de segurança e defesa, organizando suas atividades em oito divisões de pesquisa, quais sejam: UE/Europa; Segurança Internacional; Américas; Leste Europeu, Eurásia; Oriente Médio e África; Ásia; e Assuntos Globais.

O *site* da instituição também lista 34 projetos de natureza diversa em andamento, compreendendo desde a cooperação interinstitucional, até a realização de conferências e a formação de redes transnacionais de pesquisadores, entre outros, além de quinze outros projetos já concluídos<sup>21</sup>. Ainda segundo o relatório editado por Missiroli e Ioannides (2012), as principais audiências das atividades e publicações da SWP são a chancelaria, os ministérios e os membros do parlamento alemão, assim como *policy-makers* alemães atuando em Bruxelas, a exemplo dos membros das delegações do país nos órgãos da UE e da OTAN.

A fundação da *Deutsche Gesellschaft für Auswärtige Politik e. V. (DGAP)* – *German Council on Foreign Relations* remonta à década de 1950, dando sequência às atividades desenvolvidas desde 1945 por Wilhelm Cornides à frente do *Europa-Archiv*, periódico pioneiro dedicado à temática internacional publicado em Frankfurt. Em 1952, Cornides e Theodor Steltzer, diretor do Instituto para Política e Economia Europeias de Frankfurt (*Institut für Europäische Politik und Wirtschaft*) travaram os primeiros contatos com *think tanks* dos EUA e do Reino Unido, principalmente com o *Council on Foreign Relations* e a *Chatham House*, bem como com pesquisadores, políticos, diplomatas e empresários alemães, a fim de discutirem a fundação de uma instituição

---

<sup>20</sup> Disponível em: <<http://www.swp-berlin.org/en/about-swp.html>>. Acesso em: 6 jan. 2016.

<sup>21</sup> A lista completa dos projetos encontra-se neste endereço: <<http://www.swp-berlin.org/en/projects.html>>. Acesso em 6 jan. 2016.

similar àquelas duas na Alemanha. A fundação da DGAP concretiza-se em 1955, na Universidade de Bonn, contando com a presença do então chanceler Konrad Adenauer. Inicialmente sediada em Frankfurt, a instituição muda-se para Bonn em 1960 e, seguindo a migração da capital do país, para Berlim em 1999.

Assim como no caso da *Bertelsmann Stiftung*, a DGAP difere, sobretudo no financiamento, das características discutidas acima a respeito da SWP: totalizando, em 2014, aproximadamente € 7,3 milhões, o orçamento deste *think tank* provém de um conjunto amplo de grandes corporações alemãs e estrangeiras dos setores bancário, financeiro, automobilístico, aeroespacial, petroquímico, metal-mecânico, de defesa, de comunicações, entre outros, destacando-se entre os financiadores, por exemplo: *Airbus Group*, *Deutsche Bank AG*, *Dr. Arend Oetker Holding GmbH & Co. KG* (estas com contribuições de € 100.000 ou mais); *Daimler AG*, *Huawei Technologies*, *Deutschland GmbH*, *Shell Deutschland Oil GmbH* (€ 25.000 ou mais); *Audi AG*, *Metro AG*, *KPMG AG Wirtschaftsprüfungsgesellschaft*, *Deutsche Telekom AG* (€ 10.000 ou mais); *BASF SE*, *Bayer AG*, *BMW Group AG*, *Robert Bosch GmbH*, *BP Europa SE*, *Commerzbank AG*, *Siemens AG*, *ThyssenKrupp AG*, *Volkswagen AG*, *Lockheed Martin Corp.* (€ 5.000 ou mais).

O Ministério das Relações Exteriores alemão (*Auswärtiges Amt*), além disso, destina uma contribuição institucional anual ao *think tank*, a qual, em 2014, atingiu o montante de € 748.000; também financiam as atividades da DGAP fundações e associações públicas, privadas e partidárias – tais como *Robert Bosch Stiftung* e *Otto Wolff Stiftung* (€ 100.000 ou mais); *BMW Stiftung Herbert Quandt*, *Stiftung Mercator*, *Stifterverband für die Deutsche Wissenschaft e. V.*, *Fritz Thyssen Stiftung* (€ 25.000 ou mais); *Friedrich Ebert Stiftung* (associada ao Partido Social-Democrata da Alemanha, SPD), *Stiftung für Deutsch-Polnische Zusammenarbeit* (€ 10.000 ou mais), entre outras. Interessa apontar também o financiamento ofertado pelo *The German Marshall Fund of the United States*, listado na faixa de contribuição de € 10.000 ou mais. Por fim, a contribuição individual dos membros associados à DGAP soma-se às demais fontes de financiamento da instituição<sup>22</sup>.

---

<sup>22</sup> A lista completa das instituições e indivíduos que financiam as atividades da DGAP, divididas por faixas de contribuição, bem como o relatório financeiro e o balanço da instituição relativos a 2014 encontram-se disponíveis no relatório anual 2014/15. Disponível em: <[https://dgap.org/sites/default/files/static\\_page\\_downloads/jbe\\_2014-15\\_gesamt\\_online2.pdf](https://dgap.org/sites/default/files/static_page_downloads/jbe_2014-15_gesamt_online2.pdf)>. Acesso em: 9 jan. 2016.

Em sua estratégia de comunicação, o material institucional veiculado pela DGAP utiliza-se da noção de “rede de política externa” como rótulo e principal atributo distintivo da instituição em relação aos demais atores envolvidos na formulação e condução da política externa alemã e, por extensão, em relação também aos demais *think tanks* voltados para essa área na Alemanha. Segundo o relatório anual 2014-2015 “*DGAPjahresbericht 2014/15*”, “Ela [a DGAP] é a única rede na Alemanha que envolve, na mesma medida e de maneira orientada, todos os atores da política externa – políticos, empresários, cientistas e representantes da mídia” (DGAP, 2015, p. 5, tradução nossa, grifo nosso)<sup>23</sup>.

Mais de 2.500 membros compõem, juntamente às empresas, fundações e demais instituições públicas, privadas e partidárias, a rede interpessoal e interinstitucional oferecida pela DGAP. Destes, 2.236 qualificam-se, em 2015, como membros contribuintes, tendo somado € 426.000 em recursos para o financiamento das atividades deste *think tank*. De acordo com o relatório anual 2014-2015, a idade média dos membros situa-se em torno dos 50 anos, e somente 16% são mulheres. O acesso a eventos exclusivos, tais como palestras, conferências e fóruns de discussão com figuras proeminentes dos universos político, empresarial e acadêmico da Alemanha e do exterior, além da própria afiliação à rede da DGAP, é a principal vantagem de que se beneficiam os seus membros. Em 2008, além disso, foi criada a *Junge DGAP (YOUNG DGAP)*, subdivisão da rede de afiliados voltada a membros com até 35 anos, incluindo, atualmente, em torno de 25% do total de membros.

A estrutura e os principais órgãos deste *think tank* subdividem-se em uma assembleia geral de membros (*Mitgliederversammlung*), uma comissão executiva (*Vorstand*) – chefiada pelo presidente Arend Oetker e pelo secretário-geral Harald Kindermann –, e por um comitê (*Präsidium*), composto pelo presidente e por um conjunto de até 40 membros escolhidos pela assembleia geral e aprovados pela comissão executiva. O instituto de pesquisa (*Forschungsinstitut*) da DGAP, por sua vez, abriga 30 pesquisadores trabalhando em dez programas de pesquisa, responsáveis pela condução de 42 projetos ao longo de 2014.

A biblioteca especial de política externa e o centro de documentação da instituição, bem como o periódico bimensal *Internationale Politik* (IP) constituem, respectivamente, o arquivo físico e digital para consulta pública disponibilizado pela

---

<sup>23</sup> “*Sie ist das einzige Netzwerk in Deutschland, das gezielt alle Akteure der Außenpolitik – Politiker, Unternehmer, Wissenschaftler und Medienvertreter – gleichermaßen einbezieht*”.

instituição e a principal publicação lançada pela DGAP, em circulação desde 1945<sup>24</sup>. Por fim, além de uma consultoria vinculada ao *think tank* – e de cujos serviços a instituição arrecada parte dos recursos de seu orçamento –, a *DGAP Consulting GmbH*, fundada em 2011, completam a sua estrutura institucional dois órgãos voltados para a viabilização e administração financeiras das atividades da DGAP, quais sejam, o *Fördererkreis der DGAP e. V.* e a *Stiftung der DGAP für Auswärtige Politik*, estabelecidos, respectivamente, em 1955 e 2010<sup>25</sup>.

Discutidas as principais características do espaço em que operam os *think tanks* na Alemanha e apresentadas as duas instituições cujas publicações serão analisadas a seguir, parte-se, na subseção seguinte, para a discussão sobre os principais *think tanks* dedicados às áreas de interesse da pesquisa atuando na França.

### 2.2.2 França: IFRI e FRS

Buscando explicitar os diversos condicionantes que levam os *think tanks* a serem mais uma ilustração da assim chamada “exceção francesa”, Desmoulin (2002) discute a realidade dos institutos de pesquisa em políticas públicas na França, analisando suas particularidades em relação ao espaço ocupado pelos *think tanks* nos EUA, a operacionalidade do conceito quando aplicado a tais instituições no contexto francês, os marcos jurídicos sob os quais operam esses institutos e os constrangimentos que conformam o espaço dos *think tanks* no país. A autora constata não apenas que o uso do termo “*think tank*” mostrava-se ainda restrito e carregado de teor valorativo, sendo utilizado com frequência como rótulo (*label*) positivo em busca legitimidade e credibilidade junto à mídia e à opinião pública, mas também que, em decorrência de particularidades históricas, institucionais e societárias, diversas instituições poderiam ser enquadradas operacionalmente no conceito em questão.

Desmoulin (2005, 2009) retoma a questão do uso do termo *think tank* como denominação, rótulo e estratégia de comunicação cuja definição, na França, ainda seria ambígua e propícia à instrumentalização e ao “lucro” ou “benefício simbólico”. A mídia, nesse sentido, assumiria um papel fundamental para o efeito de rotulação e prestígio dessas instituições, atuando como lócus de produção e difusão de um discurso

---

<sup>24</sup> Em 1995, o periódico *Europa-Archiv* – que fora criado por Wilhelm Cornides, em 1945, na cidade de Frankfurt e que, desde 1955, era a principal publicação da DGAP – passa a se chamar *Internationale Politik* (IP), título que mantém até hoje.

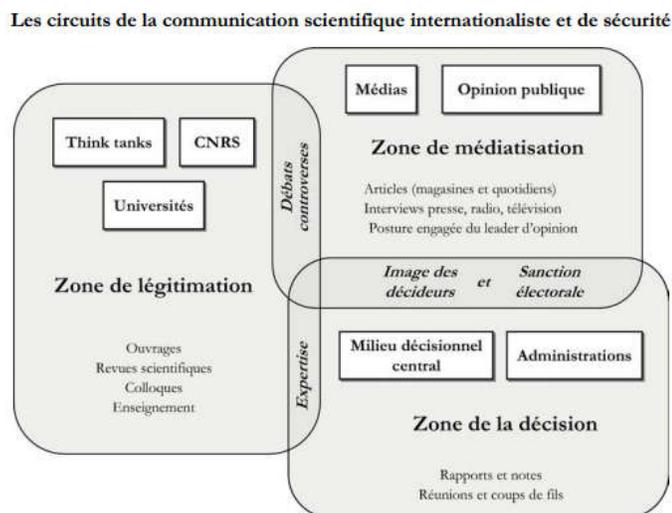
<sup>25</sup> O detalhamento da estrutura e dos órgãos que compõem a DGAP encontra-se no estatuto da instituição. Disponível em: <<https://dgap.org/de/gesellschaft/ueber-uns/satzung>>. Acesso em: 11 jan. 2016.

geralmente laudatório, que encarna nos institutos de pesquisa erigidos sob o modelo estadunidense de *think tanks* a excelência do pensamento aplicado às questões de políticas públicas na França, bem como a capacidade incontestável de influenciar o debate político.

Um importante desenvolvimento ressaltado por Fieschy e Gaffney (2004) e por Desmoulins (2005, 2009) refere-se à inserção repentina e à proliferação incontestável dos portais de acesso aos *think tanks* franceses na Internet. Esse movimento, conforme argumentam Fieschy e Gaffney (2004) desencadeou-se, principalmente, desde fins da década de 1990, e foi com base no modelo de *website* importado dos *think tanks* dos EUA que as instituições de pesquisa francesas procuraram reivindicar, desde então, uma identidade própria, a visibilidade, o reconhecimento e a legitimidade imprescindíveis para se afirmarem como atores relevantes no debate público. Por meio dos recursos disponíveis nos seus repositórios *online* e do discurso que difundem em suas páginas na Internet, os *think tanks* da França buscam reforçar a sua inserção no espaço político-midiático e alcançar um público mais amplo, promovendo ao mesmo tempo seu papel institucional peculiar – insistindo, para tanto, na construção de sua identidade própria e distintiva expressamente como *think tanks* – e sua produção e o público a que esta se destina.

À semelhança do esquema proposto por Medvetz (2012) apresentado na Figura 1, que ilustra a posição privilegiada no campo de poder em que se situam os *think tanks* no contexto dos EUA, Desmoulins (2005) refere-se a um “circuito de legitimação midiática e de expertise”, no qual a mídia vale-se dos conceitos, das ideias e da cientificidade emanadas da produção dos *think tanks* para embasar e tornar credíveis as notícias que veicula e os posicionamentos que assume, ao passo que os institutos de pesquisa encontram nos veículos de mídia acesso privilegiado para se afirmarem como fonte segura de informação, análise e expertise. O circuito também expõe a dependência de um sistema político democrático em relação aos meios de comunicação e à opinião pública, de modo que os *think tanks*, como formadores de opinião, podem, inclusive, assumir relevância para o cálculo político-eleitoral dos decisores. A Figura 2 ilustra essa inter-relação, descrevendo os “circuitos da comunicação científica internacionalista e de segurança” discutidos por Desmoulins (2005).

**Figura 2 – Circuitos da comunicação científica internacionalista e de segurança**



Fonte: Desmoulins (2005, p. 340).

A própria utilização pela imprensa do termo original em inglês, ainda que haja traduções possíveis para o francês – tais como *réservoir intellectuel*, *institut de recherche*, *laboratoire d'idées*, *cercle de réflexion* ou *boîte à idées* –, revelaria a distinção, a credibilidade e um certo fascínio reservados aos anglicismos no uso cotidiano do idioma. Além disso, as referências a essas instituições nos veículos de mídia viriam frequentemente acompanhadas, ainda segundo a autora, de adjetivações positivas e laudatórias, ao passo que conotações pejorativas a seu respeito seriam, por outro lado, negligenciáveis. A referência aos experts e às publicações de determinados institutos surge como estratégia de comunicação que encontra respaldo na cientificidade, de modo que, como afirma Desmoulins (2009, p. 16, tradução nossa):

Às vezes, o *think tank* é inclusive personificado, ele pensa, afirma, decide, encoraja, denuncia. Os *think tanks* anglo-saxões, como os franceses, se impõem assim como fontes de informação e de análise incontestáveis<sup>26</sup>.

Quanto aos aspectos que definiriam o espaço dos *think tanks* na França para além do “circuito de legitimação” mencionado acima, Desmoulins (2002) destaca o prestígio do intelectualismo e das figuras do intelectual independente e

<sup>26</sup> “Parfois, le *think tank* est même personifié, il pense, affirme, décide, encourage, dénonce. Les *think tanks* anglo-saxons comme français s'imposent ainsi en tant que sources d'information et d'analyse incontestables”.

“antiestablishment” e do intelectual orgânico, a serviço do governo, na cultura política francesa. O fenômeno concorre, segundo a autora, para que especialistas em matérias de políticas públicas não precisem recorrer, necessariamente, à filiação a um *think tank* para que sejam capazes de influenciar o debate público.

Duas tendências poderiam ampliar a participação dos *think tanks* no processo de formulação de políticas: por um lado, maiores especialização, tecnicidade e complexidade das temáticas de políticas públicas, o que elevaria a importância da expertise para os decisores; e, por outro lado, uma maior democratização na formulação de políticas públicas, ao mesmo tempo abrindo espaço para a participação da sociedade civil nesse processo e conferindo, potencialmente, uma imagem positiva aos decisores, isto é, a imagem de gestores bem informados e aconselhados por especialistas. Todavia, Desmoulin (2002) pondera que, mesmo na presença dessas duas tendências, pode não aumentar a integração dos *think tanks* franceses ao processo de tomada de decisão, caso os decisores recorram a outras fontes de expertise em políticas públicas, a exemplo dos próprios intelectuais.

A grande dependência de recursos públicos para o funcionamento dos institutos de pesquisa seria outra marca característica do espaço dos *think tanks* na França, afastando o tipo de instituição encontrado no país do modelo paradigmático, exaltado pela literatura hegemônica sobre o tema, dos EUA. Além disso, a autopercepção predominantemente decisionista do Executivo francês – confinando o processo decisório, sobretudo, à figura do presidente e ao seu *staff* e relegando ao conhecimento especializado uma posição marginal no ciclo de políticas públicas –, seria outro aspecto que, em associação a uma cultura organizacional da administração pública bastante hierarquizada, com forte espírito de lealdade ao Estado e de obediência às regras e à hierarquia<sup>27</sup>, definiriam o baixo perfil da inserção dos principais *think tanks* da França no processo de tomada de decisão em políticas públicas e, mais especificamente, nas políticas externa e de defesa. Em virtude disso, tampouco haveria na França o fenômeno característico da política nos EUA denominado de “*revolving doors*”, isto é, o trânsito constante de pesquisadores e *policy-makers* entre institutos de pesquisa e cargos na administração pública.

---

<sup>27</sup> Em virtude disso, afirma a autora, “[...] *the French civil service culture does not create a window of opportunity for public policy research institutes’ participation in the decision-making process. Most decision makers only occasionally look to independent think tanks’ for expertise because they already have a source of experts in various disciplines available within the civil service*” (DESMOULINS, 2002, p. 149).

Carpentier-Tanguy (2010) ressalta, nesse sentido, a ausência de uma cultura de “órgãos intermediários” (*corps intermédiaires*) no processo de formulação de políticas públicas na França, diferentemente dos modelos de instituto de pesquisa em políticas públicas encontrados na Alemanha, na Inglaterra e, principalmente, nos EUA, onde os *think tanks* constituiriam “elementos estruturantes da vida política” (CARPENTIER-TANGUY, 2010, p. 4, tradução nossa). Segundo o autor, o Estado domina a elaboração e a distribuição do saber político nos planos estrutural e simbólico sob um modelo centralizado e elitista, ilustrado, por exemplo, pelos Conselhos de Análise Econômica e Estratégica.

A pesquisa de Desmoulin (2005) chega a conclusão semelhante quanto à capacidade de que dispõem os *think tanks* na França para influenciarem o processo de formulação das políticas externa e de defesa: sustentando a hipótese da “permanência da era dos tecnocratas”, a autora ressalta o primado da expertise do Estado, restrita a um número limitado de atores informados pelos circuitos da administração pública e por seus próprios esquemas cognitivos, sobre o conhecimento acadêmico e a produção dos *think tanks*. Para Desmoulin (2005, 2009), resta a estes pouca capacidade de influenciar a ação internacional e estratégica do Estado francês, alcançando tão somente “microvitórias” conjunturais na função de instituições provedoras da credibilidade científica a que recorrem os veículos de mídia em suas análises, dentro da lógica do “circuito de legitimação” discutido acima. Em conclusão, para a autora,

Com poucas exceções, o conteúdo das decisões não foi modificado em seguida às intervenções de pesquisadores em ciências sociais ou de *think tanks* [...] **A influência dos *think tanks*** e dos experts franceses sobre a política exterior da França resta limitada a um número infinitamente restrito de decisões. As exceções identificadas estão ligadas à abertura conjuntural de janelas de oportunidade e especialmente a situações de urgência política ou de urgência midiática quando da emergência de um assunto [*dossier*] na agenda midiática (DESMOULINS, 2005, p. 438, tradução nossa, grifo da autora)<sup>28</sup>.

Uma vez contextualizado o espaço dos *think tanks* na França, discutiremos a seguir duas das instituições de pesquisa mais relevantes que se voltam aos temas de

---

<sup>28</sup> “À de rares exceptions près, le contenu des décisions n’a pas été modifié suite à des interventions de chercheurs en sciences sociales ou de *think tanks* [...] **L’influence des *think tanks*** et des experts français sur la politique extérieure de la France est restée limitée à un nombre infiniment restreint de décisions. Les exceptions identifiées sont liées à l’ouverture conjoncturelle de fenêtres d’opportunités et notamment à des situations d’urgence politique ou d’urgence médiatique lors de l’avènement d’un dossier sur l’agenda médiatique”.

interesse deste trabalho: o *Institut Français des Relations Internationales (IFRI)* e a *Fondation pour la Recherche Stratégique (FRS)*. Muito embora a bibliografia especializada e os relatórios/*rankings* utilizados como apoio à seleção dos casos apontem outros *think tanks* relevantes no contexto francês para os temas aqui abordados – destacando-se, por exemplo, o *Institut de Relations Internationales et Stratégiques (IRIS)* e o *Centre de Recherches Internationales (CERI)* –, as limitações de espaço, tempo e escopo do presente trabalho impõem uma maior seletividade na escolha dos casos.

Conforme discutido acima, o espaço ocupado pelos *think tanks* na França e o papel por eles desempenhado nos debates em torno de políticas públicas das áreas de defesa, segurança, política externa e relações internacionais possuem características próprias e que os distinguem da realidade – aliás, muito mais pesquisada – dessas instituições nos EUA. Contudo, os institutos de pesquisa estratégica da França não são desprezíveis em número, como atesta o relatório de McGann (2014), e tampouco é irrelevante o seu engajamento em busca de influência na esfera político-midiática e junto à opinião pública mais ampla, conforme ressalta a literatura discutida ao longo deste trabalho.

Nesse sentido, parece relativamente consensual a notoriedade que assume o *Institut Français des Relations Internationales (IFRI)* – *French Institute of International Relations*, criado em 1979 por Thierry de Montbrial. Precursor entre os *think tankers* da França, Montbrial foi também o criador e primeiro diretor do *Centre d'analyse, de prévision et de stratégie (CAPS)*, órgão ligado ao Ministério de Assuntos Estrangeiros, e ocupou, entre 1993-2001, a presidência da *Fondation pour la Recherche Stratégique (FRS)*. Segundo Carpentier-Tanguy (2010), o próprio Ministério de Assuntos Estrangeiros da França atribui ao IFRI um papel pioneiro, como o primeiro centro pluridisciplinar criado na França sob o modelo dos *think tanks* dos EUA.

O IFRI goza de relativa diversidade de financiamento e autonomia financeira, tendo em vista serem os financiamentos oriundos tanto de recursos públicos (25%) – sobretudo do Ministério da Defesa, e do gabinete do Primeiro-Ministro –, quanto de doadores privados (70%), e é enquadrado pela “*loi 1901*”, sendo, juridicamente, uma fundação de utilidade pública sem fins lucrativos (*Association reconnue d'utilité publique*). Em 2013, o orçamento do instituto ultrapassava € 6,3 milhões (IFRI, 2013). Dispondo de uma ampla e influente rede de contatos internacionais, este *think tank* fornece, segundo Desmoulin (2002, p. 164, tradução nossa), um fórum de

encontro e de difusão de ideias, opiniões e conhecimento especializado, servindo como “terreno intermediário para a diplomacia paralela francesa”.

O histórico de pioneirismo no país faz com que a comunicação do instituto reivindique a supremacia dentre os congêneres e a identidade de *think tank* modelo. Seu papel como ator da paradiplomacia, ilustrando e reforçando, segundo Desmoulin (2005), a política exterior da França, confere-lhe muito mais a dimensão prática, como um local de encontro prestigioso da elite político-econômica, do que propriamente a dimensão acadêmica, de análise e proposição. A interação com a mídia, central para as atividades dos *think tanks* na França conforme discutido acima, é ressaltada no relatório de 2013 do IFRI: o instituto teve 4.300 citações nas mídias doméstica e internacional, e seus pesquisadores apareceram em 345 artigos e entrevistas e em 320 emissões audiovisuais veiculadas somente naquele ano (IFRI, 2013).

***A Fondation pour la Recherche Stratégique (FRS) – Foundation for Strategic Research***, por sua vez, é resultado da fusão entre a *Fondation pour les études de défense* (FED) – criada em 1992 por um agrupamento de indústrias de defesa que dependiam de contratos públicos, contando com o apoio do Primeiro Ministro e do Ministro da Defesa à época – e o *Centre de Recherches et d'Études sur les Stratégies et les Technologies* (CREST) – criado por um grupo de pesquisadores em políticas públicas e sediado no campus de uma universidade de elite no subúrbio de Paris. Definido por Desmoulin (2002) como um “local de encontro neutro entre industriais e acadêmicos”, o FRS trabalha, predominantemente, por meio de contratos de agências governamentais. Na realidade, a fusão entre a FED e o CREST deu-se mais no sentido de uma aquisição do CREST pelo FED, o que se expressa também na continuidade da instituição como fundação – ainda que, operacionalmente, a FRS aproxime-se mais das funções do CREST como centro de pesquisa por contrato (*contract research center*).

Desmoulin (2002, 2005) resalta a dependência de subsídios públicos para o funcionamento da FRS e destaca a dependência em relação ao Ministério da Defesa, que poderia, *de facto* ou *de jure*, intervir nas suas atividades e mesmo em sua existência. Em termos de pessoal, os pesquisadores envolvidos no instituto vêm de diferentes origens; gestores de altos escalões da administração pública, professores e demais membros do governo e de organizações internacionais também fazem parte da equipe da FRS, e há um conselho científico composto por membros das áreas em que atua a Fundação, o qual é responsável pelas atividades acadêmicas desenvolvidas.

Desmoulins (2002, 2005) e Carpentier-Tanguy (2010) afirmam que a FRS é muito próxima à esfera pública, estando a “meio caminho” entre o poder público – principalmente o Ministério da Defesa – e a iniciativa privada no mercado da defesa. Essa proximidade não decorreria apenas do campo de estudos em que opera e do perfil de recrutamento do instituto, mas também da capacidade reivindicada pelos seus pesquisadores de responder a demandas não acadêmicas do governo em matérias estratégicas. O interesse predominante dessa instituição pela pesquisa aplicada às demandas da indústria de defesa pode ser evidenciado pelo conteúdo das publicações selecionadas para análise nesta pesquisa. A apresentação e a análise dos discursos veiculados pelas publicações deste e dos demais *think tanks* discutidos até aqui a respeito da recente inserção internacional do Brasil constituem os objetos do próximo capítulo.

### **3. UMA ANÁLISE DO DISCURSO DOS PRINCIPAIS *THINK TANKS* DA ALEMANHA E DA FRANÇA A RESPEITO DA INSERÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL (2003-2014)**

No capítulo anterior, buscamos explicitar as principais especificidades dos *think tanks* como atores envolvidos no ciclo de políticas públicas e, particularmente, como atores que buscam influenciar a tomada de decisão em política externa, de defesa e de segurança. Discutimos também o contexto em que se inserem e as características das principais instituições envolvidas nos espaços alemão e francês dos *think tanks*, selecionando quatro instituições cujo histórico, atividades e relevância nos debates político-estratégico e midiático da Alemanha e da França são destacados pela literatura especializada e pelos relatórios que informaram a pesquisa.

Neste capítulo, retoma-se a discussão proposta por Hansen (2006) acerca do emprego da abordagem pós-estruturalista de análise do discurso, a fim de construirmos um modelo de pesquisa adequado ao problema e ao objetivo geral do trabalho. Ressaltam-se os pressupostos inscritos na ontologia da construção linguística da identidade e as consequências da adoção de uma epistemologia discursiva, que busca compreender como se articulam identidades e políticas. Em seguida, apresenta-se o processo de seleção do material textual da análise e discutem-se as principais características do corpus da pesquisa; por fim, são analisados, a partir do material selecionado, os principais discursos básicos acerca da inserção internacional recente do Brasil veiculados pelas publicações dos *think tanks* mais relevantes da Alemanha e da França.

#### **3.1 Análise de discurso pós-estruturalista e o corpus da pesquisa**

Conforme apontado brevemente na introdução, a abordagem teórica do pós-estruturalismo parte do pressuposto de que a formulação de uma dada política externa depende, intrinsecamente, das representações atribuídas a identidades. Como prática discursiva, toda política externa precisa atribuir significados às situações a que se dirige e construir os objetos em face dos quais a sua implementação é sustentada como legítima e justificável. O pressuposto de que a política externa baseia-se, necessariamente, nas representações de identidades de outros Estados, de regiões, de populações, de ameaças, etc. relaciona-se a uma definição da noção de *identidade* ao mesmo tempo como *discursiva, política, relacional e social*.

Sendo *discursivas e políticas*, as representações de identidades são construídas por meio do discurso sob ópticas interpretativas particulares aos entes que produzem seus discursos, não havendo, assim, identidades objetivas, situadas em um espaço extra-discursivo; as questões de política externa são apresentadas segundo tais ópticas interpretativas, as quais se sustentam nas representações de identidade construídas pelo discurso para contextualizar, justificar e legitimar opções de política externa adotadas ou em vias de serem adotadas. As representações de identidades advêm, portanto, de um conjunto amplo de indivíduos e instituições interagindo no espaço social através de códigos coletivamente articulados, o que explicita o seu caráter *social*. Por fim, as identidades são *relacionais*, porque construídas sempre em relação a algo que não são, ao “Outro”, em um duplo processo discursivo formado pela justaposição de signos distintivos dessa identidade em ligação positiva (processo de *associação*) aos signos diametralmente opostos do “Outro” (processo de *diferenciação*).

Decorre dessa discussão a respeito da natureza discursiva, política, relacional e social da identidade, ainda segundo a abordagem pós-estruturalista proposta por Hansen (2006), a noção de que os discursos de política externa articulam-se sempre em torno de um “Eu” (*Self*) e de “Outros” (*Others*). Muito embora os discursos clássicos de segurança articulem-se, tradicionalmente, por meio da contraposição entre o “Eu” nacional e a ameaça do “Outro” inimigo, com identidades radicalmente opostas, é possível e frequente haver diferentes graus de “*Otherness*”, isto é, múltiplos níveis de diferenciação em relação ao “Outro”.

Assim, discursos em política externa geralmente constroem identidades mais matizadas e complexas, que não recaem na simples e radical justaposição entre um “Eu” e um “Outro” diametralmente oposto. O que se encontra com mais frequência em discursos de política externa sobre temas não securitizados é um “Outro menos do que radical” (*less-than-radical Other*), cujas representações podem ser apreendidas da interpretação de uma rede de identidades de caráter mais ambíguo, múltiplo, complexo e, por isso, menos radical. Por vezes, ademais, um discurso em particular pode ter se estabelecido de tal forma, que certas identidades não precisem ser reconstruídas e retomadas à exaustão, de modo que alguns sinais que antes serviam para caracterizá-las desaparecem do discurso devido à familiaridade do interlocutor com aquele tema ou problema de política externa<sup>29</sup>.

---

<sup>29</sup> O exemplo da autora para este caso é a região dos Balcãs quando da eclosão do conflito na ex-Iugoslávia: “Por exemplo, quando as guerras na ex-Iugoslávia eclodiram no início dos anos 1990, eles

O estudo empírico das representações de identidade, sobretudo quando não se trata das representações construídas pelo discurso oficial de um Estado acerca de sua própria política externa, demanda o emprego de uma metodologia adequada, que permita, por um lado, a seleção do material textual da pesquisa e a construção de um modelo para a análise e, por outro, a localização e a compreensão dessas representações de identidades nos textos selecionados. No caso deste trabalho, os problemas metodológicos centrais referem-se, então, às seguintes questões: ao tratarmos os *think tanks* como atores produtores de discurso em política externa, que material deve-se selecionar como objeto de uma análise do seu discurso? Como apreender do material selecionado as representações acerca da inserção internacional recente do Brasil? De que forma é possível mover-se dos textos, analisados individualmente, para os discursos?

A resposta a essas questões encontra-se em dois aspectos da proposta de análise de discurso pós-estruturalista apresentada por Hansen (2006): primeiramente, a adoção do modelo de pesquisa intertextual adequado, que abarque a produção discursiva das instituições de interesse para este trabalho, os *think tanks*; por outro lado, quanto à localização das representações e à identificação de discursos estruturantes, trata-se do emprego de uma metodologia que corresponda à epistemologia discursiva da análise de discurso e que, conseqüentemente, esteja localizada ao nível da enunciação dos sinais explícitos nos textos.

Nesse sentido, o modelo de análise proposto neste trabalho associa-se ao segundo modelo intertextual de pesquisa (modelo 2) apresentado por Hansen (2006, p. 54, tradução nossa), o qual “amplia o escopo analítico além do discurso oficial e de suas ligações intertextuais para considerar os principais atores e arenas dentro de um debate de política externa mais amplo”. Diferentemente do primeiro modelo de pesquisa (modelo 1), que considera apenas o discurso oficial construído por chefes de Estado e de governo, militares, diplomatas, etc., o segundo modelo inclui na análise a produção discursiva de atores diversos, como partidos de oposição, veículos de mídia, grandes corporações, Organizações Não Governamentais (ONGs) e demais instituições que se enquadrem como relevantes para o debate sobre política externa e assuntos

---

eram repetidamente construídos como ‘Bálcãs’, e os políticos e a mídia elaboravam a identidade dos ‘Bálcãs’ por meio da articulação de uma série mais longa de sinais. Conforme a guerra continuava e a referência aos ‘Bálcãs’ tornou-se estabelecida, não era mais necessário articular tão detalhadamente uma ligação de sinais: ‘Os Bálcãs’ era agora familiar o suficiente para os leitores, a ponto de eles serem capazes de ‘preencher os sinais’ por eles mesmos” (HANSEN, 2006, p. 40, tradução nossa).

internacionais em um determinado contexto<sup>30</sup>. Ainda que a autora não se refira ao caso dos *think tanks* em nenhum dos três modelos, buscamos demonstrar ao longo das seções anteriores do trabalho a relevância dessas instituições para os debates político-estratégico e midiático sobre temas de política externa, defesa e segurança na Alemanha e na França. Uma vez discutida a sua atuação e constatado o papel que desempenham nesses contextos, consideramos válida a sua inclusão dentre as instituições do modelo 2.

Além do modelo intertextual adequado ao problema e ao objetivo desta pesquisa, é preciso apontar, ainda segundo Hansen (2006), escolhas com relação a três dimensões adicionais: a) em primeiro lugar, se um ou mais “Eus” (*Selves*) – compreendidos aqui como sujeitos discursivos de política externa – serão examinados no estudo; b) se a perspectiva temporal compreenderá apenas um momento em particular ou um desenvolvimento histórico mais amplo; e, por fim, c) se a análise do discurso levará em consideração um evento específico ou múltiplos eventos relacionados ao estudo em questão.

No caso desta pesquisa, serão analisados os discursos de quatro centros de pensamento estratégico da Alemanha e da França (SWP e DGAP; IFRI e FRS, respectivamente), cada qual situado no modelo de pesquisa como um ente próprio na produção discursiva a respeito da inserção internacional recente do Brasil. Considerando-se, no entanto, que os *think tanks* são, por excelência, instituições que agregam representantes das elites política, econômica, social e intelectual nos espaços em que operam, não seria injustificável considerar os *think tanks* de cada país como apenas um ente discursivo: as elites política, econômica, social e intelectual engajadas no debate estratégico de cada país poderiam ser apreendidas, dessa forma, como um único *Self*, voltando a sua produção discursiva ao Brasil e à sua inserção internacional – isto é, ao “Outro”.

A perspectiva temporal corresponde a um momento específico da inserção internacional do Brasil: o período 2003-2014, ao longo do qual se inserem os dois

---

<sup>30</sup> Um resumo a respeito dos três modelos de pesquisa intertextuais propostos pela autora encontra-se na Tabela 4.2 (HANSEN, 2006, p. 57). Além do modelo 1 (discurso oficial) e do modelo 2 (debate político mais amplo, incluindo oposição, mídia, ONGs, empresas), a autora aponta ainda um terceiro modelo de pesquisa, que considera “discursos políticos marginais”, tais como a produção discursiva encontrada em manifestações culturais populares (filmes, literatura, música, entre outros) ou produzida por movimentos sociais, associações ilegais, ONGs de menor expressão, acadêmicos, entre outros. Para a autora, nenhum desses modelos é mais importante do que o outro, e, se adotados em conjunto, eles permitem que se capture de forma mais abrangente a produção, reprodução e contestação de um dado discurso acerca de um dado tema de política externa.

mandatos de Lula da Silva e o primeiro mandato de Dilma Rousseff, ambos eleitos pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Amparados no argumento de Saraiva (2014), consideramos que haja um conjunto de estratégias definidas de política externa em comum entre o governo Lula (2003-2010) e o primeiro mandato de Rousseff (2011-2014) – no qual a atuação internacional do país perde protagonismo, reduz-se o ativismo diplomático e predomina o caráter reativo da inserção internacional brasileira. Permanecem sob a presidência de Dilma Rousseff, no entanto, “uma trajetória revisionista das instituições internacionais, uma atuação ativa em fóruns multilaterais [...] e uma orientação proativa para a dimensão sul-americana”, seguindo “formalmente em vigor” as estratégias e a visão de mundo herdadas dos mandatos de seu antecessor (SARAIVA, 2014, p. 25). Dessa maneira, pode-se afirmar que haja “uma inserção internacional do Brasil” característica ao período em questão, porém menos intensa durante o primeiro mandato de Rousseff – e em retração contínua no segundo mandato em andamento (2015-2018), sobretudo em virtude da situação econômica interna.

Quanto aos eventos considerados na análise, estes são múltiplos e interligados no tempo e por assunto. Assim, ao nos referirmos à produção discursiva dos *think tanks* a respeito da “inserção internacional recente do Brasil”, referimo-nos às representações construídas por esses atores acerca de uma diversidade de agendas das políticas externa, de defesa e de segurança perseguidas ao longo dos três mandatos em questão – por exemplo, a política de integração regional sul-americana, a atuação brasileira em mecanismos de cooperação como a iniciativa BRICS, as políticas de aquisição de capacidades inscritas no Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), o protagonismo brasileiro na Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL), entre diversos outros eventos. A Figura 3, abaixo, resume as três dimensões desta pesquisa conforme o modelo elaborado de pesquisa para análise de discurso proposto por Hansen (2006, p. 72):

**Figura 3 – Modelo de pesquisa: representações dos principais *think tanks* da Alemanha e da França a respeito da inserção internacional do Brasil**



Fonte: Elaboração própria a partir de Hansen (2006, p. 72).

Quanto à seleção do material textual, constituem o corpus de análise da pesquisa 35 publicações disponibilizadas nos bancos de dados *online* das quatro instituições pesquisadas, compreendendo relatórios, notas, artigos e *policy papers* publicados pelos *think tanks* ao longo do período 2003-2014. O levantamento da produção discursiva analisada foi realizado com o uso de marcadores temáticos de relevância para a pesquisa nas ferramentas de busca das páginas dos quatro *think tanks* na Internet, tais como “Brasil”, “Atlântico Sul” e “América do Sul”, nos idiomas inglês, alemão e francês.

A relevância das publicações encontradas para os fins desta dissertação compreende um segundo momento do procedimento de seleção empregado. Dessa forma, relatórios voltados, por exemplo, exclusivamente para questões de política cambial do Brasil ou para a política doméstica da Venezuela não se qualificaram como relevantes, embora aparecessem como resultados da busca nas ferramentas de pesquisa dos *sites* consultados. Da mesma forma, há publicações encontradas por meio do procedimento de busca adotado que, a julgar pelo título, ultrapassariam o escopo da pesquisa, por se voltarem a um tema diferente dos que aqui interessam. No entanto, após uma primeira leitura prospectiva, localizou-se nessas publicações uma seção, capítulo ou parágrafo dedicado ao Brasil e aos aspectos da sua inserção internacional recente, qualificando-se, portanto, como material de interesse para a análise. Listamos, no Anexo 2, o título, a autoria, a extensão, o ano e o tipo das publicações selecionadas a

partir da pesquisa nas ferramentas de busca das páginas na Internet de cada um dos *think tanks* aqui considerados.

O conjunto de textos dos principais *think tanks* da Alemanha compreende 22 publicações lançadas entre 2004 e 2013 – divididas igualmente entre as duas instituições – das quais 14 datam do período 2004-2010. Diferentemente dos relatórios selecionados para a ***Deutsche Gesellschaft für Auswärtige Politik e. V. (DGAP) – German Council on Foreign Relations***, que não ultrapassam a extensão de dez páginas e, em sua quase totalidade, não abordam com exclusividade o Brasil, as publicações da ***Stiftung Wissenschaft und Politik (SWP) – German Institute for International and Security Affairs*** variam entre artigos de conjuntura mais curtos, de até dez páginas, e estudos mais longos, estendendo-se de 22 a 133 páginas.

Destes últimos, destacam-se três relatórios exclusivamente voltados aos principais aspectos da política externa brasileira no período (GRATIUS, 2004; ZILLA, 2011; ZILLA; HARIG, 2012) e uma publicação acerca das ambições marítimas do Brasil no Atlântico Sul (ALBRECHT, 2011). Além disso, a discussão sobre a inserção internacional do Brasil encontra-se presente no estudo da SWP dedicado aos padrões de relacionamento da União Europeia com “grandes Estados” (GRATIUS, 2013) e em três publicações desse *think tank* acerca dos processos de integração regional em desenvolvimento na América do Sul (MAIHOLD, 2004; HUSAR; MAIHOLD, 2006; MAIHOLD; ZILLA, 2008). Os demais relatórios das instituições alemãs analisadas conferem grande ênfase à evolução política da América Latina e da América do Sul, voltando-se, reiteradamente, à discussão sobre a “guinada à esquerda” observada na região ao longo dos anos 2000 (GRATIUS, 2005; MAIHOLD; ZILLA, 2006; BRANDENSTEIN, 2006; RIECK, 2006; WIDMANN, 2010; MAIHOLD, 2013). Com frequência, os relatórios alemães ainda incluem a discussão sobre o Brasil em publicações que abordam a ascensão das potências emergentes e suas implicações para os interesses da Alemanha e da União Europeia (DECKER; MILDNER, 2005; SCHMUCKER, 2006; MAIHOLD, 2007; LIMA, 2008; NOWAK, 2008; NARLIKAR, 2012; JANNING, 2013). Exceto quatro publicações em inglês, todos os demais relatórios encontram-se no idioma alemão.

O corpus textual da pesquisa referente aos dois *think tanks* da França consiste em 13 publicações selecionadas, sendo três delas do ***Institut Français des Relations Internationales (IFRI)***, oito da ***Fondation pour la Recherche Stratégique (FRS)*** e, somados a estas, dois relatórios lançados pela FRS em colaboração com outros dois

*think tanks*<sup>31</sup>. A data de publicação dos relatórios selecionados estende-se de 2006 a 2014, tendo sido 10 das 13 publicações lançadas no período 2011-2014. Todos os relatórios selecionados foram publicados no idioma francês.

Das três publicações do IFRI, duas resultam das atividades de pesquisa do Programa Oriente Médio e Mediterrâneo (*Programme Moyen-Orient et Méditerranée – MOM*) e uma do Programa África Subsaariana (*Programme Afrique subsaharienne*), tendo em comum o enfoque exclusivo sobre diferentes aspectos da inserção recente do Brasil nessas regiões. Mais especificamente, os relatórios propõem-se a analisar as relações recentes do Brasil com o “mundo árabe” (MUXAGATO, 2012), com os países do Magrebe (BRUN, 2011) e com os países do continente africano ao longo dos governos Lula (PATRIOTA, 2011).

As publicações da FRS, por sua vez, dedicam-se a estudos mais amplos sobre temas de defesa nacional e segurança internacional a partir das perspectivas europeia e francesa, sobressaindo problemas de pesquisa relacionados à proliferação nuclear e de mísseis balísticos (DELORY, 2011; TERTRAIS, 2011), à indústria de defesa (MASSON; PAULIN, 2007; BÉLANGER et al., 2012) e ao uso do poder aéreo e do poder naval no século XXI (PICARD; TERTRAIS, 2006; PATRY; GROS, 2009; BOYER; HÉBRARD, 2013). Nestas, as referências à inserção internacional recente do Brasil aparecem como um estudo de caso ou na forma de menção a título de comparação com o objeto de análise de cada relatório. Apenas três publicações da FRS – todas de autoria de pesquisadores brasileiros – dedicam-se exclusivamente ao Brasil, sendo consideravelmente mais breves dos que as publicações do IFRI e voltando-se para as agendas de defesa e segurança brasileiras, bem como para a discussão acerca dos aspectos estratégicos, políticos, econômicos e institucionais que condicionam a formulação das políticas externa e de defesa no país (VALLADÃO, 2014; CEPIK, 2014; VAZ, 2014).

### **3.2 Representações-chave e discursos básicos**

Ainda que se possa considerar cada uma das 35 unidades do corpus textual da pesquisa como um discurso específico<sup>32</sup>, cada qual essencialmente distinto em relação

---

<sup>31</sup> Trata-se das publicações de Tertrais (2011) e de Bélanger et al. (2012), redigidas por pesquisadores da FRS em colaboração com o *Conseil pour la formation et la recherche stratégiques* (CSFRS) e com o *Institut de Recherche Stratégique de l'École Militaire* (IRSEM), respectivamente. Criados ambos em 2009, CSFRS e IRSEM definem-se, segundo as publicações em questão, como instituições de pesquisa multidisciplinar que reúnem acadêmicos, militares, membros de ministérios franceses e da iniciativa privada, e que se voltam para a pesquisa sobre temas de defesa e estratégia.

ao discurso das demais publicações analisadas, sustentamo-nos no argumento de Hansen (2006) a respeito da identificação dos *discursos básicos* produzidos por um conjunto de textos – ou representações orais ou visuais – que circulam em um debate sobre política externa como opção teórica e metodológica para uma análise de discurso pós-estruturalista. Sobre a opção pela identificação de discursos básicos no corpus textual da pesquisa, a autora afirma:

Debates em política externa são constituídos por meio de textos individuais, mas esses textos convergem em torno de temas em comum, em torno de certas construções de identidade e conjuntos de políticas considerados viáveis, desejáveis ou necessários; debates em política externa são, como consequência disso, ligados entre si por um número menor de discursos [...] O valor analítico dos discursos básicos está em estes fornecerem uma lente por meio da qual uma multiplicidade de representações e políticas diferentes pode ser vista como sistematicamente conectada, e em identificarem os pontos-chave do desacordo estruturante dentro de um debate (HANSEN, 2006, p. 46-47, tradução nossa)<sup>33</sup>.

Ainda segundo a autora, os discursos básicos produzidos pelo material textual que circula em um debate sobre temas de política externa são construídos a partir da articulação de “representações-chave” (*key representations*) de identidades, ou seja, por meio da enunciação de identidades geográficas, pelo uso de analogias históricas, metáforas ou conceitos políticos. Por exemplo, discutiremos a seguir um dos discursos básicos mais perceptíveis na análise das publicações dos *think tanks* alemães, que se vale da associação reiterada de representações como “*parceiro responsável*”, “*líder pragmático*” e “*ator coordenador*” ao Brasil e à sua inserção internacional, em

---

<sup>32</sup> Embora os institutos de pesquisa atribuam, com frequência, a responsabilidade sobre as opiniões veiculadas em suas publicações exclusivamente aos seus respectivos autores, por meio de *disclaimers*, considera-se justificável a relação estabelecida ao longo do trabalho entre os discursos produzidos pelas publicações e as instituições que os veiculam, pois os autores dos relatórios analisados ora constituem parte do corpo permanente de pesquisadores de cada uma das instituições, ora são convidados, ou aceitos, a publicarem pelos *think tanks*, sendo-lhes garantido o espaço – e o interesse da instituição – para que difundam as suas opiniões. Disso não decorre, necessariamente, a associação imediata, tampouco o estabelecimento de relações causais, entre as posições de um autor e a atuação dos *think tanks* junto aos formuladores de políticas. Busca-se, neste trabalho, analisar o discurso veiculado nessas publicações como uma abordagem possível para que se possa apreender, ainda que de forma fragmentada e aberta a múltiplas outras interpretações, as repercussões da recente inserção internacional do Brasil segundo um conjunto específico de atores do amplo debate político, estratégico e midiático nos dois países em questão.

<sup>33</sup> “*Foreign policy debates are constituted through individual texts, but these texts converge around common themes, around certain constructions of identity and sets of policies considered viable, desirable or necessary; foreign policy debates are as a consequence bound together by a smaller number of discourses [...] The analytical value of basic discourses is rather that they provide a lens through which a multitude of different representations and policies can be seen as systematically connected and that they identify the key points of structuring disagreement within a debate*”.

contraposição ao “*radicalismo*” e ao “*populismo antiamericano*” da Venezuela de Hugo Chávez, “*enfant terrible politicamente incalculável*” na região.

Neste capítulo, analisaremos, portanto, os discursos básicos que estruturam as representações-chave acerca da inserção internacional recente do Brasil veiculadas pelas publicações selecionadas dos quatro principais *think tanks* da Alemanha e da França. Muito embora haja um número virtualmente incalculável de representações e discursos básicos que possam ser apreendidos de uma análise desta natureza, argumentaremos no sentido de apresentar as representações-chave e os discursos básicos que mais se evidenciam nas publicações dos *think tanks* em questão, respaldando o argumento com fragmentos do corpus textual analisado que articulem a construção discursiva sobre a recente inserção internacional do Brasil.

Portanto, buscaremos demonstrar, nas subseções seguintes, um conjunto de discursos básicos conectados entre si pela articulação de representações-chave recorrentes nos textos selecionados. A partir da análise do discurso das publicações selecionadas, percebe-se que o debate a respeito dos diferentes aspectos (ou eventos) que conformam a inserção internacional recente do Brasil e suas implicações, segundo os centros de pensamento estratégico da Alemanha e da França aqui analisados, converge essencialmente em torno de três discursos básicos: 1) o discurso da inovação diplomática, do ineditismo e do *soft power* socioeconômico dos governos Lula; 2) o discurso do reformismo moderado, que associa as representações de “*parceiro responsável*” e “*líder pragmático*” ao Brasil, em contraposição ao “*radicalismo*” e ao “*populismo*” da Venezuela; e 3) o discurso da pretensão de projeção global do Brasil.

### **3.2.1 O discurso da inovação diplomática, do ineditismo e do *soft power* socioeconômico dos governos Lula**

Repetem-se, nas publicações analisadas, caracterizações a respeito da recente inserção internacional do Brasil que não apenas ressaltam traços de ineditismo, inovação e (hiper-)ativismo diplomático tributários de iniciativas de política externa, de defesa e de segurança perseguidas durante os dois mandatos de Lula da Silva na presidência, mas que também associam essa mesma inserção internacional à agenda do PT, às preferências dos nomes indicados para cargos-chave da formulação de política externa no período e mesmo a atributos pessoais do ex-presidente – ao que se relacionam, por vezes, as noções de “presidencialização”, “partidarização” e

“politização” da política externa brasileira<sup>34</sup>. Com frequência, a inserção internacional do Brasil no período 2003-2014 é construída pelo discurso dos *think tanks* sob análise por meio da *singularização* dos governos Lula – a qual contrapõe o ineditismo e o ativismo de seus dois mandatos ao imobilismo ou inércia das gestões anteriores e ao recuo diplomático observado no primeiro mandato de Dilma Rousseff –, bem como pela *personalização*, ao que se relacionam às referências ao “Brasil de Lula”, à “Era Lula” e aos atributos pessoais do ex-presidente como fatores explicativos do dinamismo e, em muitos casos, do sucesso diplomático brasileiro nesse período – e, por oposição, da imobilidade e do insucesso da inserção internacional do Brasil na ausência de Lula.

Associadas a essas representações, a produção discursiva analisada vale-se, com muita frequência, da relação entre a agenda socioeconômica doméstica dos governos do ex-presidente Lula e a política externa levada a cabo em sua gestão. Articulam-se, nesse sentido, representações acerca do perfil de desenvolvimento socioeconômico que se teria buscado implementar no Brasil desde 2003 à identidade do país em política externa: a “fórmula” ou “experiência brasileira”, o “experimento Lula” e seu “modelo brasileiro” de desenvolvimento socioeconômico com aprofundamento da democracia – expressões que se repetem nos relatórios das quatro instituições – não apenas teriam conferido projeção e legitimidade do país como liderança na América Latina, mas também teriam capacitado a diplomacia brasileira a exportar o sucesso da agenda socioeconômica doméstica em suas relações com os países do Sul global.

Esse discurso evidencia-se, por exemplo, nos relatórios publicados pelo IFRI. Discutindo o Brasil como um “parceiro que se afirma” diante do continente africano ao longo dos governos Lula, Patriota (2012, p. 59, tradução nossa) ressalta o interesse

---

<sup>34</sup> Zilla (2011, p. 11-12), por exemplo, inclui a discussão sobre uma eventual “político-partidarização” (*Parteiopolitisierung*) da política externa dos governos Lula em seu estudo publicado pela SWP, associando-a ao argumento da “erosão do monopólio” do Ministério das Relações Exteriores no período. Segundo a autora, o fenômeno poderia ser compreendido, em parte, como compensação dos governos do PT por uma política econômica ortodoxa em âmbito doméstico. Justificar-se-iam, portanto, iniciativas externas afeitas às linhas tradicionais e ao discurso do partido, tais como a cooperação Sul-Sul, um engajamento maior na América do Sul, a crítica às assimetrias inerentes às relações Norte-Sul e uma proximidade maior aos regimes de esquerda, sobretudo latino-americanos. Por outro lado, a “político-partidarização” atribuída por alguns autores à administração Lula adviria de características da própria estrutura do PT, que contaria com um amplo programa de política externa e política regional, com um ativo secretariado de Relações Internacionais e com contatos com movimentos sociais dos países vizinhos. Por fim, a importância assumida pela figura de Marco Aurélio Garcia, ex-secretário de Relações Internacionais do PT, como assessor de assuntos internacionais da Presidência da República explicaria o uso da expressão: juntamente com o então ministro das Relações Exteriores Celso Amorim (filiação ao PT desde 2009) e com o ex-Secretário-Geral do Itamaraty Samuel Pinheiro Guimarães, Garcia teria alcançado “influência considerável e grande proeminência” sob os governos Lula, sem que tenha havido, em virtude disso, grandes conflitos institucionais ou pessoais, o que adviria da “capacidade de integração” (*Integrationsleistung*) do ex-presidente (ZILLA, 2011, p. 12, tradução nossa).

suscitado nesses países pelos atributos pessoais do ex-presidente, pela sua agenda doméstica e por uma política de cooperação que diferenciaria o país dos demais emergentes: “a facilidade de contato do Presidente Lula com seus homólogos africanos” e “as diversas inovações levadas a cabo pelo governo brasileiro nos campos das políticas sociais ou dos investimentos públicos”, tais como o Programa Bolsa Família, teriam contribuído para o interesse renovado de líderes e tecnocratas africanos na cooperação com o Brasil. O fato de certos membros fundadores do PT associarem-se a movimentos que buscariam representar a população afrodescendente no Brasil teria contribuído, além disso, para que “o impulso inicial da nova política africana do Brasil” viesse justamente da coalizão que conduziu Lula ao poder em 2003 (PATRIOTA, 2012, p. 26, tradução nossa).

Ademais, “certas características da diplomacia, da cooperação, assim como das atividades de empresas brasileiras” qualificariam o país como um “outro líder emergente”, distinto de financiadores tradicionais do Norte e, mais recentemente, do modelo de cooperação oferecido pela China (PATRIOTA, 2012, p. 33, tradução nossa). Diferentemente desta, o Brasil não perceberia a África somente como um “reservatório de recursos naturais”: “a África aparece antes como um parceiro, notadamente na produção de biocombustíveis [...] assim como um mercado promissor de consumidores para os bens manufaturados brasileiros” (PATRIOTA, 2012, p. 26, tradução nossa). Em resumo, o relatório conclui:

[...] certos indícios sugerem que diversas experiências de políticas de desenvolvimento social ou de instituições democráticas brasileiras têm uma influência crescente sobre certos países africanos. A experiência brasileira tem efetivamente o mérito de mostrar que os processos de desenvolvimento econômico e social e de aprofundamento democrático podem ser conduzidos simultaneamente por países em desenvolvimento, mas que eles têm mais chances de se enraizarem na medida em que se realizem de maneira autônoma e adaptada às realidades locais. A difusão dessas experiências se faz essencialmente por formas de *soft power*, o que significa dizer que se trata mais de convencer os outros países a terem objetivos similares aos seus do que de coagir ou recompensar na cena internacional (PATRIOTA, 2012, p. 62, tradução nossa)<sup>35</sup>.

---

<sup>35</sup> “[...] certains indices suggèrent que plusieurs expériences de politiques de développement social ou d’institutions démocratiques brésiliennes ont une influence croissante sur certains pays africains. L’expérience brésilienne a effectivement le mérite de montrer que les processus de développement économique et social et d’approfondissement démocratique peuvent être conduits simultanément par des pays en développement, mais qu’ils ont plus de chance de s’enraciner lorsqu’ils se réalisent de manière autonome et adaptée aux réalités locales. La diffusion de ces expériences se fait essentiellement par des

Em seu estudo a respeito das relações do Brasil com o “mundo árabe”, Muxagato (2012, p. 3, tradução nossa) ressalta, por sua vez, o “perfil mediador e cooperativo do Brasil”, o qual teria desempenhado um importante papel para “a aproximação operada pelo Brasil de Lula com o Oriente Médio”. No plano econômico, prossegue o autor, o “ativismo brasileiro” constituiria uma das facetas da estratégia diplomáticas de aproximação com os países do Sul, sendo também uma “ilustração do que pretendia ser a política exterior universalista do presidente Lula, a saber, uma política inclusiva com todas as partes do mundo” (MUXAGATO, 2012, p. 37, tradução nossa).

Quanto ao “fato inédito” do engajamento brasileiro em “questões de primeira ordem do plano internacional”, tais como a mediação da questão do programa nuclear iraniano ou do conflito entre israelenses e palestinos, Muxagato (2012, p. 38, tradução nossa, grifo nosso) acentua os aspectos da *personalização* e da *singularização* da política externa dos governos Lula em relação à sua sucessora, e recorre à articulação entre atributos pessoais do ex-presidente e representações de identidade da inserção internacional do Brasil no período. Segundo o relatório:

Lula invocou particularmente seu *carisma pessoal e sua experiência de negociador sindical* para influenciar questões com muita atenção midiática, tais como o conflito israelo-palestino.

[...]

Com a chegada ao poder de Dilma Rousseff, o Brasil retorna a uma estratégia internacional mais tradicional (e confortável?) com relação às crises no Oriente Médio. O *tom diplomático enérgico e voluntarista dos anos Lula*, a exemplo da proposta de bons ofícios no conflito israelo-palestino, ou da tentativa de mediação na questão iraniana, deu lugar a uma diplomacia da inação<sup>36</sup>.

Como se verá a seguir, as representações-chave acerca do relacionamento do Brasil com os países do Oriente Médio e, sobretudo, da busca por maior participação nas questões dessa região durante o governo Lula ganham maior expressão, nos relatórios publicados pelos *think tanks* franceses, quando articuladas pelo discurso da

---

*formes de soft power, c'est-à-dire qu'il s'agit d'avantage de convaincre les autres pays d'avoir des objectifs similaires aux siens, plutôt que de contraindre ou récompenser sur la scène internationale”.*

<sup>36</sup> “Lula avait notamment misé sur son charisme personnel et son expérience de négociateur syndical pour peser sur des dossiers très médiatiques, à l’instar du conflit israélo-palestinien [...] Avec l’arrivée au pouvoir de Dilma Rousseff, le Brésil est revenu à une stratégie internationale plus traditionnelle (et confortable ?) concernant les crises au Moyen-Orient. Le ton diplomatique énergique et volontariste des années Lula, à l’instar de la proposition de bons offices dans le conflit israélo-palestinien, ou de la tentative de médiation dans le dossier iranien, a fait place à une diplomatie de l’inaction”.

pretensão de projeção global do Brasil, analisado na subseção 3.2.3, abaixo. Esse é o caso do relatório de Brun (2012), também publicado pelo IFRI, dedicado às relações do Brasil com os países do Magrebe (Argélia, Marrocos e Tunísia).

Ainda que se depreenda do estudo, mais explicitamente, o aspecto da *instrumentalização* da relação com os países dessa região para as “aspirações globais” da diplomacia brasileira, percebem-se elementos próprios do discurso do ineditismo e do ativismo diplomático sob os governos Lula. Assim, segundo Brun (2012, p. 2, tradução nossa), dos cinco membros dos BRICS, “o Brasil é, sem dúvida, aquele que mais deve a sua notoriedade à diplomacia intensa conduzida durante os dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010)”. A equipe governamental do ex-presidente teria implementado, ainda segundo Brun (2012, p. 8, tradução nossa, grifo nosso) uma “*diplomacia muito ativa*, que visa tornar a presença brasileira mais global”, e os países do Magrebe não teriam escapado a essa ofensiva diplomática.

Nas publicações selecionadas dos dois *think tanks* da Alemanha, DGAP e SWP, o discurso básico do ineditismo, da inovação e do *soft power* socioeconômico dos governos Lula é percebido com menor intensidade, e encontra-se associado, principalmente, ao discurso do reformismo moderado – analisado na subseção 3.2.2, a seguir –, o qual contrapõe a inserção “cooperativa”, “pragmática” e “moderada” do Brasil ao “radicalismo” e ao “populismo” da Venezuela. Nesse conjunto de relatórios, o discurso básico do ineditismo dos governos Lula é construído, em grande medida, pela relação entre a identidade da recente inserção internacional do Brasil e a referência a uma “nova autoconfiança” ou “nova assertividade” (*ein neues Selbstbewusstsein*) perceptível também na atuação internacional dos demais emergentes, sobretudo dos BRICS, e dos demais países da América do Sul – neste caso, sobretudo da Venezuela (DECKER; MILDNER, 2005; SCHMUCKER, 2006; RIECK, 2006; ZILLA, 2011; GRATIUS, 2013; JANNING, 2013).

Dessa forma, retomando a discussão prévia sobre a natureza relacional das identidades segundo a abordagem pós-estruturalista de análise do discurso, pode-se afirmar que a identidade da inserção internacional do Brasil relaciona-se, na construção desse discurso básico, em ligação positiva (processo de associação) com a identidade internacional dos BRICS e, de maneira geral, com a representação da “guinada à esquerda”, atribuída à região sul-americana a partir dos anos 2000. A “nova autoconfiança” da inserção internacional brasileira sob Lula faria parte, portanto, de um contexto em que também passavam a se afirmar com maior saliência as demais

potências emergentes e os países sul-americanos nos quais assumiam o poder governos de esquerda e centro-esquerda. Por outro lado, a identidade internacional do Brasil vê-se articulada também em contraposição às principais representações que caracterizam a inserção internacional da Venezuela de Hugo Chávez (processo de diferenciação). Conforme discutiremos a seguir, tais aspectos entrecruzam-se, respectivamente, com as representações-chave que estruturam os discursos básicos da pretensão de projeção global pelo Brasil (subseção 3.2.3) e do reformismo moderado (subseção 3.2.2).

Das publicações da DGAP e da SWP, os relatórios de Gratius (2004, 2005), Lima (2008), Zilla (2011), Zilla e Harig (2012) e Malcher (2013) engajam-se explicitamente na construção de um discurso que associa à recente inserção internacional do Brasil as representações do ineditismo, da inovação, do ativismo e do *soft power* socioeconômico dos governos Lula: assim, sob o governo Lula “o gigante adormecido do continente [sul-americano] despertou para uma nova vida, e distingue-se como uma potência ativa do Sul”, afirma Gratius (2004, p. 5, tradução nossa). A autora ressalta também que, para os interesses europeus e alemães, o Brasil de Lula assumia relevância como “fator de estabilidade democrática” na região, principalmente diante da “instabilidade crônica da região dos Andes” e como “modelo para a transformação social”, em virtude do “experimento Lula” no campo das políticas socioeconômicas (GRATIUS, 2004, p. 6, tradução nossa).

Ademais, com Lula, “a política externa brasileira tornou-se mais ofensiva, ambiciosa e independente”, e o país teria assumido o desafio da globalização e construído “ativamente o processo [a globalização], como o único país latino-americano [a fazê-lo]” (GRATIUS, 2005, p. 81, tradução nossa). Para Lima (2008, p. 3-4, tradução nossa), a contribuição específica de Lula teria sido “colocar em prática através da diplomacia a autonomia que por muitos anos foi almejada por grande parte da comunidade de política externa”, podendo-se afirmar que, apesar de constrangimentos domésticos à sua plena implementação, “houve significativa inovação em política externa no Brasil, que ressalta a assertividade da atual administração”.

Zilla (2011, p. 6, tradução nossa) refere-se, por sua vez, ao “hiperativismo diplomático” observado ao longo dos dois mandatos do ex-presidente, responsável pessoalmente, “como principal força motriz”, por tornar a política externa brasileira “mais abrangente, multifacetada e complexa”. Ainda no primeiro ano da presidência de Dilma Rousseff, o relatório apontava um provável recuo do “hiperativismo

diplomático” que marcara a gestão de seu antecessor, e indicava ainda a indefinição do perfil de atuação externa da atual presidente:

Em face do papel proeminente que Lula desempenhava na política externa, e do fato de que ela foi escolhida por ele próprio como sucessora, Dilma encontra-se diante do desafio de desenvolver internacionalmente um perfil próprio. Falta-lhe, no entanto, o carisma que o outrora líder sindical Lula possuía, mas também o status de uma figura de liderança dentro do PT (ZILLA, 2011, p. 35, tradução nossa)<sup>37</sup>.

Com relação ao aspecto do *soft power* socioeconômico advindo do sucesso da agenda social implementada nos governos Lula, os relatórios de Zilla e Harig (2012) e de Malcher (2013) ressaltam as particularidades e a repercussão do modelo brasileiro de desenvolvimento socioeconômico. “Como país emergente democrático de sucesso”, afirmam Zilla e Harig (2012, p. 12, tradução nossa), “no qual o crescimento foi combinado manifestamente com a redistribuição, o Brasil serve a muitos países emergentes como modelo, de cuja experiência [...] eles querem se beneficiar”. Para Malcher (2013, p. 12, tradução nossa), após onze anos das eleições presidenciais que alçaram Lula da Silva à presidência, “o Brasil tornou-se um modelo para outros países, sobretudo na luta contra a fome”.

Discutindo a ambivalência do Brasil ao mesmo tempo como receptor e “doador emergente” de assistência ao desenvolvimento e auxílio em projetos de cooperação técnica, Zilla e Harig (2012, p. 11, tradução nossa) sinalizam também a percepção positiva de que goza o Brasil por parte dos doadores tradicionais, que enxergam o país como “parceiro” e como “*good guy*” em projetos de cooperação internacional, dados o sucesso na luta contra a pobreza, a estabilidade democrática e o conjunto de princípios que regem as relações internacionais do país. Por outro lado, o relatório aponta elementos que indicariam o emprego de iniciativas de cooperação internacional como instrumento da política externa brasileira – bem como da de outros países emergentes, como China e Índia – para a projeção a um papel de liderança global. Retornaremos a esse aspecto na subseção 3.2.3, dedicada às representações-chave que articulam o discurso da pretensão de projeção global pelo Brasil.

---

<sup>37</sup> “*Angesichts der prominenten Rolle, die Lula in der Außenpolitik spielte, und der Tatsache, dass sie von ihm selbst zur Nachfolgerin erkoren wurde, steht Dilma vor der Herausforderung, international ein eigenes Profil zu entwickeln. Dabei fehlt ihr jenes Charisma, das der einstige Gewerkschaftsführer Lula besaß, aber auch der Status einer Führungsfigur innerhalb der PT*”.

### 3.2.2 O discurso do reformismo moderado

Sobretudo nos relatórios dos dois *think tanks* alemães, o discurso a respeito da recente inserção internacional do Brasil e do seu papel na América do Sul é construído por um conjunto de representações-chave que, reiteradamente, contrapõem o “reformismo moderado”, a “cooperação” e o “pragmatismo” brasileiros ao “radicalismo”, ao “socialismo” e ao “populismo” que definiriam a identidade da inserção internacional da Venezuela – e, em menor medida, também da Bolívia. Em virtude disso, o Brasil é retratado como único ator capaz de estabilizar a região, conter “tendências centrífugas” nos processos de integração regional e a “erosão das estruturas democráticas”<sup>38</sup> na sub-região andina, bem como engajar ou incluir (do alemão, *einbinden*) a Venezuela sob o governo Chávez. Assim, segundo a produção discursiva e as opções de ação política sugeridas pelas publicações da DGAP e da SWP, o Brasil assumiria relevância central para os interesses alemães e europeus na América Latina e na América do Sul.

Tais representações encontram-se, por exemplo, nos relatórios de Gratius (2005), Brandenstein (2006), Rieck (2006) e Widmann (2010), publicados pela DGAP. Analisando comparativamente os presidentes do Chile, do Brasil e da Venezuela em meados da década de 2000, o artigo de Gratius (2005, p. 76, tradução nossa) representa Lula como um “reformista moderado e representante dos países emergentes”, à frente de um governo marcado por continuidade em âmbito doméstico e mudança na ação externa; “ao contrário de Chávez”, afirma o relatório em seguida, “Lula revelou-se, para decepção dos afiliados da esquerda do PT, não como um populista de esquerda latino-americano com discurso anti-imperialista, mas sim como um pragmático” (GRATIUS, 2005, p. 81, tradução nossa). À semelhança do então presidente chileno Ricardo Lagos, Lula seria um “democrata convicto”, respeitado e reconhecido internacionalmente, tendo empreendido, ao longo do tempo, uma “mudança pragmática de posições socialistas a posições social-democratas moderadas”; “em contrapartida”, prossegue a autora, “o populista Chávez é um *enfant terrible* politicamente incalculável da política internacional, que mesmo dentro da própria região dispõe de modesto respaldo, e cuja aliança com Cuba é apreendida com crescente ceticismo no exterior” (GRATIUS, 2005, p. 83, tradução nossa). Diante da “duvidosa disposição democrática” de Chávez, o Brasil sob o governo Lula assumiria o papel de “árbitro”, “conciliador” ou

---

<sup>38</sup> As expressões aparecem, respectivamente, em Maihold (2007) e Rieck (2006).

“intermediário” em prol da democracia representativa na América do Sul, sendo comuns aos dois países somente o interesse na integração da América do Sul e uma “atitude crítica diante da globalização e do unilateralismo dos EUA” (GRATIUS, 2005, p. 83, tradução nossa).

Analisando as semelhanças e diferenças entre os governos que foram alçados ao poder após a “guinada à esquerda” (*Linksruck*) ou o “renascimento socialista” (*sozialistische Renaissance*) da América do Sul na transição das décadas de 1990 e 2000 – e buscando discutir a validade e a aplicabilidade desses conceitos diante da heterogeneidade política observada na região –, o artigo de Brandenstein (2006) vale-se de representações semelhantes para articular o discurso que atribui à inserção internacional do Brasil sob o governo Lula a identidade do “pragmatismo” e do “reformismo moderado”. Para o autor, em detrimento de uma imagem homogeneizante implícita nesses conceitos, a análise caso a caso dos governos inaugurados com a “guinada à esquerda” na América do Sul permitiria a apreensão de dois fenômenos distintos: por um lado, os presidentes do Brasil, do Chile e do Uruguai seriam “socialistas pragmáticos”, advindos de partidos tradicionais de esquerda, que buscam implementar uma agenda liberal na condução da política econômica visando à integração das economias de seus países à globalização. Ademais, tais países assumiriam também uma posição pragmática e, no geral, cooperativa em relação aos EUA, “sem, no entanto, perder de vista suas próprias perspectivas e interesses” (BRANDENSTEIN, 2006, p. 100, tradução nossa).

Os governos da Venezuela, da Bolívia e da Argentina, por outro lado, são representados como “populistas antiamericanos”, cuja procedência e orientação dificilmente poderiam ser enquadradas em um esquema esquerda-direita. “Chávez”, afirma o autor, “é certamente qualquer outra coisa além de um esquerdista clássico ou mesmo um socialista”: o “golpista” (*Putschist*) teria lançado mão, ao longo de seu governo, de uma colcha de retalhos ideológica (*Patchworkideologie*) para implementar o seu projeto político, baseado em elementos de nacionalismo, antiamericanismo, antissemitismo, antiliberalismo, coletivismo e terceiro-mundismo latino-americano dos anos 1970 (BRANDENSTEIN, 2006, p. 98-99, tradução nossa)<sup>39</sup>. Sintetizando o

---

<sup>39</sup> Widmann (2010) analisa, por sua vez, o declínio da popularidade de lideranças de esquerda na América Latina, onde a “guinada à esquerda” teria se tornado, ao fim da década de 2000, um “produto sem demanda”, “esquecido na prateleira” (*Ladenhüter*). Repetem-se, em seu estudo, representações semelhantes acerca da identidade da Venezuela da Chávez, o “populista impopular” (WIDMANN, 2010, p. 96, tradução nossa). A respeito dos governos Kirchner, o autor oferece uma representação distinta das

argumento e explicitando o discurso do pragmatismo atribuído ao Brasil *vis-à-vis* à Venezuela, o autor conclui:

Em face de uma tal imagem, dificilmente se pode falar de uma “guinada à esquerda” uniforme ou mesmo de um renascimento socialista: os presidentes socialistas que governam no Chile, no Brasil e no Uruguai são pragmáticos modernos e moderados, no que se associam mais a Tony Blair do que a Karl Marx. Os presidentes da Argentina, Venezuela e Bolívia seguramente não são socialistas, mas sim apenas estabelecem em seu discurso político associações socialistas e de esquerda. Eles são populistas, cujo posicionamento político é, em certa medida, flexível (BRANDENSTEIN, 2006, p. 101, tradução nossa)<sup>40</sup>.

Rieck (2006) articula representações semelhantes em seu *policy paper* sobre as potencialidades no setor energético abertas aos interesses da União Europeia e da Alemanha após a “guinada à esquerda” na América do Sul. Associam-se, neste caso, representações próprias do discurso do reformismo moderado a representações que estruturam outros discursos básicos aqui analisados, tais como o discurso do *soft power* e o discurso da pretensão de projeção global pelo Brasil, analisado a seguir.

De forma similar ao argumento de Brandenstein (2006), Rieck (2006, p. 110-111, tradução nossa) ressalta a heterogeneidade do espectro político sul-americano, estendendo-se dos “modernizadores no Chile, aos moderados na Argentina e no Brasil até os radicais na Venezuela e Bolívia”. Brasil e Venezuela, como “fortes atores” que emergiriam na América Latina dentro do contexto da “nova autoconfiança” ou “nova assertividade” (*ein neues Selbstbewusstsein*) dos países da região, teriam em comum a confrontação retórica com os EUA e o desejo por uma maior autonomia regional. O projeto e o discurso integracionistas da Venezuela, a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP), não só demonstrariam que “utopias ainda possuem uma certa atratividade na América Latina”, mas também posicionariam o Brasil como principal intermediário dos interesses europeus e alemães na região (RIECK, 2006, p. 112, tradução nossa).

---

demais até então discutidas: “Na Argentina, o casal ‘peronista de esquerda’ Kirchner, que governa mais de uma maneira cleptomaniaca do que socialista, desperdiçou seus sucessos iniciais”. (“*In Argentinien hat das „linksperonistische“ Ehepaar Kirchner, das eher kleptoman als sozialistisch waltet, seine Anfangserfolge verspielt*”).

<sup>40</sup> “*Angesichts eines solchen Bildes wird man kaum von einem einheitlichen „Linksruck“ oder gar einer sozialistischen Renaissance sprechen können: Die regierenden sozialistischen Präsidenten in Chile, Brasilien und Uruguay sind moderne und moderate Pragmatiker, die es mehr mit Tony Blair als mit Karl Marx halten. Die Präsidenten Argentinien, Venezuelas und Boliviens sind sicherlich keine Sozialisten, sondern machen in ihrem politischen Diskurs lediglich linkssozialistische Anleihen. Sie sind Populisten, deren politische Positionierung in gewissem Maße flexibel ist*”.

Isso porque, segundo o artigo, o Brasil despontaria no continente como uma:

[...] potência disciplinadora regionalmente aceita, que, por meio de uma diplomacia profissional, de capacidades militares, crescimento econômico sólido e estruturas democráticas em grande medida consolidadas, representa uma valiosa âncora de estabilidade e polo de identificação (RIECK, 2006, p. 113, tradução nossa)<sup>41</sup>.

Considerando-se as parcerias estratégicas do Brasil com a Alemanha e com a União Europeia, o país deveria ser visto como “parceiro a ser levado a sério” não apenas economicamente, mas também como um ator “em que se deve depositar maior confiança institucionalmente”, recomenda o artigo, e através de quem “a Venezuela pode ser integrada/engajada [*eingebunden*] e conquistada em favor do diálogo europeu” (RIECK, 2006, p. 114, tradução nossa). Chances para os interesses europeus também se abririam em consequência da retórica antiamericana por parte dos países “radicais” e da diminuição da influência dos EUA na região: no caso dos países do Cone Sul, a Alemanha e a UE deveriam promover o modelo europeu de integração, compreendido como um “projeto da paz, da liberdade e da justiça”<sup>42</sup>, e reanimar as negociações do

---

<sup>41</sup> “*Auf dem Kontinent ist Brasilien heute eine regional akzeptierte Ordnungsmacht, die durch professionelle Diplomatie, militärische Fähigkeiten, solides wirtschaftliches Wachstum und weitgehend gefestigte demokratische Strukturen einen wertvollen Stabilitätsanker und Identifikationspol darstellt*”. Nesta passagem, o autor relaciona as representações do Brasil como “potência disciplinadora”, “âncora de estabilidade” e “polo de identificação” à discussão sobre os diferentes “esforços de estabilização” de iniciativa brasileira levados a cabo na região, e também fora dela, nas últimas décadas. O autor destaca, por exemplo, esforços de cooperação em questões energéticas, a arbitragem em disputas internas dos vizinhos e o empenho em manter a região livre de armas nucleares. “O país”, prossegue o autor, “tampouco teme assumir responsabilidades militarmente – por último, como nação líder da missão da ONU no Haiti” (RIECK, 2006, p. 114, tradução nossa). Veem-se entrecruzadas, portanto, representações próprias dos discursos do *soft power*, da pretensão de projeção global pelo Brasil e do reformismo moderado. Ainda a esse respeito, interessa apontar que, dois anos antes, o relatório de Gratius (2004, p. 7, tradução nossa, grifo nosso), publicado pela SWP, afirmava que: “Diferentemente dos EUA no norte, o Brasil não é uma âncora de estabilidade política e econômica para o sul do continente, embora seja, pelo menos, uma garantia de continuidade e progresso em uma região sacudida por crises políticas e econômicas”.

<sup>42</sup> Em diversas ocasiões, os *policy papers* dos dois institutos de pesquisa alemães referem-se comparativamente aos esforços de integração sul-americano e europeu, relativizando, por vezes, a aplicabilidade do conceito de “integração”, tal como o empregam na Europa, para as iniciativas sul-americanas. Maihold (2007, p. 3, tradução nossa), por exemplo, afirma serem os mecanismos de integração energética e de desenvolvimento da infraestrutura regional apenas “um nível de cooperação interestatal”, que não quer e não pode envolver a transferência de soberania, como no caso europeu. Maihold e Zilla (2008, p. 8, tradução nossa), discutindo a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), ressaltam a importância de que novas instituições como essa sejam mantidas a salvo das “patologias notórias dos sistemas de integração na região (mais forma do que substância)”. Husar e Maihold (2006) ressaltam, igualmente, as transformações por que passa o Mercosul diante do ingresso da Venezuela e suas consequências para as estratégias europeias: segundo o artigo, de um mecanismo de “regionalismo aberto”, o Mercosul passou a assumir, com o ingresso de Caracas, um forte componente de “projeto político e social”, “geograficamente expansivo”; em virtude dessa transformação, e diante da expectativa de uma crescente influência venezuelana sobre o bloco, o Mercosul é representado pelos autores como “parceiro difícil” (HUSAR; MAI HOLD, 2006, p. 4, tradução nossa). Da mesma forma, a assinatura do acordo de livre comércio entre o bloco e a UE e as negociações comerciais no âmbito da

acordo Mercosul-União Europeia, buscando facilitar a importação de produtos agrícolas sul-americanos – medida que é representada no artigo como uma “contribuição para a estabilidade e a segurança” (RIECK, 2006, p. 116, tradução nossa).

Na região andina – cujo “declínio” ou “decadência” (*Niedergang*) seriam “de grande interesse político-securitário” –, o engajamento da Alemanha e da UE deveria recair, ainda segundo o autor, sobre projetos de cooperação para o desenvolvimento, luta contra a pobreza e esforços pela democratização das instituições. Nesse caso, a inserção do Brasil em seu entorno regional aparece, novamente, como instrumento para a viabilização dos interesses europeus na região e como objeto do discurso dos *think tanks* alemães:

Como os países governados pela esquerda na região dispõem de autoridade política muito mais elevada do que a uma potência não hemisférica como a UE jamais seria possível, poderia ser promissor o engajamento dos governos de esquerda radicais na Venezuela e na Bolívia por meio de uma “parceria estratégica” aprofundada com o Mercosul e, particularmente, com o Brasil de Lula – mais ainda, em todo caso, visto ele dispor de contatos diretos com Chávez e Morales (RIECK, 2006, p. 116, tradução nossa)<sup>43</sup>.

O discurso do reformismo moderado, da cooperação e do pragmatismo que caracterizariam a recente inserção internacional do Brasil, em contraposição à postura “radical”, “populista” e “politicamente incalculável” da Venezuela na região, pode ser apreendido também nas publicações que compõem o corpus textual selecionado para a SWP. A produção discursiva desse *think tank* confere grande ênfase à identidade “conciliadora” e “pragmática” do país e, sobretudo, ao seu papel como parceiro crucial para os interesses europeus e alemães na América do Sul e como liderança regional a ser fortalecida pela Alemanha e pela UE.

Dessa forma, repetem-se no estudo de Gratius (2004, p. 6, tradução nossa), por exemplo, as referências ao Brasil como “fator de estabilidade democrática” na região

---

Organização Mundial do Comércio (OMC) tornar-se-iam mais difíceis como consequência desse novo contexto. Por fim, o artigo de Gratius (2013) analisa a “distância crescente” nas posições internacionais do Brasil e da UE, apesar da “comunhão de valores”. À semelhança dos relatórios anteriores, a autora considera o ingresso da Venezuela (“Estado politicamente instável”) no Mercosul, e um possível ingresso também da Bolívia, como “mais obstáculos nas já difíceis negociações entre UE-Mercosul” (GRATIUS, 2013, p. 26, tradução nossa).

<sup>43</sup> “Da die linksregierten Nachbarn in der Region ungleich höhere politische Autorität genießen als es einer nichthemisphärischen Macht wie der EU je möglich wäre, dürfte die Einbindung der radikalen Linksinstitutionen in Venezuela und Bolivien über eine vertiefte „strategische Partnerschaft“ mit dem Mercosur und insbesondere mit Lulas Brasilien erfolgversprechend sein – mehr jedenfalls, als es direkte Kontakte mit Chávez oder Morales vermögen”.

diante do “retorno de populistas” e de um “espaço andino cronicamente instável”, onde o país deveria exercer, em cooperação com a Europa, a função de estabilizador (*Anker-Funktion*). A cooperação com a Europa e, especificamente, com a Alemanha também deveria recair, segundo a autora, em questões que envolvam “Estados-problema”, tais como Bolívia, Colômbia, Cuba e Venezuela, ao que se associam, nesse relatório, as representações-chave do discurso analisado anteriormente, referente ao ex-presidente Lula: “politicamente”, afirma Gratius (2004, p. 27, tradução nossa), “Lula exerce [...] uma influência moderadora e democrática sobre populistas de esquerda demagógicos como Hugo Chávez, na Venezuela, ou Evo Morales ou Felipe Quispe na Bolívia”.

Representações semelhantes encontram-se no artigo de Maihold e Zilla (2006): à semelhança do argumento de Brandenstein (2006) e Rieck (2006), haveria, segundo os autores, distintos matizes nos governos da “guinada à esquerda” latino-americana, a qual poderia ser bipartida em dois grupos de atores. Por um lado, a “onda rosa” compreenderia os governos de Lula da Silva, Néstor Kirchner, Ricardo Lagos, Tabaré Vázquez e os presidentes do Panamá e da República Dominicana; por outro lado, os governos de Cuba e Venezuela, movimentos sociais a exemplo dos *Piqueteros*, na Argentina, e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Brasil, “movimentos de libertação” em El Salvador (FMLN) e na Nicarágua (FSLN) e o *Movimiento al Socialismo* (MAS) de Evo Morales, na Bolívia, formariam aquilo a que Maihold e Zilla (2006, p. 2, tradução nossa) se referem como “arco vermelho”.

Associados a esse último conceito, estariam não apenas a “derrocada completa das forças tradicionais de viés social-democrata e democrata-cristão”, mas também, e principalmente na região andina, a emergência de sistemas partidários em que se destacariam o personalismo político, as identidades étnicas e “estruturas neopopulistas” (MAI HOLD; ZILLA, 2006, p. 2-3, tradução nossa). Diante desse quadro, os autores apontam a centralidade do Brasil para os interesses e estratégias europeias na região, utilizando-se, para tanto, de representações muito similares às já discutidas anteriormente, que articulam a identidade atribuída ao ex-presidente Lula – tido como “modelo das esquerdas na América Latina” –, e, de maneira geral, a identidade atribuída à inserção internacional do Brasil sob o seu governo:

Por fim, dependerá justamente para a Alemanha e para a Europa que o Brasil continue a perseguir sua ativa política de vizinhança e preserve sua capacidade de diálogo com os diferentes governos na região dos Andes [...] O Brasil torna-se, assim, cada vez mais o responsável pela

proteção dos interesses europeus na América Latina (MAIHOLD; ZILLA, 2006, p. 4, tradução nossa)<sup>44</sup>.

Na produção discursiva da SWP, repete-se a recomendação de que a Alemanha e os demais países europeus formulem estratégias que busquem reforçar a liderança brasileira na região e apoiar a posição do Brasil como ator estabilizador e mediador capaz de engajar a Venezuela em iniciativas de integração regional. Nesse sentido argumenta Maihold (2007, p. 3, tradução nossa), para quem o fortalecimento, pela UE, do papel brasileiro na região como “líbero”, capaz de “frear tendências centrífugas na América do Sul e integrar/engajar a Venezuela conforme as possibilidades”, seria imprescindível “caso ela [a UE] queira manter daqui para frente a América Latina como um parceiro importante em sua política mundial”.

Em uma publicação mais recente, Maihold (2013) discute os contextos sul-americano e caribenho na ausência de Hugo Chávez, evidenciando em seu argumento, mais uma vez, a articulação das principais representações discutidas até aqui a respeito das inserções brasileira e venezuelana na região, bem como a centralidade do Brasil para as estratégias alemã e europeia. Segundo o autor, a “Era pós-Chávez” não apenas comprometeria o significado da ALBA-TCP e restringiria o fluxo de “petrodólares”, “elixir de vida da ALBA”, como também fortaleceria a posição do Brasil na América do Sul no curto e, principalmente, no médio prazo (MAIHOLD, 2013, p. 2, tradução nossa).

Na ausência de Chávez, “o principal interesse da política externa de potências líderes da América Latina como Brasil e México será evitar a instabilidade política na Venezuela e em Cuba”, tarefa na qual também a Alemanha e a UE deveriam, segundo o artigo, engajar-se “energicamente”, “não apenas politicamente, mas também em programas de incentivo à democracia, de (re)construção institucional e de aconselhamento jurídico [*ordnungspolitische Beratung*]” (MAIHOLD, 2013, p. 4, tradução nossa).

### 3.2.3 O discurso da pretensão de projeção global do Brasil

Um terceiro conjunto de representações-chave a respeito da recente inserção internacional do Brasil permeia as publicações dos quatro *think tanks* analisados nesta

---

<sup>44</sup> “Schließlich wird es gerade für Deutschland und Europa darauf ankommen, dass Brasilien seine aktive Nachbarschaftspolitik weiter betreibt und seine Dialogfähigkeit mit den verschiedenen Regierungen in der Andenregion bewahrt [...] Brasilien wird somit immer mehr zum Träger europäischer Interessenwahrung in Lateinamerika”.

pesquisa, estruturando o discurso básico da pretensão de projeção global. Nesse discurso, articulam-se representações acerca de uma diplomacia com “aspirações globais”, visando a “ambições de potência”, amparada em um “projeto” ou “política de potência” que explicariam, por exemplo, o estabelecimento da Parceria Estratégica com a UE, a busca por liderança nos processos de integração e regionalismo na América do Sul, a intensificação da atuação brasileira junto aos países do Oriente Médio ou então os programas de aperfeiçoamento de capacidades da Marinha – quais sejam, o Programa Nuclear da Marinha (PNM), o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) e o Programa de Reaparelhamento da Marinha (PRM).

Iniciativas como essas seriam “instrumento” ou “meio” empregado por sucessivos governos brasileiros – e, particularmente, pelo governo Lula –, para alçar o país a um “status” global, fazê-lo desfrutar do “prestígio” das potências tradicionais e exercer maior influência na política internacional. Associadas a essas representações sobre o Brasil, articulam-se representações semelhantes sobre os países emergentes, principalmente sobre os BRICS e, dentre estes, sobre a China e a Índia em especial. Sobretudo nos relatórios do *think tank* francês FRS, o discurso da pretensão de projeção global incorpora ainda outro conjunto de representações-chave, articuladas em torno da noção de “*entrant*”, isto é, a caracterização do Brasil como um *ingressante* no mercado global de defesa, em concorrência com as potências tradicionais.

Assim, representações que associam à recente inserção internacional do Brasil a pretensão de projeção, prestígio ou status global podem ser apreendidas, por exemplo, nas três publicações do *think tank* francês IFRI. Segundo Brun (2011, p. 27, tradução nossa), a intensificação das relações do Brasil com os países do Magrebe ao longo dos governos Lula seria explicada pelo fato de que “[a]s aspirações globais deste país emergente exigem uma presença mundial universal, por razões políticas (se mostrar como um ator ativo, obter apoios internacionais) e econômicas [...]”. Patriota (2011, p. 23) ressalta, igualmente, que a “necessidade estratégica” do aprofundamento de relações com o continente africano, evocada por Lula em seu discurso diante de embaixadores africanos em Brasília ainda em janeiro de 2003, refletiria uma abordagem diplomática “que percebe a criação de laços mais estreitos com a África como uma oportunidade a ser aproveitada por diversas razões de ordem econômica, de política internacional e de segurança, que se articulam no longo prazo”.

De forma semelhante, Muxagato (2012, p. 3, tradução nossa) afirma que, para o Brasil, haveria um interesse em tomar parte nas negociações no Oriente Médio visto

“essa região do mundo [concentrar] a atenção de grandes potências do sistema internacional”; com isso, prossegue o autor, “o país ganharia visibilidade, o que contribuiria para a construção de seu status de ator global e reforçaria, em particular, sua candidatura a um assento como membro permanente do Conselho de segurança da ONU”.

Ainda no relatório em questão, repetem-se não só representações que atribuem às iniciativas de política internacional sob os governos Lula a busca pela “visibilidade” ou “atenção” das grandes potências, mas também que as associam à noção de “instrumentalização”: referindo-se, por exemplo, ao engajamento da Marinha Brasileira na Força-Tarefa Marítima (FTM) da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL), Muxagato (2012, p. 32, tradução nossa) afirma que “[u]ma vez mais o gigante sul-americano tentou instrumentalizar sua ação no Oriente Médio a fim de conferir mais força às suas reivindicações internacionais”, dentre as quais se destacaria a participação no CSNU. Ainda na introdução do relatório explicita-se discurso semelhante:

A reaproximação operada pelo Brasil de Lula com o Oriente Médio visava a integrar à agenda diplomática brasileira os “arranjos instrumentalizáveis”, a saber, as novas alianças estratégicas que favorecem a postura autonomista brasileira na cena internacional. As relações com essa região longínqua foram, assim, desenvolvidas além de quaisquer considerações ideológicas e obedecendo ao princípio da universalidade da política externa brasileira e à estratégia de diversificação de parceiros (MUXAGATO, 2012, p. 3, tradução nossa)<sup>45</sup>.

Diferentemente do ativismo diplomático de Lula, o governo de Dilma Rousseff – contemporâneo das revoltas que eclodiram nos países do norte da África e no Oriente Médio – estaria conduzindo uma “diplomacia da inação”, a qual “encontra seus próprios limites e desafia as pretensões internacionais do gigante sul-americano”, sendo “difícilmente conciliável com o estatuto de importante ator político mundial ao qual ele aspira” (MUXAGATO, 2012, p. 38, tradução nossa).

---

<sup>45</sup> “Le rapprochement opéré par le Brésil de Lula avec le MoyenOrient visait à intégrer dans l’agenda diplomatique brésilien des «arrangements instrumentalisables», à savoir de nouvelles alliances stratégiques favorisant la posture autonomiste brésilienne sur la scène internationale. Les relations avec cette région lointaine se sont ainsi développées au-delà de toute considération idéologique et obéissaient au principe d’universalité de la politique extérieure brésilienne et à la stratégie de diversification des partenaires”.

Das publicações que formam o corpus textual dos dois *think tanks* alemães, depreende-se o discurso da pretensão de projeção global do Brasil, por exemplo, nos estudos de Gratius (2004, 2005, 2013), Lima (2008) e de Zilla e Harig (2012). Repetem-se, nessas publicações, tanto a articulação de representações que associam a inserção internacional do Brasil à pretensão do país em assumir uma posição de protagonismo global, quanto referências à ação da diplomacia brasileira em conjunto com outros países emergentes, em busca da reforma das instituições de governança global e do fortalecimento do multilateralismo.

Nas últimas décadas, o Brasil teria abandonado a condição de “país introvertido” ou “Estado insular” (*Inselstaat*) para assumir, segundo Gratius (2004, p. 27, tradução nossa), uma “política externa global assertiva”, buscando “representar os próprios interesses, bem como os do Mercosul, de maneira mais assertiva na região e no mundo”. Segundo a autora, ainda que essa transformação tenha iniciado na presidência de Fernando Henrique Cardoso, cujo governo teria dado o “passo preparatório em direção a uma posição de potência líder regional”, o sucesso da política externa de sua gestão seria “discreto” quando comparado à estratégia “ofensiva” e amparada em mecanismos de cooperação com outros países emergentes adotada pelo governo de Lula da Silva<sup>46</sup>.

Nessa estratégia, teria sobressaído a busca pela construção de um sistema internacional multilateral e, dentro dele, o empenho em formar um “lobby” dos países emergentes, ao que se associariam não só a intensificação de medidas de cooperação sul-sul com o entorno regional, com a Índia e a África do Sul, no âmbito do G-3, e com o G-20 na Organização Mundial do Comércio (OMC): o esforço diplomático brasileiro em reformar o sistema internacional na direção do multilateralismo também se apoiaria no pleito brasileiro por um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), esforço que seria a atual “expressão da histórica pretensão de grande potência do Brasil” (GRATIUS, 2005, p. 82, tradução nossa).

Muito embora a autora ressalte, no estudo de 2004, a convergência de interesses entre Brasil e Alemanha quanto à reforma do CSNU e ao fortalecimento de instituições multilaterais, a intensidade com que tais objetivos são compartilhados pela União Europeia como um todo é relativizada em Gratius (2013, p. 23, tradução nossa, grifo nosso):

---

<sup>46</sup> Neste ponto, entrecruzam-se os discursos da pretensão de projeção global e do ineditismo e ativismo de Lula, explorado anteriormente.

A política externa do Brasil possui uma forte expressão internacional, cujo maior objetivo é um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. *A reforma do sistema internacional assume, em sua estratégia externa, um significado muito maior do que na estratégia da UE.* Potencialmente, o Brasil seria mais uma potência revisionista, que busca uma valorização de sua posição nas instituições internacionais mais significativas (FMI, OCDE, ONU, Banco Mundial, OMC, etc.)<sup>47</sup>.

Ademais, são destacados outros aspectos no estudo de Gratius (2013, p. 24, tradução nossa) que explicitam o discurso da pretensão de projeção global pelo Brasil: “Em vez de empenhar-se pela tradicional integração à Aliança do Oeste”, afirma a autora a respeito da política externa dos governos do ex-presidente Lula, “o Brasil empenha-se, pela primeira vez, por uma posição de liderança regional e global”; nesse contexto, “[a] parceria estratégica com a UE foi vista, da perspectiva brasileira, como meio de ganhar prestígio internacional e assumir influência global”, e estaria baseada menos em interesses em comum, e mais no compartilhamento de valores. Em decorrência disso, segundo Gratius (2013, p. 28, tradução nossa), o Brasil não se constituiria como “aliado natural da União Europeia”, mas sim como um “parceiro difícil”.

Zilla e Harig (2012, p. 20, tradução nossa), por sua vez, atribuem à cooperação internacional do Brasil com países em desenvolvimento a representação de “instrumento da política externa, na medida em que ela [a cooperação internacional brasileira] contribui para a projeção internacional e para a consolidação da presença internacional do país”. Lima (2008, p. 1, tradução nossa), em um artigo publicado pela DGAP, assevera posição semelhante quanto à busca por reconhecimento internacional pelo Brasil:

O principal objetivo da política externa brasileira tem sido, há muito tempo, alcançar o reconhecimento como um ator importante em assuntos internacionais. Esse objetivo advém de sua crença de que ele deve assumir seu papel “natural” como um “grande país” na arena mundial. Agora, como resultado da confluência de um ambiente internacional em mudança e uma alteração na política doméstica, o Brasil parece mais perto do que nunca de alcançar esse objetivo<sup>48</sup>.

---

<sup>47</sup> *“Brasiliens Außenpolitik hat eine starke internationale Prägung, oberstes Ziel ist ein ständiger Sitz im UN-Sicherheitsrat.11 Die Reform des internationalen Systems nimmt in seiner Außenstrategie einen weitaus größeren Stellenwert ein als in jener der EU. Potentiell ist Brasilien eher eine revisionistische Macht, die vor allem eine Aufwertung ihrer Position in den bedeutendsten internationalen Institutionen (IWF, OECD, UN, Weltbank, WTO etc.) anstrebt”.*

<sup>48</sup> *“The key aim of Brazilian foreign policy has long been to achieve international recognition as a major player in international affairs. This aim stemmed from its belief that it should assume its ‘natural’ role as*

Ainda no conjunto de publicações das duas instituições de pesquisa alemãs, percebe-se a convergência entre os *policy papers* quando estes se referem à pretensão de projeção global não só pela recente inserção internacional do Brasil, mas também pela inserção dos demais emergentes e, mais especificamente, dos BRICS. As representações a respeito da Índia e da China aparecem, com muita frequência, em ligação positiva (processo de associação) com o conjunto de representações-chave atribuído ao Brasil, em especial no que se refere às recomendações apresentadas pelos relatórios em questão.

Dessa forma, Decker e Mildner (2005), Schmucker (2006), Maihold (2007), Narlikar (2012) e Janning (2013) salientam a reivindicação, impressa nas iniciativas e no discurso dos emergentes, por maior participação e influência sobre os mecanismos de governança global, bem como apontam a centralidade inevitável desses atores para o cálculo estratégico da Alemanha e da UE nas próximas décadas. De forma semelhante ao discurso encontrado nas demais publicações analisadas, como se discutirá a seguir, o relacionamento das potências tradicionais – e, particularmente, da União Europeia – com os emergentes passaria, segundo os estudos em questão, por estratégias que envolvam a divisão de tarefas e a atribuição de maior responsabilidade sobre países como Brasil, Índia e China.

Nessa linha argumenta Schmucker (2006, p. 23, tradução nossa) em uma das publicações da DGAP, avaliando a influência crescente dos emergentes *vis-à-vis* aos interesses europeus:

Os grandes países emergentes China, Índia e Brasil tornaram-se atores globais importantes, que pressionam pela reforma das organizações internacionais atuais e alterarão fundamentalmente os processos de decisão. Contudo é importante que os países emergentes assumam também mais responsabilidades. Não basta trazerem seus próprios interesses nacionais aos processos de negociação [...] Em seu papel como países-âncora, eles também têm uma grande responsabilidade em relação a suas regiões e aos demais países em desenvolvimento<sup>49</sup>.

Intitulado “*Quem tem medo dos BRICS? A Europa pode lidar com as potências globais emergentes?*”, o artigo de Janning (2013, p. 3, tradução nossa), por sua vez,

---

a ‘big country’ in the world arena. Now, as a result of the concurrence of a changing international environment and an altered domestic polity, Brazil seems closer than ever before to achieving this aim”.

<sup>49</sup> “Die großen Schwellenländer China, Indien und Brasilien sind zu wichtigen globalen Akteuren geworden, die die jetzigen internationalen Organisationen zu Reformen zwingen und Entscheidungsprozesse grundlegend verändern werden. Dabei ist es wichtig, dass die Schwellenländer auch mehr Verantwortung übernehmen. Es reicht nicht, eigene nationale Interessen in die Verhandlungsprozesse einzubringen [...] In ihrer Rolle als Ankerländer haben sie eine große Verantwortung auch gegenüber ihrer Region und anderen Entwicklungsländern”.

destaca o quão fundamental se mostram estratégias de engajamento dos BRICS pela UE para que esta evite ficar à margem da ascensão dos emergentes nos próximos anos e possa contornar os riscos de se verem intensificadas as rivalidades com esses países:

Europeus podem ajudar os BRICS a amadurecerem e a se consolidarem, e mais frequentemente do que se imagina encontrarão menos resistência em seus esforços do que os Estados Unidos. Para fazerem isso, eles precisarão se engajar, mesmo quando suas preferências normativas não são plenamente compartilhadas.

[...]

A marginalização da Europa não é a trajetória inevitável do papel global da Europa à luz da ascensão dos BRICS<sup>50</sup>.

O discurso básico da pretensão de projeção global pelo Brasil transparece também no estudo de Albrecht (2011), publicado pela SWP, acerca das “ambições marítimas de uma potência emergente no Atlântico Sul”: nesse relatório, a atenção se volta, principalmente, para os programas de aperfeiçoamento de capacidades da Marinha conforme previstos pela Estratégia Nacional de Defesa, buscando-se compreender as motivações que explicariam “o significativo incremento de capacidades militares” pelo Brasil e as chances e riscos inerentes a esses desenvolvimentos para os interesses transatlânticos, europeus e alemães (ALBRECHT, 2011 p. 5, tradução nossa).

Nesse relatório, são enfatizadas as “perspectivas geopolíticas” e os principais objetivos de política externa<sup>51</sup> do Brasil que justificariam a dimensão dos programas de capacitação marítima, em especial a aquisição de porta-aviões e de submarinos de propulsão nuclear em detrimento de outras tecnologias. Associam-se as pretensões brasileiras, uma vez mais, às trajetórias de inserção internacional de China e Índia, e é assumida uma posição cética em relação às razões que fundamentariam os programas de capacitação da Marinha segundo o discurso oficial do Brasil, isto é, a ameaça de ataques terroristas contra plataformas petrolíferas ou a exploração ilegal de recursos sob águas

---

<sup>50</sup> “Europeans could help the BRICS to mature and to consolidate, and more often than not they would meet less resistance in their efforts than the United States. To do this, they would need to engage, even when their normative preferences are not fully shared [...] Marginalization of Europe is not the inevitable trajectory of Europe’s global role in light of the rise of BRICS”.

<sup>51</sup> Segundo o estudo, os principais objetivos da política externa brasileira seriam a consolidação de seu papel como potência líder na América do Sul, a ascensão a uma posição global condizente com a autopercepção do país como uma potência e, nesse sentido, a conquista de um assento permanente no CSNU. Ao longo do relatório, o autor problematiza a conexão estabelecida abertamente por lideranças brasileiras entre a posse de porta-aviões e de submarinos de propulsão nuclear e, em virtude disso, a obtenção das credenciais necessárias para o ingresso no Conselho de Segurança. Segundo Albrecht (2011, p. 26, tradução nossa): “Essa argumentação parece, na visão alemã, pouco plausível”. Tecnologias como essas seriam, ainda segundo o autor, “objetos de prestígio” na visão brasileira, “símbolos de status”.

jurisdicionais brasileiras. O estudo reitera as representações próprias do discurso da pretensão de projeção global pelo Brasil e propõe, como recomendação de política, um padrão de relacionamento adequado à estatura do país como “potência marítima em ascensão”:

Os desenvolvimentos marítimos no Brasil parecem transcorrer de maneira similar como em outros países emergentes, por exemplo na China e na Índia [...] o Brasil não pode mais ser visto apenas como um parceiro econômico próximo e como receptor de ajuda para o desenvolvimento, mas sim como potência marítima em ascensão e, por conseguinte, como parceiro à altura dos olhos (ALBRECHT, 2011, p. 6, tradução nossa)<sup>52</sup>.

[...]

A análise da política externa e de segurança brasileira mostrou que o Brasil expandiu muito sua esfera de interesse. Caso se trate apenas da defesa de seus próprios recursos, como é proclamado oficialmente, os instrumentos militares que estarão futuramente à disposição são sobredimensionados. Principalmente porta-aviões, submarinos nucleares, bem como unidades anfíbias são *meios clássicos de projeção de poder em uma esfera de interesse de grande escala* (ALBRECHT, 2011, p. 29, tradução nossa, grifo nosso)<sup>53</sup>.

Além disso, o acúmulo de poder militar no Atlântico Sul deveria despertar a atenção da UE e da Alemanha, ainda segundo o relatório, por ser esta uma região de interesse comercial e por situar-se na fronteira do ambiente de interesse da OTAN – com quem o Brasil manteria uma relação “ambivalente”, assumindo, com frequência, posições abertamente críticas quanto ao seu “caráter global”, fortalecido após o fim da Guerra Fria (ALBRECHT, 2011, p. 30-31, tradução nossa). Entendido também como possível “motor para maior cooperação”, o interesse brasileiro em ampliar suas capacidades marítimas abriria a oportunidade para que as potências tradicionais possam “dividir os fardos” (*Lasten teilen*) da segurança marítima, o que, na prática, poderia se traduzir em uma eventual participação do Brasil em atividades de combate à pirataria no Chifre da África, conforme sugere o relatório (ALBRECHT, 2011, p. 33, tradução nossa).

---

<sup>52</sup> “Die maritimen Entwicklungen in Brasilien scheinen ähnlich wie die Entwicklungen in anderen Schwellenländern, etwa in China und Indien [...] Brasilien darf nicht mehr nur als enger Wirtschaftspartner und Empfänger entwicklungspolitischer Hilfen gesehen werden, sondern auch als wachsende maritime Macht und damit als Partner auf Augenhöhe”.

<sup>53</sup> “Die Analyse der brasilianischen Außen- und Sicherheitspolitik hat gezeigt, dass Brasilien seine Interessensphäre sehr weit ausgedehnt hat. Wenn es einzig um die Verteidigung der eigenen Ressourcen geht, wie offiziell proklamiert wird, sind die künftigen zur Verfügung stehenden militärischen Instrumente überdimensioniert. Vro allem Flugzeugträger, nuklear angetriebene Uboote sowie amphibische Einheiten sind klassische Mittel der Machtprojektion in einer großräumigen Interessensphäre”.

Como mencionado na introdução desta subseção, o conjunto de textos selecionados para a FRS, *think tank* francês cuja atuação se volta, majoritariamente, aos temas de defesa e segurança internacional, articula às representações próprias ao discurso básico da pretensão de projeção global uma série de representações que atribuem ao Brasil o caráter de “*entrant*”, isto é, um *ingressante* no mercado global de defesa, em concorrência com as potências tradicionais. A possibilidade do (re-)ingresso do Brasil em um círculo restrito – praticamente exclusivo às grandes potências – de produtores, exportadores e detentores de tecnologias bélicas avançadas e com potencial de projeção de poder concentra a atenção de grande parte das publicações desse *think tank*.

Dentre os temas aos quais mais se associa a recente inserção internacional do Brasil, percebe-se que a produção discursiva analisada a seguir volta-se, em especial, para as principais motivações por trás das políticas de incremento de capacidades, destacando-se, nesse sentido, o domínio da tecnologia nuclear e seu emprego no projeto do Submarino de Propulsão Nuclear Brasileiro (SPNB). A esses aspectos dedicam-se, por exemplo, os relatórios de Picard e Tertrais (2006), Tertrais (2011) e Boyer e Hébrard (2013).

No estudo em que abordam a propulsão nuclear como um “*savoir-faire* indispensável à soberania nacional”, Picard e Tertrais (2006) analisam a preeminência dos Submarinos Nucleares Lançadores de Mísseis Balísticos (SNLMB/SSBN) e dos Submarinos Nucleares de Ataque (SNA) como instrumentos de dissuasão e como fundamentos da autonomia estratégica francesa. Além disso, os recentes desenvolvimentos em matéria de propulsão nuclear levados a cabo por outros Estados além da França também são objeto da atenção do estudo, e é nesse contexto em que se insere o Brasil. Para os autores, a renúncia voluntária do país aos armamentos nucleares constituiria um “fato excepcional na História”, observado em um conjunto muito limitado de casos; o domínio do ciclo completo da energia nuclear permaneceria, no entanto, uma reivindicação de diversos países, incluindo o Brasil, para os quais essa prerrogativa seria um “símbolo de soberania” (PICARD; TERTRAIS, 2006, p. 11-12, tradução nossa).

Juntamente com a Índia, o Brasil é analisado no relatório como um dos casos em que o desenvolvimento da tecnologia necessária para o domínio do ciclo completo da energia nuclear está atrelado, abertamente, ao seu emprego em submarinos, levantando a questão da “proliferação” de Submarinos Nucleares de Ataque e das consequências

dela decorrentes para os interesses franceses e europeus. Depreendem-se do texto tanto as representações próprias do discurso básico da pretensão de projeção global, quanto a representação do Brasil como “ingressante” no mercado mundial de exportações de produtos de defesa. Na seção conclusiva do relatório, onde são sintetizadas as posições apresentadas ao longo do texto, os autores asseveram: **“Todos os países hoje dotados de submarinos nucleares de ataque [...] pretendem manter essa capacidade. Outros (Índia, Brasil, Coreia do Sul) desejam adquiri-la”**; a posse de uma marinha nuclear, complementa o relatório logo abaixo, **“é um de nossos raros ‘ativos de grande potência’”** (PICARD; TERTRAIS, 2006, p. 92, tradução nossa, grifo dos autores).

Sobre o ingresso do Brasil como detentor e, futuramente, possível exportador de submarinos de propulsão nuclear, destaca-se a seguinte passagem do texto, que evidencia o aspecto da concorrência associado aos projetos de capacitação de países emergentes:

A abertura de um mercado de exportação de submarinos de propulsão nuclear seria, provavelmente, uma boa nova para países como o Brasil, a Argentina e a Índia (e mesmo a Coreia do Sul), que manifestam há muito tempo seu desejo de atingir essa capacidade e se esforçam para alcançá-la. *Isso seria, em contrapartida, uma evolução inquietante para as marinhas ocidentais, que dependem, em grande medida, do seu domínio para conservar a preeminência* (PICARD; TERTRAIS, 2006, p. 56-57, tradução nossa, grifo nosso)<sup>54</sup>.

Ainda conforme o relatório, para que seja possível dotar os submarinos do combustível necessário à propulsão nuclear, será preciso “que os ingressantes disponham da capacidade de enriquecimento de urânio: isso já é o caso da Índia, isso tem se colocado em prática no Brasil” (PICARD; TERTRAIS, 2006, p. 87, tradução nossa). Nesse mesmo sentido, Tertrais (2011, p. 5, tradução nossa) inclui o Brasil em sua discussão a respeito do temor de que se observe, nos próximos anos, uma nova “onda” de proliferação de armas de destruição em massa. Buscando, entre outros objetivos, identificar países propensos a adquirirem armas nucleares, o estudo afirma existir, na conjuntura atual, uma “conjunção particularmente propícia” à proliferação. Ainda na introdução do relatório, o autor afirma que:

---

<sup>54</sup> “L’ouverture d’un marché à l’export de sous-marins à propulsion nucléaire serait probablement une bonne nouvelle pour des pays comme le Brésil, l’Argentine et l’Inde (voire la Corée du Sud) qui manifestent depuis longtemps leur désir d’accéder à cette capacité et peinent à y parvenir. Ce serait, en revanche, une évolution inquiétante pour les marines occidentales qui comptent sur leur maîtrise au large pour conserver la prééminence”

O prosseguimento dos programas nucleares iraniano e norte-coreano, as reivindicações de países emergentes quanto à legitimidade dos programas de enriquecimento de urânio e de reprocessamento do combustível, no contexto de um “renascimento” da energia nuclear [...] fazem temer uma “onda” ou “efeito cascata” de proliferação nos próximos anos (TERTRAIS, 2011, p. 5, tradução nossa)<sup>55</sup>.

O risco de que se inicie um tal “efeito cascata” seria mais elevado, ainda segundo o relatório, caso Egito e Arábia Saudita, países considerados mais suscetíveis à proliferação, empreendessem esforços por obter armamentos nucleares. A possibilidade de que, em seguida à aquisição pelo Egito, também a Argélia intentasse obter a bomba e, com isso, tivesse início um “colapso provável do TNP”, leva o autor a apontar o risco de que países que já tenham renunciado às armas nucleares venham a reconsiderar essa posição: “[s]e esta análise estiver correta, ela reforça a ideia expressa anteriormente segunda a qual *os países que têm a maior chance de se dotarem de armas nucleares são essencialmente aqueles que já tenham buscado fazê-lo no passado*” (TERTRAIS, 2011, p. 26, tradução nossa, grifo do autor). Em nota de rodapé na mesma página, complementa-se essa afirmação: “[é] o caso ao menos do Egito, da Argélia, do Brasil, da África do Sul, do Japão, mas também da Coreia do Sul e de Taiwan”.

Boyer e Hébrard (2013, p. 6, tradução nossa), por sua vez, abordam o incremento de capacidades da China e os desdobramentos dele decorrentes para o reposicionamento de forças submarinas nos níveis regional e global, em um contexto em que “as Marinhas europeias sofrem reduções sensíveis associadas à crise econômica, enquanto as da Ásia registram um desenvolvimento considerável”. Diante do deslocamento do poder naval dos EUA crescentemente em direção ao Oceano Pacífico, motivado pelo *buildup* militar chinês, o estudo se interroga ainda no preâmbulo:

O reforço da presença naval americana no Pacífico, decidida pelo Presidente Obama, significaria uma diminuição sensível da presença submarina e de meios ASM [anti-submarinos] no Atlântico? A Rússia, mas também a China, a Índia ou o Brasil não seriam tentados a reforçar sua presença nas proximidades da costa europeia? (BOYER; HÉBRARD, 2013, p. 6, tradução nossa)<sup>56</sup>.

---

<sup>55</sup> “*La poursuite des programmes nucléaires iranien et nord-coréen, les revendications de pays émergents quant à la légitimité des programmes d’enrichissement de l’uranium et de retraitement du combustible, dans le contexte d’une « renaissance » de l’énergie nucléaire [...] font craindre une « vague » ou une « cascade » de prolifération dans les années qui viennent*”.

<sup>56</sup> “*Le renforcement de la présence navale américaine dans le Pacifique, décidé par le Président Obama, signifie-t-il une diminution sensible de toute présence sous-marine et de moyens ASM en Atlantique ? La Russie, mais aussi la Chine, l’Inde ou le Brésil ne seront-ils pas tentés de renforcer leur présence près des côtes européennes?*”.

Na seção do estudo em que os autores apontam as “consequências para a França”, a recomendação é a de que os tomadores de decisão franceses não apenas observem o incremento de capacidades pela China e participem ativamente dos desenvolvimentos em curso no Pacífico, mas também que se considerem as consequências do reposicionamento global de forças submarinas para o Atlântico, onde a credibilidade da dissuasão francesa poderia ser ameaçada:

Esse acompanhamento, na realidade, não poderá se limitar à China: a Rússia, os Estados Unidos e amanhã o Brasil estarão presentes no Atlântico. Exceto se aceitarmos o risco do rastreamento de nossos submarinos, a manutenção da credibilidade de nossa Dissuasão leva a que se consagre um esforço particular à luta ASM [anti-submarinos] (BOYER; HÉBRARD, 2013, p. 72, tradução nossa)<sup>57</sup>.

Também no relatório de Bélanger et al. (2012) se evidenciam as representações que estruturam o discurso da pretensão de projeção global do Brasil e, associadas a ele, as representações que incluem o país como um dos “ingressantes” no mercado global de produtos de defesa. O estudo dedica-se à análise das mutações da indústria de defesa da Europa, da América do Norte e da América do Sul, e atribui ao Brasil a intenção de “se dotar de uma indústria [de defesa] nacional capaz de contribuir com a projeção [*rayonnement*] do país na cena internacional” (BÉLANGER et al., 2012, p. 8, tradução nossa).

O relatório destaca ainda “uma postura particularmente agressiva no domínio das transferências de tecnologia” por parte do Brasil, em um contexto no qual a França teria assumido um papel central desde as administrações de Lula e do ex-presidente francês Nicolas Sarkozy, e discute as novas dinâmicas que explicariam as aquisições de armamentos na América do Sul: a lógica por trás da modernização do equipamento militar dos países da região, e, em especial, do Brasil, residiria não só na intenção de renovar um arsenal obsoleto e estruturar uma Base Industrial de Defesa (BID), ampliando a capacidade local de produção e permitindo uma inserção competitiva na cadeia global de valor como produtor e exportador de equipamentos de defesa; a modernização dos equipamentos militares estaria inscrita também na “política de potência” desses países, devendo “servir para dotar os países [da América do Sul] de instrumentos que lhes permitam desempenhar um papel ativo nos assuntos de segurança

---

<sup>57</sup> “Ce suivi, en réalité, ne saurait se limiter à la Chine : la Russie, les États-Unis et demain le Brésil seront présents en Atlantique. Sauf à accepter le risque d’un pistage de nos sous-marins, le maintien de la crédibilité de notre Dissuasion conduit à consacrer un effort particulier à la lutte ASM”.

regional, e mesmo além no caso do Brasil” (BÉLANGER et al., 2012, p. 130, tradução nossa).

As “ambições globais assumidas” do Brasil estariam explícitas, segundo o estudo, no ambicioso projeto de incremento de capacidades:

Um simples olhar sobre a lista das principais plataformas que o Brasil pretende comprar suscita igualmente sérias dúvidas quanto às intenções estratégicas de Brasília a médio e longo prazos. Unicamente para a Marinha encontram-se 2 porta-aviões, 4 porta-helicópteros, 30 navios-escolta, 15 submarinos a diesel, 5 submarinos nucleares e 65 navios-patrolha. Em suma, se fosse seguido esse plano, a Marinha brasileira iria se tornar uma das mais bem equipadas do mundo; ela seria bem provida demais para que se possa aceitar que a defesa de alguns campos petrolíferos constitui sua motivação principal. *Não, o que é visado por Brasília é um lugar à mesa de negociações quando os custos de energias fósseis e a escassez de outros recursos minerais exacerbem a competição entre os blocos econômicos regionais. Em outros termos, o que quer Brasília é a sua parte do bolo africano, continente onde há o risco de se sentir a tensão entre os principais atores do sistema mundial* (BÉLANGER et al., 2012, p. 133, tradução nossa, grifo nosso)<sup>58</sup>.

Retoma-se essa posição com a mesma assertividade na conclusão do relatório: o “programa espetacular de aquisições” do Brasil, afirmam os autores, “não deixa dúvida quanto à intenção desse país em projetar suas tropas para longe de seu território e, especialmente, na África” (BÉLANGER et al., 2012, p. 157, tradução nossa).

---

<sup>58</sup> “Un simple coup d’œil à la liste des principales plateformes que le Brésil projette d’acheter suscite également de sérieux doutes quant aux intentions stratégiques de Brasília à moyen et long termes. Uniquement pour la marine, on y trouve 2 porte-avions, 4 porte-hélicoptères, 30 navires d’escorte, 15 sous-marins diesel, 5 sous-marins nucléaires et 65 navires de patrouille. En somme, si ce plan était suivi, la marine brésilienne deviendrait l’une des mieux équipées au monde ; elle serait bien trop bien pourvue pour qu’on puisse accepter que la défense des quelques gisements pétroliers constitue son moteur principal. Non, ce qui est visé par Brasília c’est une place à la table des négociations lorsque les coûts des énergies fossiles et la rareté d’autres ressources minières exacerberont la compétition entre les blocs économiques régionaux. En d’autres termes, ce que veut Brasília c’est sa part du gâteau africain, continent où risque de se faire sentir la tension entre les principaux acteurs du système mondial”.

#### 4. CONCLUSÃO

Nesta dissertação, buscamos fornecer uma análise das representações-chave e dos discursos básicos acerca da recente inserção internacional do Brasil veiculados por um conjunto de 35 publicações selecionadas dos quatro principais *think tanks* em atuação nas áreas de defesa, segurança nacional, política externa e relações internacionais na Alemanha e na França. Partimos do pressuposto de que, diante das diversas iniciativas que compreendem a recente inserção internacional brasileira, mais assertiva na relação com os países do entorno regional, mais dinâmica na ação conjunta com outras potências emergentes e mais reivindicatória nos fóruns globais, as políticas levadas a cabo ao longo dos três últimos mandatos presidenciais foram objetos de novos discursos, que buscaram apresentar às suas audiências representações acerca das novas identidades do Brasil e de sua inserção internacional e, com isso, fundamentar a proposição de estratégias que pudessem dar conta das demandas do relacionamento do país com a União Europeia, a França e a Alemanha.

A fundamentação teórico-metodológica da análise de discurso pós-estruturalista foi discutida a partir do estudo de Hansen (2006) e adotada como abordagem de pesquisa neste trabalho. Segundo essa perspectiva de análise, toda política externa precisa atribuir significados às situações a que se dirige e construir os objetos em face dos quais a sua implementação é sustentada como legítima e justificável. Como prática discursiva, a formulação de uma dada política externa depende, intrinsecamente, das representações atribuídas a identidades de países, regiões, problemas de segurança, ameaças, populações, instituições, etc., e tais representações são produzidas e reproduzidas por meio de formulações de política.

Ressaltou-se, nesse sentido, que a referência a representações de identidades serve como estratégia de legitimação utilizada pelos tomadores de decisão em política externa para justificarem os cursos de ação política adotados, e que as fontes de que derivam as representações apresentadas pelos decisores às suas audiências provêm não apenas do acumulado de experiência pessoal, intelectual e cultural de que estes dispõem, mas também de um conjunto amplo de atores envolvidos na esfera pública de deliberação política, estratégica, econômica, social, etc. Entendidos como parte desse amplo espectro de atores, o trabalho buscou sustentar o argumento de que os *think tanks* selecionados constituem instituições relevantes para o debate político, estratégico e midiático nos dois países, concorrendo e cooperando com as demais instituições e indivíduos que ocupam posição privilegiada no espaço social dos dois países na busca

por influência sobre os termos e o conteúdo do debate estratégico alemão, francês e da União Europeia.

Ainda que não se tenha incluído entre os objetivos da pesquisa o “problema da influência”, isto é, o esforço de aferir em que medida e com que frequência e intensidade essas instituições de fato influenciam os cursos de ação política adotados, foi possível apreender, a partir da revisão da bibliografia especializada a respeito dos *think tanks* alemães e franceses, limitações à capacidade dessas instituições de afetarem a formulação de agenda e tomada de decisão em política externa, de defesa e de segurança. Isso porque, conforme discutido, prevaleceria ainda na França, por exemplo, o primado da expertise do Estado, restrita a um número limitado de atores informados pelos circuitos da administração pública e por seus próprios esquemas cognitivos, em detrimento do conhecimento acadêmico, da produção dos *think tanks* e, de maneira geral, de uma cultura de “órgãos intermediários” (*corps intermédiaires*).

Exceto em alguns casos específicos, sobretudo na iminência ou na presença de crises internacionais, caberia aos principais *think tanks* franceses a função de instituições provedoras da credibilidade científica a que recorrem os veículos de mídia em suas análises, dentro da lógica do “circuito de legitimação” proposto por Desmoulin (2005). Fenômeno similar caracterizaria o espaço dos *think tanks* na Alemanha: a inserção nos meios de comunicação apareceria como canal privilegiado de atuação dessas instituições na busca por influência sobre o processo de formulação de agenda e tomada de decisão em políticas públicas, pois o recurso ao conhecimento especializado e à legitimidade dele decorrente seriam atrativos valiosos de que dispõem os *think tanks*, a cujos pesquisadores a mídia recorreria sempre que necessário a fim de saciar sua “demanda voraz pela expertise”.

Ademais, buscou-se analisar, ao longo do terceiro capítulo, um conjunto de discursos básicos que estruturam as principais representações oferecidas pelas publicações selecionadas acerca da recente inserção internacional do Brasil. Respondendo ao problema de pesquisa proposto, buscamos sustentar nesta dissertação o argumento de que os principais *think tanks* da Alemanha e da França têm representado a recente inserção internacional do Brasil, essencialmente, pela articulação dos discursos básicos da inovação diplomática, do ineditismo e do *soft power* socioeconômico dos governos Lula; do reformismo moderado, em que se contrapõem as representações de “parceiro responsável” e “líder pragmático” atribuídas ao Brasil ao “radicalismo” e ao “populismo” da Venezuela; e, por fim, da pretensão de projeção global do Brasil, ao

qual também se associa, sobretudo nas publicações do *think tank* francês FRS, um conjunto de representações que caracteriza o Brasil como um *ingressante* no mercado global de defesa, em concorrência com as potências tradicionais.

Transmitindo, de maneira geral, uma leitura positiva, laudatória e cooperativa diante da inserção internacional do Brasil sob os governos do ex-presidente Lula – a cujos mandatos são atribuídas as representações do (hiper-)ativismo, do ineditismo diplomático, do *soft power* exercido em virtude do “experimento Lula” e do seu “modelo brasileiro”, bem como do papel pragmático, moderador e estabilizador em questões regionais –, grande parte do corpus textual da pesquisa compartilha, igualmente, o discurso de que se teriam associado à recente inserção internacional do Brasil “ambições globais”, amparadas em um “projeto” ou “política de potência” evidenciado, sobretudo, pelas políticas de incremento de capacidades e pela instrumentalização de iniciativas em política internacional. Vinculadas às representações em torno das quais se articula o discurso a que chamamos “da pretensão de projeção global”, encontram-se, nas publicações analisadas, recomendações de política bastante enfáticas quanto às intenções brasileiras sob os governos Lula de elevar o “status” e o “prestígio” internacional do país, sugerindo, diante disso, uma nova percepção acerca do país – sintetizada, por exemplo, na metáfora de que se deve encarar o Brasil como um parceiro “à altura dos olhos” –, e propondo também o seu engajamento em iniciativas que lhe atribuam mais responsabilidades e possam dividir os custos da segurança global.

Esse discurso assume uma posição de cautela nas publicações das instituições francesas, particularmente da FRS, ao caracterizar o Brasil como um *ingressante* no mercado global de defesa e como um ator que se afirma no continente africano, em concorrência com as potências tradicionais, em especial com os interesses da França. Repetem-se, nesse sentido, questionamentos quanto às motivações que justificariam, por exemplo, o “programa espetacular de aquisições” de capacidades pelo Brasil.

Por outro lado, evidencia-se especialmente nos relatórios dos *think tanks* alemães o discurso básico do reformismo moderado e as representações e recomendações de política que ressaltam a centralidade do Brasil como ator moderador na América do Sul, “âncora de estabilidade” diante da imprevisibilidade política e instabilidade institucional características da sub-região andina. Segundo uma das publicações analisadas, atribui-se ao Brasil, inclusive, o papel de “responsável pela proteção dos interesses europeus na América Latina”, posição compartilhada também

por grande parte das demais unidades textuais engajadas no discurso do reformismo moderado.

Quanto à produção discursiva sobre o primeiro mandato de Dilma Rousseff, percebe-se nas publicações selecionadas uma contraposição frequente entre as representações atribuídas ao “Brasil de Lula” e à inserção internacional herdada e ressignificada por sua sucessora. À constatação sobre a ausência de atributos pessoais que qualificavam o ex-presidente e, por extensão, a política externa levada a cabo no seu governo – tais como o carisma, a disposição à liderança, o tom enérgico e o ativismo –, soma-se no discurso veiculado pelos *think tanks* a incerteza quanto ao papel internacional que a diplomacia brasileira se dispõe a desempenhar sob a presidência de Rousseff. Na ausência de Lula, se assistiria ao retorno a uma estratégia tradicional, de inação diante das questões de política internacional e com menor ênfase às “ambições globais” do Brasil. Em grande medida, a mudança também estaria associada a uma maior atenção da administração de Dilma Rousseff à agenda econômica e política doméstica, tendência que se exacerba, embora este não constitua o foco da pesquisa, no mandato atual.

Assim, em uma conjuntura interna de crise econômica, cortes no orçamento público, instabilidade política e impactos domésticos e internacionais decorrentes das investigações de corrupção e lavagem de dinheiro envolvendo a maior estatal brasileira, a Petrobras, assim como agentes públicos e privados, grandes corporações e partidos políticos, é muito provável que a atuação externa do Brasil continue marcada por um perfil de retração ao longo do segundo mandato de Dilma Rousseff (2015-2018), distanciando-se, portanto, das principais características da inserção internacional a que se assistiu ao longo do período abordado neste trabalho. Consequentemente, a presença do Brasil no debate estratégico das grandes potências e, em particular, na produção discursiva dos *think tanks* em atuação nesses países será ressignificada, atribuindo-se à inserção internacional presente novas representações, a partir das quais serão estruturados novos discursos.

A continuidade de uma pesquisa como esta encontra, nesse contexto, novos problemas e diversas oportunidades: por exemplo, buscar compreender como evolui a produção discursiva sobre o Brasil no debate estratégico dos demais países emergentes ou das potências tradicionais; apreender que outras representações têm sido atribuídas à inserção internacional do país recentemente, qual o papel desempenhado pelos *think tanks* nesse processo, quais os discursos básicos mais recorrentes veiculados pelos

principais atores desse debate e a que recomendações de política estão associados esses discursos. Por fim, pode-se contribuir com o desafio levantado por Benoni Belli e Filipe Nasser (2014), ambos diplomatas de carreira, em artigo recente a respeito dos *think tanks* dos EUA e das estratégias de inserção do Brasil no debate global gestado no âmbito dessas instituições. Tal desafio consiste em não apenas buscar informar acadêmicos, decisores e o público em geral quanto aos discursos produzidos sobre temas de interesse para o Brasil pelos *think tanks* de países estratégicos, como também, em alguma medida, capacitar atores brasileiros a se tornarem sujeitos na definição de discursos que, potencialmente, impactam a inserção internacional do Brasil.

## 5. REFERÊNCIAS

ACUÑA, Carlos H. Enseñanzas, mitos y realidades de la coordinación entre la sociedad civil y el Estado en América Latina (Un análisis comparativo de la incidencia de think tanks y su coordinación con el Estado para mejorar políticas y programas de combate a la pobreza en México, Brasil, Ecuador y Uruguay). In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CENTRO LATINOAMERICANO DE ADMINISTRACIÓN PARA EL DESARROLLO (CLAD) SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 14, 2009, Salvador. **Anais...** Caracas: CLAD, 2009.

ALBRECHT, Sascha. **Seemacht Brasilien?** Maritime Ambitionen einer aufstrebenden Macht im Südatlantik. Berlin: SWP, 2011. 34 p. (SWP Studie 21). Disponível em: <[http://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/studien/2011\\_S21\\_alr\\_ks.pdf](http://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/studien/2011_S21_alr_ks.pdf)>. Acesso em: 29 fev. 2016.

AYERBE, Luis Fernando. Percepções norte-americanas sobre os impasses na América Latina. In: DUPAS, Gilberto (Coord.). **América Latina no início do século XXI:** perspectivas econômicas, sociais e políticas. Rio de Janeiro/São Paulo: Konrad Adenauer Stiftung/Ed. UNESP, 2005. 340 p.

BÉLANGER, Iyves; FLEURANT, Aude; MASSON, Helene; QUÉAU, Yannick. **Les mutations de l'industrie de défense:** regards croisés sur trois continents – Amérique du Nord – Europe – Amérique du Sud. Paris: IRSEM, 2012. 183 p. (Cahiers de l'IRSEM, n° 10). Disponível em: <<http://www.defense.gouv.fr/content/download/166393/1785747/file/Cahier%2010%20-%202012.pdf>>. Acesso em: 29 fev. 2016.

BELLI, Benoni; NASSER, Filipe. Ideias de política e políticas das ideias: a paisagem dos *think tanks* nos EUA e as estratégias de inserção do Brasil no debate global. **Política Externa**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 153-172, out./nov./dez. 2014.

BOYER, Yves; HÉBRARD, Patrick. **L'impact de la montée en puissance de la zone Asie sur le repositionnement des moyens de lutte sous-marine déployés en Atlantique.** Paris: FRS, 2013. 102 p. (Recherches & Documents, n° 06/2013). Disponível em: <[https://www.frstrategie.org/publications/recherches-documents/web/documents/2013/RD\\_201306.pdf](https://www.frstrategie.org/publications/recherches-documents/web/documents/2013/RD_201306.pdf)>. Acesso em: 29 fev. 2016.

BRAML, Josef. U.S. and German Think Tanks in Comparative Perspective. **German Policy Studies**, v. 3, n. 2, p. 222-267, 2006. Disponível em: <<http://www.spaef.com/file.php?id=879>>. Acesso em: 8 dez. 2015.

BRANDENSTEIN, Philipp Freiherr von. Eine sozialistische Renaissance? Anmerkungen zum politischen „Linksruck“ in Südamerika. **Internationale Politik**, Berlin, p. 96-102, 2006. Disponível em: <<https://zeitschrift-ip.dgap.org/de/article/getFullPDF/11935>>. Acesso em: 29 fev. 2016.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional.** Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2012. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política de Defesa Nacional**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm)>. Acesso em: 25 nov. 2013.

BRUN, Élodie. **Brésil-Maghreb**. Globalité nécessaire et enjeux économiques stratégiques. Paris: IFRI, 2011. 33 p. (Note de l'Ifri). Disponível em: <<https://www.ifri.org/sites/default/files/atoms/files/bresilmaghrebglobalitenecessaireeteenjeueconomiquesstrategiques.pdf>>. Acesso em: 29 fev. 2016.

CARPENTIER-TANGUY, Xavier. Diplomatie Intellectuelle? Les think tanks comme acteurs de l'europanisation de la France. **Études Européennes**, Strasbourg, 2010. Disponível em: <<http://www.etudes-europeennes.eu/focus/diplomatie-intellectuelle-les-think-tanks-comme-acteurs-de-leuropeanisation-de-la-france-4.html>>. Acesso em: 12 out. 2015.

CEPIK, Marco Aurélio Chaves. **La politique de défense brésilienne**: institutions, doctrine, capacités et économie. Paris: FRS, 2014. 16 p. (note n° 05/2014).

CERVO, Amado Luiz; LESSA, Antônio Carlos. O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 57, n. 2, p. 133- 151, 2014.

DECKER, Claudia; MILDNER, Stormy-Annika. Die neue Macht der Entwicklungsländer – Globale Ambitionen – regionale Verantwortung. **Internationale Politik**, Berlim, n. 3, p. 17-25, 2005. Disponível em: <<https://zeitschrift-ip.dgap.org/de/article/getFullPDF/11537>>. Acesso em: 29 fev. 2016.

DELORY, Stéphane. **Non prolifération des missiles**: une approche alternative. Paris: FRS, 2011. 50 p. (Recherches & Documents, n° 02/2011). Disponível em: <[http://mercury.ethz.ch/serviceengine/Files/ISN/131216/ipublicationdocument\\_singledocument/e9ff0acf-5c00-488f-9397-1787e2e1bd08/en/RD\\_201102.pdf](http://mercury.ethz.ch/serviceengine/Files/ISN/131216/ipublicationdocument_singledocument/e9ff0acf-5c00-488f-9397-1787e2e1bd08/en/RD_201102.pdf)>. Acesso em: 29 fev. 2016.

DERRIDA, Jacques. **Of Grammatology**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1976.

DERRIDA, Jacques. **Writing and Difference**. London: Routledge/Kegan Paul, 1978.

DESMOULINS, Lucile. French Public Policy Research Institutes and Their Political Impact as Another Illustration of the French Exception. In: MCGANN, James G. WEAVER, R. Kent. **Think Tanks and Civil Societies**. Catalysts for Ideas and Action. New Brunswick/London: Transaction Publishers, 2002. p. 139-167.

DESMOULINS, Lucile. **Le Rôle des Think Tanks dans le Processus de Décision de Politique Extérieure**. Analyse Comparée, États-Unis, Royaume-Uni, France. Les limites de "l'import-export institutionnel", le modèle d'expertise anglo-saxon incarné par les think tanks français internationalistes et spécialistes des questions de défense. 2005. 451 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação e da Comunicação) – École des hautes études en sciences de l'information et de la communication, Université Paris-Sorbonne (Paris IV), Paris, 2005.

DESMOULINS, Lucile. Profits symboliques et identité(s): les think tanks entre affirmation et dénégation. **Quaderni**, n. 70, p. 11-27, 2009. Disponível em: <<http://quaderni.revues.org/503>>. Acesso em: 12 out. 2015.

DGAP. Deutsche Gesellschaft für Auswärtige Politik e. V. **DGAPjahresbericht 2014/15**. Berlin: DGAP, 2015. 49 p. Disponível em: <[https://dgap.org/sites/default/files/static\\_page\\_downloads/jbe\\_2014-15\\_gesamt\\_online2.pdf](https://dgap.org/sites/default/files/static_page_downloads/jbe_2014-15_gesamt_online2.pdf)>. Acesso em: 9 jan. 2016.

DIAS RIGOLIN, Camila Carneiro; HAYASHI, Maria Cristina P. A produção de conhecimento institucionalizado nos Think tanks brasileiros: ciência, tecnologia e inovação segundo o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (1995-2010). **Universitas Humanistica**, v. 76, p. 42-76, 2013. Disponível em: <<http://revistas.javeriana.edu.co/index.php/univhumanistica/article/view/3135/5351>>. Acesso em: 02/06/2014.

DIAS RIGOLIN, Camila Carneiro; HAYASHI, Maria Cristina P. I. Por dentro dos “reservatórios de ideias”: uma agenda de pesquisa para os *think tanks* brasileiros. **Liinc em Revista**, v. 8, n. 1, p. 20-33, março 2012. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/460/335>>. Acesso em: 24 ago. 2014.

FIESCHY, Catherine; GAFFNEY, John. French think tanks in comparative perspective. In: STONE, Diane; DENHAM, Andrew (Eds.). **Think Tank traditions: policy analysis across nations**. Manchester: Manchester University Press, 2004. p. 105-119.

FLEMES, Daniel. A Visão Brasileira da Futura Ordem Global. **Contexto Internacional**, v. 32, n. 2, p. 403-436, 2010.

FLEMES, Daniel. Network Powers: strategies of change in the multipolar system. **Third World Quarterly**, v. 34, n. 6, p. 1016–1036, 2013.

FLEMES, Daniel; COOPER, Andrew. Foreign Policy Strategies of Emerging Powers in a Multipolar World: an introductory review. **Third World Quarterly**, v. 34, n. 6, p. 943–962, 2013.

FLEMES, Daniel; SARAIVA, Miriam. Potências emergentes na ordem de redes: o caso do Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 57, n. 2, p. 214-232, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Discipline and Punish: The Birth of the Prison**. London: Penguin Books, 1977.

FOUCAULT, Michel. **The Archaeology of Knowledge**. London: Tavistock Publications, 1974 [1969].

FOUCAULT, Michel. **The Order of Things: An Archaeology of the Human Sciences**. New York: Random House, 1970.

FRANÇA, André Morais. **As representações da política externa brasileira por *think tanks* estadunidenses (2001-2014)**. 2015. 75 f. Monografia (Graduação em Relações

Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

GRATIUS, Susanne. Brasilien und die EU: Wachsende Distanz trotz Wertegemeinschaft. In: LANG, Kai-Olaf; WACKER, Gudrun (Orgs.). **Die EU im Beziehungsgefüge großer Staaten** – komplex – kooperativ – krisenhaft. Berlin: SWP, 2013. 133 p. (SWP Studie 25). Disponível em: <[http://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/studien/2013\\_S25\\_lng\\_wkr.pdf](http://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/studien/2013_S25_lng_wkr.pdf)>. Acesso em: 29 fev. 2016.

GRATIUS, Susanne. **Die Außenpolitik der Regierung Lula** – Brasiliens Aufstieg von einer diskreten Regional – zu einer kooperativen Führungsmacht. Berlin: SWP, 2004. 29 p. (SWP Studie 7). Disponível em: <[http://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/studien/2004\\_S07\\_grt\\_ks.pdf](http://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/studien/2004_S07_grt_ks.pdf)>. Acesso em: 29 fev. 2016.

GRATIUS, Susanne. Gleiche Ziele, andere Wege – Ein Porträt der Präsidenten von Chile, Venezuela und Brasilien. **Internationale Politik**, Berlin, n. 7, p. 76-83, 2005. Disponível em: <<https://zeitschrift-ip.dgap.org/de/article/getFullPDF/11668>>. Acesso em: 29 fev. 2016.

GROS, Denise Barbosa. Institutos liberais, neoliberalismo e políticas públicas na Nova República. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 54, fev. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n54/a09v1954.pdf>>. Acesso em: 31 mai. 2014.

GROS, Denise Barbosa. **Institutos Liberais e Neoliberalismo no Brasil da Nova República**. Tese de Doutorado (Ciência Política Unicamp). Teses FEE número 6. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2003. Disponível em: <[http://cdn.fee.tche.br/teses/teses\\_fee\\_06.pdf](http://cdn.fee.tche.br/teses/teses_fee_06.pdf)>. Acesso em: 31/05/2014.

HANSEN, Lene. **Security as Practice**. Discourse Analysis and the Bosnian War. London/New York: Routledge, 2006. 239 p.

HUSAR, Jörg; MAIHOLD, Günther. **Neue Prioritäten im Mercosur** – der Beitritt Venezuelas und seine Folgen für das südamerikanische Integrationsbündnis. Berlin: SWP, 2006. 4 p. (SWP Aktuell 36). Disponível em: <[http://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/aktuell/Akt36\\_06\\_ILM\\_Husar\\_Ks.pdf](http://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/aktuell/Akt36_06_ILM_Husar_Ks.pdf)>. Acesso em: 29 fev. 2016.

IFRI. Institut Français des Relations Internationales. **Rapport d'activité 2013**. Paris: IFRI, 2013. Disponível em: <<https://www.ifri.org/fr/rapport-dactivite>>. Acesso em: 12 out. 2015.

JANNING, Josef. Who's Afraid of BRICS? Can Europe deal with the emerging global powers? **IP Journal**, Berlin, 2013. Disponível em: <<https://dgap.org/en/think-tank/experts/864>>. Acesso em: 22 jan. 2015.

KAHLER, Miles. Rising powers and global governance: negotiating change in a resilient status quo. **International Affairs**, v. 89, issue 3, p. 711–729, 2013.

KING, Gary; KEOHANE, Robert; VERBA, Sidney. **Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research**. Nova Jersey: Princeton University Press, 1994.

KRISTEVA, Julia. **Desire in Language: A Semiotic Approach to Literature and Art**. New York: Columbia University Press, 1980.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics**. London: Verso, 1985.

LESSA, Antônio Carlos. **Uma Parceria em Construção: as relações entre França e Brasil, 1945-2000**. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2013. 192 p.

LIMA, Maria Regina Soares de. Brazil Rising – the country's new status means reconciling divergent interests with the North, the South, and its neighbours. **IP Journal**, Berlim, 2008.

LIMA, Maria Regina Soares de. Relações Interamericanas: a nova agenda sulamericana e o Brasil. **Lua Nova**, São Paulo, v. 90, p. 167-201, 2013.

LIMA, Maria Regina Soares de; HIRST, Mônica. Brazil as an intermediate and regional power: action, choice and responsibilities. **International Affairs**, v. 82, n. 1, p. 21-40, 2006.

MAIHOLD, Günther. **Brasiliens Aufstieg in die 1. Liga der EU-Außenbeziehungen – Potential und Grenzen der neuen strategischen Partnerschaft**. Berlim: SWP, 2007. 4 p. (SWP Aktuell 40). Disponível em: <[http://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/aktuell/2007A40\\_ilm\\_ks.pdf](http://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/aktuell/2007A40_ilm_ks.pdf)>. Acesso em: 29 fev. 2016.

MAIHOLD, Günther. **Die südamerikanische Staatengemeinschaft – Ein neuer Partner für die EU in Lateinamerika?** Berlim: SWP, 2004. 4 p. (SWP Aktuell 60). Disponível em: <[http://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/aktuell/aktuell2004\\_60\\_ilm\\_ks.pdf](http://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/aktuell/aktuell2004_60_ilm_ks.pdf)>. Acesso em: 29 fev. 2016.

MAIHOLD, Günther. **Zeitenwende in Lateinamerika – Venezuela und Kuba nach Hugo Chávez**. Berlim: SWP, 2013. 4 p. (SWP Aktuell 2). Disponível em: <[https://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/aktuell/2013A02\\_ilm.pdf](https://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/aktuell/2013A02_ilm.pdf)>. Acesso em: 29 fev. 2016.

MAIHOLD, Günther; ZILLA, Claudia. **Die neue politische Landkarte Lateinamerikas**. Berlim: SWP, 2006. 4 p. (SWP Aktuell 6). Disponível em: <[http://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/aktuell/aktuell2006\\_06\\_ilm\\_zll\\_ks.pdf](http://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/aktuell/aktuell2006_06_ilm_zll_ks.pdf)>. Acesso em: 29 fev. 2016.

MAIHOLD, Günther; ZILLA, Claudia. **Geteilte Sicherheit in Lateinamerika – Neue regionale Initiative und das Engagement der USA**. Berlim: SWP, 2008. 8 p. (SWP Aktuell 36). Disponível em: <[http://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/aktuell/2008A36\\_ilm\\_zll\\_ks.pdf](http://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/aktuell/2008A36_ilm_zll_ks.pdf)>. Acesso em: 29 fev. 2016.

MALCHER, Ingo. Pragmatischer Staatskapitalismus – das brasilianische Modell war bislang erfolgreich. Aber ist es zukunftsfähig? **IP Journal**, Berlim, p. 12-19, 2013. (Länderporträt Brasilien). Disponível em: <<https://zeitschrift-ip.dgap.org/de/article/getFullPDF/24020>>. Acesso em: 29 fev. 2016.

MASSON, Hélène; PAULIN, Cédric. **Perspectives d'évolution de l'industrie de défense en Europe**. Paris: FRS, 2007. 191 p. (Recherches & Documents). Disponível em: <[https://www.frstrategie.org/publications/recherches-documents/web/documents/2007/RD\\_20070901.pdf](https://www.frstrategie.org/publications/recherches-documents/web/documents/2007/RD_20070901.pdf)>. Acesso em: 29 fev. 2016.

MATTOS, Fernando Preusser de. **Agendas de Segurança do Brasil e dos Estados Unidos da América para o Entorno Estratégico Brasileiro**. 2013. 76 f. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/96711>>. Acesso em: 10 out. 2015.

MATTOS, Fernando Preusser de. Fundações Partidárias e Think Tanks no Brasil: uma proposta de análise. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA, 6, 2015, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UFPR, 2015. Disponível em: <[http://www.e-democracia.com.br/sociologia/anais\\_2015/pdf/AMSH.pdf](http://www.e-democracia.com.br/sociologia/anais_2015/pdf/AMSH.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2015.

MCGANN, James G. **2008 Global Go To Think Tank Index Report**. Philadelphia, PA: University of Pennsylvania, 2008. Disponível em: <<http://gotothinktank.com/>>. Acesso em: 05 mar. 2015.

MCGANN, James G. **2009 Global Go To Think Tank Index Report**. Philadelphia, PA: University of Pennsylvania, 2009. Disponível em: <<http://gotothinktank.com/>>. Acesso em: 05 mar. 2015.

MCGANN, James G. **2010 Global Go To Think Tank Index Report**. Philadelphia, PA: University of Pennsylvania, 2010. Disponível em: <<http://gotothinktank.com/>>. Acesso em: 05 mar. 2015.

MCGANN, James G. **2011 Global Go To Think Tank Index Report**. Philadelphia, PA: University of Pennsylvania, 2011. Disponível em: <<http://gotothinktank.com/>>. Acesso em: 05 mar. 2015.

MCGANN, James G. **2012 Global Go To Think Tank Index Report**. Philadelphia, PA: University of Pennsylvania, 2012. Disponível em: <<http://gotothinktank.com/>>. Acesso em: 05 mar. 2015.

MCGANN, James G. **2013 Global Go To Think Tank Index Report**. Philadelphia, PA: University of Pennsylvania, 2013. Disponível em: <<http://gotothinktank.com/>>. Acesso em: 05 mar. 2015.

MCGANN, James G. **2014 Global Go To Think Tank Index Report**. Philadelphia, PA: University of Pennsylvania, 2014. Disponível em: <[http://repository.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1008&context=think\\_tanks/](http://repository.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1008&context=think_tanks/)>. Acesso em: 05 mar. 2015.

MCGANN, James G. WEAVER, R. Kent. **Think Tanks and Civil Societies**. Catalysts for Ideas and Action. New Brunswick/London: Transaction Publishers, 2002.

MEDVETZ, Thomas M. **Think Tanks in America**. Chicago, IL: Chicago University Press, 2012.

MISSIROLI, Antonio; IOANNIDES, Isabelle. European Think Tanks and the EU. **Berlaimont Paper**, issue 2, 2012. (EU Commission – Working Document). Disponível em: <[http://aei.pitt.edu/50005/1/berl\\_papers\\_issue\\_2.pdf](http://aei.pitt.edu/50005/1/berl_papers_issue_2.pdf)>. Acesso em: 12 out. 2015.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **O ‘milagre alemão’ e o desenvolvimento do Brasil**. 1949-2011. 2ª ed. rev. e ampliada. São Paulo: Editora UNESP, 2011. 400 p.

MUXAGATO, Bruno. **Le Brésil et le monde arabe**. Les limites d’un rapprochement Sud-Sud. Paris: IFRI, 2012. 43 p. (Note de l’Ifri). Disponível em: <<https://www.ifri.org/fr/publications/enotes/notes-de-lifri/bresil-monde-arabe-limites-dun-rapprochement-sud-sud>>. Acesso em: 29 fev. 2016.

NARLIKAR, Amrita. Bargaining for a Raise - how new powers test their mettle in the international system. **Internationale Politik**, Berlim, 2012. Disponível em: <<https://ip-journal.dgap.org/en/ip-journal/topics/bargaining-raise-0>>. Acesso em: 22 jan. 2015.

NARLIKAR, Amrita. Introduction. Negotiating the rise of new powers. **International Affairs**, v. 89, issue 3, p. 561-576, 2013.

NASSER, Reginaldo Mattar; MORAES, Rodrigo Fracalossi de. **O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico**: América do Sul e Atlântico Sul. Brasília, DF: IPEA, 2014. 284 p.

NOWAK, Wolfgang. The Rise of the Rest – Thinking about the multipolar world with credible, skeptical optimism. **IP Journal**, Berlim, 2008.

PASTORE, Bruna. Complexo IPES/IBAD, 44 anos depois: Instituto Millenium? **Aurora**, Marília, v. 5, n.2, p. 57-80, jan/jun. 2012.

PATRIOTA, Thomas Cooper. **Le Brésil, un partenaire de l’Afrique qui s’affirme**. Les relations Brésil/Afrique sous les gouvernements Lula (2003-2010). Paris: IFRI, 2011. 72 p. (les études ifri). Disponível em: <<https://www.ifri.org/sites/default/files/atoms/files/bresilafriquethomaspatriota.pdf>>. Acesso em: 29 fev. 2016.

PATRY, Jean-Jacques; GROS, Philippe. **Puissance aérospatiale et sécurité au XXIème siècle**. Paris: FRS, 2009. 95 p. (Recherches & Documents, n° 06/2009). Disponível em: <[https://www.frstrategie.org/publications/recherches-documents/web/documents/2009/RD\\_200906.pdf](https://www.frstrategie.org/publications/recherches-documents/web/documents/2009/RD_200906.pdf)>. Acesso em: 29 fev. 2016.

PERTHES, Volker. [Scientific policy advice and foreign policymaking – Stiftung Wissenschaft und Politik \(SWP\), the German Institute for International and Security Affairs](#). In: LETSCH, Justus; WEINGART, Peter (Eds.). **The Politics of Scientific Advice**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. p. 286 – 294. Disponível em: <[http://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/fachpublikationen/1106\\_Prt\\_Scientific\\_Policy\\_Advice\\_KS.pdf](http://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/fachpublikationen/1106_Prt_Scientific_Policy_Advice_KS.pdf)>. Acesso em: 8 jan. 2016.

PERTHES, Volker. Zwischen Hofnarr und Agendasetter. Über wissenschaftliche Politikberatung in der Außen- und Sicherheitspolitik. **Internationale Politik**, Berlin, p. 114-123, 2007.

PICARD, Michel; TERTRAIS, Bruno. **La propulsion nucléaire, un savoir-faire indispensable à la souveraineté nationale**. Paris: FRS, 2006. 92 p. (Recherches & Documents). Disponível em: <[https://www.frstrategie.org/publications/recherches-documents/web/documents/2006/RD\\_20060630.pdf](https://www.frstrategie.org/publications/recherches-documents/web/documents/2006/RD_20060630.pdf)>. Acesso em: 29 fev. 2016.

RIECK, Christian E. Eine Frage der Souveränität – Nicht nur in Energiebereich geht Südamerika eigene Wege. **Internationale Politik**, Berlin, n. 9, p. 110-116, 2006. Disponível em: <<https://zeitschrift-ip.dgap.org/de/article/getFullPDF/11645>>. Acesso em: 29 fev. 2016.

SARAIVA, Miriam Gomes. Brazilian foreign policy towards South America during the Lula Administration: caught between South America and Mercosur. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 53, ed. especial, p. 151-168, 2010.

SCHMUCKER, Claudia. Auf dem Vormarsch – Der globale Einfluss der Schwellenländer wächst. **Internationale Politik**, Berlin, n. 9, p. 19-23, 2006. Disponível em: <[http://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/12232/ssoar-ip-2006-9-schmucker-auf\\_dem\\_vormarsch.pdf?sequence=1](http://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/12232/ssoar-ip-2006-9-schmucker-auf_dem_vormarsch.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 29 fev. 2016.

SEIXAS CORRÊA, Luiz Felipe de (Org.). **O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006**. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007. 768 p. Disponível em: [http://funag.gov.br/loja/download/996-Brasil\\_nas\\_Nacoes\\_Unidas\\_1946-2006\\_O.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/996-Brasil_nas_Nacoes_Unidas_1946-2006_O.pdf). Acesso em: 10 ago. 2015.

SILVA, Helder Pereira da. **A Política de Defesa Nacional e as diretrizes para o planejamento militar**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.

SILVEIRA, Luciana. **Fabricação de ideias, produção de consenso**: estudo de caso do Instituto Millenium. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2013.

SKARZYNSKA, Monika. **Das Bild Brasiliens in der deutschen Presse**. Eine inhaltsanalytische Studie der Amtszeit von Präsident Lula in den Jahren 2003 bis 2010. Norderstedt: GRIN Verlag GmbH, 2013. 128 p.

SOARES, Júnia Rosa. **Think Tanks**: Organização Sistêmica de Conhecimentos Relevantes a Política Pública no Brasil. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade do Estado de Santa Catarina, 2009. Disponível em: <[http://tede.udesc.br/tde\\_busca/processaPesquisa.php?listaDetalhes%5B%5D=637&processar=Processar](http://tede.udesc.br/tde_busca/processaPesquisa.php?listaDetalhes%5B%5D=637&processar=Processar)>. Acesso em: 01 jun. 2014.

SOMBRA SARAIVA, José Flávio. The new Africa and Brazil in the Lula era: the rebirth of Brazilian Atlantic Policy. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 53, ed. especial, p. 169-182, 2010.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, jul/dez. 2006.

SPETH, Rudolf. Think Tanks as New Channels of Influence within the Political System of Germany. In: RICH, Andrew; MCGANN, James; WEAVER, Kent; GARNETT, Mark; THUNERT, Martin; SPETH, Rudolf; TRAUB-MERZ, Rudolf; YE, Yang (Orgs.). **Think Tanks in Policy Making – Do They Matter?** Shanghai: Friedrich-Ebert-Stiftung Shanghai Office, 2011. (Briefing Paper Shanghai Special Issue). p. 55-60.

STONE, Diane. **Capturing the Political Imagination**. Think Tanks and the Policy Process. London/Portland, OR: Frank Cass, 1996.

STONE, Diane. Recycling Bins, Garbage Cans or Think Tanks? Three myths regarding policy analysis institutes. **Public Administration**, v. 85, n. 2, p. 259-278, 2007.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. A Agenda de Defesa do Brasil para a América do Sul. In: ARTURI, Carlos Schmidt (Org.). **Políticas de Defesa, Inteligência e Segurança**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2014. p. 48-65. (Coleção Capacidade Estatal e Democracia). Disponível em: <[https://www.ufrgs.br/cegov/files/pub\\_38.pdf](https://www.ufrgs.br/cegov/files/pub_38.pdf)>. Acesso em: 16 jan. 2016.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz; MATTOS, Fernando Preusser de; DUQUE ESTRADA, Rodrigo. A lenta construção da identidade sul-americana do Brasil: regionalismo e integração no discurso do Brasil na Assembleia Geral da ONU (1985-2015). In: SVARTMAN, Eduardo Munhoz; SILVA, André Luiz Reis da (Orgs.). **Sul Global: Relações Internacionais e Desenvolvimento no Século XXI**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. No prelo.

TEIXEIRA, Tatiane. **Os Think tanks e sua influência na política externa dos EUA**. Rio de Janeiro: UFF, Revan, 2007.

TEIXEIRA, Tatiane. Brazilian think tanks and their search for identity and recognition. 2012. In: CONGRESS OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, 2012, San Francisco. **Anais Eletrônicos...** San Francisco, California May 23-26, 2012. Disponível em: <<https://halshs.archives-ouvertes.fr/hal-00817729/document>>. Acesso em: 26 out. 2014.

TEIXEIRA, Tatiane. Os BRICS na visão dos principais *think tanks* Norte-Americanos. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 132-145, jul.-dez. 2011.

TERTRAIS, Bruno. **Peut-on prévoir la prolifération nucléaire?** Paris: FRS, 2011. 38 p. (Recherches & Documents, n° 04/2011). Disponível em: <[https://www.frstrategie.org/publications/recherches-documents/web/documents/2011/RD\\_201104.pdf](https://www.frstrategie.org/publications/recherches-documents/web/documents/2011/RD_201104.pdf)>. Acesso em: 29 fev. 2016.

THUNERT, Martin. Think Tanks in Germany. In: RICH, Andrew; MCGANN, James; WEAVER, Kent; GARNETT, Mark; THUNERT, Martin; SPETH, Rudolf; TRAUB-MERZ, Rudolf; YE, Yang (Orgs.). **Think Tanks in Policy Making – Do They Matter?** Shanghai: Friedrich-Ebert-Stiftung Shanghai Office, 2011. (Briefing Paper Shanghai Special Issue). p. 43-54.

THUNERT, Martin. Think tanks in Germany. In: STONE, Diane; DENHAM, Andrew (Eds.). **Think Tank traditions: policy analysis across nations**. Manchester: Manchester University Press, 2004. p. 71-88.

VALLADÃO, Alfredo G. A. **Brésil – une défense sans menace**. Paris: FRS, 2014. 8 p. (note n° 04/2014). Disponível em: <[http://mercury.ethz.ch/serviceengine/Files/ISN/179074/ipublicationdocument\\_singledocument/53ea402d-3847-49b0-b61a-91510646cc2c/fr/201404.pdf](http://mercury.ethz.ch/serviceengine/Files/ISN/179074/ipublicationdocument_singledocument/53ea402d-3847-49b0-b61a-91510646cc2c/fr/201404.pdf)>. Acesso em: 29 fev. 2016.

VAZ, Alcides Costa. **Agenda de sécurité et processus décisionnel dans la politique étrangère brésilienne**. Paris: FRS, 2014. 12 p. (note n° 06/2014).

VISENTINI, Paulo Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. O Atlântico Sul como Espaço Estratégico para o Brasil: Política Externa e de Defesa. In: ARTURI, Carlos Schmidt (Org.). **Políticas de Defesa, Inteligência e Segurança**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2014. p. 84-98. (Coleção Capacidade Estatal e Democracia). Disponível em: <[https://www.ufrgs.br/cegov/files/pub\\_38.pdf](https://www.ufrgs.br/cegov/files/pub_38.pdf)>. Acesso em: 16 jan. 2016.

WEILEMANN, Peter R. Experiences of a Multidimensional Think Tank: The Konrad-Adenauer-Stiftung. In: MCGANN, James G. WEAVER, R. Kent. **Think Tanks and Civil Societies**. Catalysts for Ideas and Action. New Brunswick/London: Transaction Publishers, 2002. p. 169-186.

WIDMANN, Carlos. Linksruck als Ladenhüter - Lateinamerika, wo der Sozialismus eine Zukunft zu haben schien. **Internationale Politik**, Berlim, n. 2, p. 92-96, 2010. Disponível em: <<https://zeitschrift-ip.dgap.org/de/article/getFullPDF/15234>>. Acesso em: 29 fev. 2016.

ZILLA, Claudia. **Brasilianische Außenpolitik – Nationale Tradition, Lulas Erbe und Dilmars Optionen**. Berlim: SWP, 2011. 38 p. (SWP Studie 29). Disponível em: <[https://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/studien/2011\\_S29\\_zll\\_ks.pdf](https://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/studien/2011_S29_zll_ks.pdf)>. Acesso em: 29 fev. 2016.

ZILLA, Claudia; HARIG, Christoph. **Brasilien als «Emerging Donor» – Politische Distanz und operative Nähe zu den traditionellen Gebern**. Berlim: SWP, 2012. 22 p. (SWP Studie 7). Disponível em: <[https://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/studien/2012\\_S07\\_zll\\_harig.pdf](https://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/studien/2012_S07_zll_harig.pdf)>. Acesso em: 29 fev. 2016.

**ANEXO 1 – Posição e categorias dos principais *think tanks* da Alemanha e da França segundo o *Global Go To Think Tank Index Report (2008-2014)***

**1. ALEMANHA**

**1.1 Stiftung Wissenschaft und Politik (SWP)**

Ano	Posição e Categorias
2008	8º - Top 10 Think Tanks - Worldwide (Non-U.S.) (Tabela 2)
	11º - Top 25 Think Tanks in Western Europe (Tabela 10)
2009	10º - Top 50 Think Tanks – Worldwide (Non-U.S) (Tabela 3)
	19º - Top 40 Think Tanks in Western Europe (Tabela 10)
2010	20º - Top 50 Think Tanks – Worldwide (Non-U.S) (Tabela 2)
	16º - Top 25 Think Tanks in Western Europe (Tabela 8)
	16º - Top 25 Security and International Affairs Think Tanks (Tabela 14)
	17º - Outstanding Policy-Oriented Public Policy Research Program (Tabela 22)
	24º - Greatest Impact on Public Policy (Tabela 26)
2011	15º - Top Fifty Think Tanks – Worldwide (Non-U.S) (Tabela 2)
	11º - Top Thirty Think Tanks – Worldwide (US and Non-US) (Tabela 3)
	13º - Top 50 Think Tanks in Western Europe (Tabela 5)

	10º - Top 50 Security and International Affairs Think Tanks (Tabela 12)
	24º - Think Tanks with Outstanding Policy-Oriented Public Policy Research Programs (Tabela 23)
	25º - Think Tanks with the Greatest Impact on Public Policy (Global) (Tabela 27)
	2º - Best Government Affiliated Think Tanks (Tabela 29)
2012	13º - Top 100 Think Tanks – Worldwide (Non-U.S) (Tabela 2)
	13º - Top 1 50 Think Tanks – Worldwide (U.S. and Non-U.S) (Tabela 3)
	14º - Top 75 Think Tanks in Western Europe (Tabela 5)
	12º - Top 70 Security and International Affairs Think Tanks (Tabela 13)
	26º - Think Tanks with Outstanding Policy-Oriented Research Programs (Tabela 26)
	48º - Think Tanks with the Best External Relations/Public Engagement Program (Tabela 29)
	31º - Think Tanks with the Most Significant Impact on Public Policy (Tabela 30)
2013	32º - Best Policy Study/Report Produced by a Think Tank 2011-2012 (Tabela 37)
	17º - Top Think Tanks Worldwide (Non-U.S.) (Tabela 2)
	14º - Top Think Tanks Worldwide (U.S. and Non-U.S.) (Tabela 3)
	12º - Top Think Tanks in Western Europe (Tabela 12)

	31º - Top Defense and National Security Think Tanks (Tabela 14)
	6º - Top Foreign Policy and International Affairs Think Tanks (Tabela 19)
	39º- Best Institutional Collaboration Involving Two or More Think Tanks (Tabela 29)
	13º- Best New Idea or Paradigm Developed by a Think Tank (Tabela 31)
	24º - Best Think Tank Conference (Tabela 34)
2014	31º - Best Think Tank Network (Tabela 35)
	27º - Think Tanks with the Best External Relations/Public Engagement Program (Tabela 41)
	22º - Think Tanks with the Most Significant Impact on Public Policy (Tabela 45)
	24º - Think Tanks with Outstanding Policy-Oriented Public Programs (Tabela 46)
	17º - Top Think Tanks Worldwide (Non-U.S.) (Tabela 2)
	14º - Top Think Tanks Worldwide (U.S. and Non-U.S.) (Tabela 3)
2014	14º - Top Think Tanks in Western Europe (Tabela 12)
	29º - Top Defense and National Security Think Tanks (Tabela 14)
	12º - Top Foreign Policy and International Affairs Think Tanks (Tabela 19)
	43º- Best Institutional Collaboration Involving Two or More Think Tanks (Tabela 30)
	25º - Best Think Tank Conference (Tabela 35)
	31º - Best Think Tank Network

	(Tabela 36)
	28° - Think Tanks with the Best External Relations/Public Engagement Program (Tabela 42)
	39° - Think Tanks with the Best Use of the Media (Print or Electronic) (Tabela 44)
	30° - Think Tanks with the Most Significant Impact on Public Policy (Tabela 46)
	24° - Think Tanks with Outstanding Policy-Oriented Public Programs (Tabela 47)

**1.2 Deutsche Gesellschaft für Auswärtige Politik (DGAP)**

Ano	Posição e Categorias
2008	7° - Top 10 Think Tanks - Worldwide (Non-U.S.) (Tabela 2)
	23° - Top 25 Think Tanks in Western Europe (Tabela 10)
2009	16° - Top 50 Think Tanks – Worldwide (Non-U.S) (Tabela 3)
	14° - Top 40 Think Tanks in Western Europe (Tabela 10)
2010	45° - Top 50 Think Tanks – Worldwide (Non-U.S) (Tabela 2)

	14° - Top 25 Think Tanks in Western Europe (Tabela 8)
	24° - Top 25 Security and International Affairs Think Tanks (Tabela 14)
	19° - Outstanding Policy-Oriented Public Policy Research Program (Tabela 22)
	17° - Best External Relations / Public Engagement Program (Tabela 25)
	22° - Greatest Impact on Public Policy (Tabela 26)
2011	22° - Top Fifty Think Tanks – Worldwide (Non-U.S) (Tabela 2)
	15° - Top 50 Think Tanks in Western Europe (Tabela 5)
	16° - Top 50 Security and International Affairs Think Tanks (Tabela 12)
2012	28° - Think Tanks with the Best External Relations/Public Engagement Programs (Tabela 26)
	30° - Top 100 Think Tanks – Worldwide (Non-U.S) (Tabela 2)
	26° - Top 150 Think Tanks – Worldwide (U.S. and Non-U.S) (Tabela 3)
	19° - Top 75 Think Tanks in Western Europe (Tabela 5)

	22° - Top 70 Security and International Affairs Think Tanks (Tabela 13)
	54° - Think Tanks with Outstanding Policy-Oriented Research Programs (Tabela 26)
	35° - Think Tanks with the Best External Relations/Public Engagement Program (Tabela 29)
2013	64° - Think Tanks with the Most Significant Impact on Public Policy (Tabela 30)
	17° - Top Think Tanks Worldwide (Non-U.S.) (Tabela 2)
	14° - Top Think Tanks Worldwide (U.S. and Non-U.S.) (Tabela 3)
	12° - Top Think Tanks in Western Europe (Tabela 12)
	31° - Top Defense and National Security Think Tanks (Tabela 14)
	6° - Top Foreign Policy and International Affairs Think Tanks (Tabela 19)
	39° - Best Institutional Collaboration Involving Two or More Think Tanks (Tabela 29)
	13° - Best New Idea or Paradigm Developed by a Think Tank (Tabela 31)
	24° - Best Think Tank Conference (Tabela 34)

	31° - Best Think Tank Network (Tabela 35)
	27° - Think Tanks with the Best External Relations/Public Engagement Program (Tabela 41)
	22° - Think Tanks with the Most Significant Impact on Public Policy (Tabela 45)
	24° - Think Tanks with Outstanding Policy-Oriented Public Programs (Tabela 46)
2014	27° - Top Think Tanks Worldwide (Non-U.S.) (Tabela 2)
	33° - Top Think Tanks Worldwide (U.S. and Non-U.S.) (Tabela 3)
	21° - Top Think Tanks in Western Europe (Tabela 12)
	31° - Top Foreign Policy and International Affairs Think Tanks (Tabela 19)
	45° - Best Institutional Collaboration Involving Two or More Think Tanks (Tabela 30)
	59° - Best Transdisciplinary Research Program at a Think Tank (Tabela 38)
	59° - Best Think Tank Conference (Tabela 34)
	59° - Best Use of Social Networks (Tabela 40)

	46° - Think Tanks with the Best External Relations/Public Engagement Program (Tabela 42)
	34° - Think Tanks with the Most Significant Impact on Public Policy (Tabela 46)
	59° - Think Tanks with Outstanding Policy-Oriented Public Programs (Tabela 47)

## 2. FRANÇA

### 2. 1. Institut Français des Relations Internationales (IFRI)

Ano	Posição e Categorias
2008	9° - Top 10 Think Tanks – Worldwide (Non-U.S.) (Tabela 2)
	9° - Top 50 Think Tanks – Worldwide (Non-U.S.) (Tabela 3)
	4° - Top 25 Think Tanks in Western Europe (Tabela 10)
2009	10° - Top 10 Security and International Affairs Think Tanks (Tabela 16)
	8° - Top 50 Think Tanks – Worldwide (Non-U.S.) (Tabela 3)
2010	3° - Top 40 Think Tanks in Western Europe (Tabela 10)
	14° - Top 50 Think Tanks – Worldwide (Non-U.S.) (Tabela 2)
	3° - Top 25 Think Tanks in Western Europe (Tabela 8)
	19° - Top 25 Security and International Affairs Think Tanks (Tabela 14)

	18° - Think Tanks with the Most Innovative Policy Ideas/Proposals (Tabela 20)
	25° - Outstanding Policy-Oriented Public Policy Research Program (Tabela 22)
	12° - Top Fifty Think Tanks – Worldwide (Non-U.S.) (Tabela 2)
	12° - Top 50 Think Tanks in Western Europe (Tabela 5)
2011	13° - Top 50 Security and International Affairs Think Tanks (Tabela 12)
	15° - Think Tanks with the Most Innovative Policy Ideas/Proposals (Tabela 21)
	29° - Think Tanks with Outstanding Policy-Oriented Public Policy Research Programs (Tabela 23)
2012	12° - Top 100 Think Tanks – Worldwide (Non-U.S.) (Tabela 2)
	22° - Top 150 Think Tanks – Worldwide (U.S. and Non-U.S.) (Tabela 3)
	12° - Top 75 Think Tanks in Western Europe (Tabela 5)
	13° - Top 70 Security and International Affairs Think Tanks (Tabela 13)
	22° - Think Tanks with the Most Innovative Policy Ideas/Proposals (Tabela 24)
2013	27° - Think Tanks with Outstanding Policy-Oriented Research Programs (Tabela 26)
	12° - Top Think Tanks Worldwide (Non-U.S.) (Tabela 2)
	25° - Top Think Tanks Worldwide (U.S. and Non-U.S.) (Tabela 3)
	14° - Top Think Tanks in Western Europe (Tabela 12)

	35° - Top Defense and National Security Think Tanks (Tabela 14)
	11° - Top Foreign Policy and International Affairs Think Tanks (Tabela 19)
	37° - Best Institutional Collaboration Involving Two or More Think Tanks (Tabela 29)
	24° - Best New Idea or Paradigm Developed by a Think Tank (Tabela 31)
	29° - Best Think Tank Conference (Tabela 34)
	57° - Best Transdisciplinary Research Program at a Think Tank (Tabela 37)
	57° - Best Use of Social Networks
	30° - Think Tanks with the Most Innovative Policy Ideas/Proposals (Tabela 44)
	57° Think Tanks with Outstanding Policy-Oriented Public Programs (Tabela 46)
	6° - Top Think Tanks Worldwide (Non-U.S.) (Tabela 2)
2014	20° - Top Think Tanks Worldwide (U.S. and Non-U.S.) (Tabela 3)
	4° - Top Think Tanks in Western Europe

	(Tabela 12)
	32° - Top Defense and National Security Think Tanks (Tabela 14)
	15° - Top Foreign Policy and International Affairs Think Tanks (Tabela 19)
	41° - Best Institutional Collaboration Involving Two or More Think Tanks (Tabela 30)
	24° - Best New Idea or Paradigm Developed by a Think Tank (Tabela 32)
	29° - Best Think Tank Conference (Tabela 35)
	57° - Best Transdisciplinary Research Program at a Think Tank (Tabela 38)
	57° - Best Use of Social Networks (Tabela 40)
	32° - Think Tanks with the Best Use of the Media (Print or Electronic) (Tabela 44)
	30° - Think Tanks with the Most Innovative Policy Ideas/Proposals (Tabela 45)
	57° - Think Tanks with Outstanding Policy-Oriented Public Programs (Tabela 47)

## 2.2 Fondation pour la Recherche Stratégique (FRS)

Ano	Posição e Categorias
2013	29° - Top Defense and National Security Think Tanks (Tabela 14)
2014	78° - Top Think Tanks in Western Europe (Tabela 12)
	37° - Top Defense and National Security Think Tanks (Tabela 14)

Fonte: Elaboração própria a partir de McGann (2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014).

## ANEXO 2 – Corpus textual e discursivo da pesquisa – publicações selecionadas

Think Tank	País	Título	Autoria	Extensão	Ano	Tipo de Publicação
SWP	ALE	Die Außenpolitik der Regierung Lula - Brasiliens Aufstieg von einer diskreten Regional- zu einer kooperativen Führungsmacht	Susanne Grätius	29 p.	2004	SWP-Studie
SWP	ALE	Die südamerikanische Staatengemeinschaft - Ein neuer Partner für die EU in Lateinamerika?	Günther Maihold	4 p.	2004	SWP-Aktuell
SWP	ALE	Die neue politische Landkarte Lateinamerikas	Günther Maihold/ Claudia Zilla	4 p.	2006	SWP-Aktuell
SWP	ALE	Neue Prioritäten im Mercosur - der Beitritt Venezuelas und seine Folgen für das südamerikanische Integrationsbündnis	Jörg Husar/ Günther Maihold	4 p.	2006	SWP-Aktuell
SWP	ALE	Brasiliens Aufstieg in die 1. Liga der EU-Außenbeziehungen - Potential und Grenzen der neuen strategischen Partnerschaft	Günther Maihold	4 p.	2007	SWP-Aktuell
SWP	ALE	Geteilte Sicherheit in Lateinamerika - neue regionale Initiative und das Engagement der USA	Günther Maihold/ Claudia Zilla	8 p.	2008	SWP-Aktuell
SWP	ALE	Seemacht Brasilien? Maritime Ambitionen einer aufstrebenden Macht im Südatlantik	Sascha Albrecht	34 p.	2011	SWP-Studie
SWP	ALE	Brasilianische Außenpolitik - Nationale Tradition, Lulas Erbe und Dilmás Optionen	Claudia Zilla	38 p.	2011	SWP-Studie
SWP	ALE	Brasilien als "Emerging Donor" - Politische Distanz und operative Nähe zu den traditionellen Gebern	Claudia Zilla/ Christoph Harig	22 p.	2012	SWP-Studie
SWP	ALE	Die EU im Beziehungsgefüge großer Staaten - komplex - kooperativ – krisenhaft	Kai-Olaf Lang/ Gudrun Wacker/ (Susanne Grätius)	133 p.	2013	SWP-Studie

SWP	ALE	Zeitenwende in Lateinamerika - Venezuela und Kuba nach Hugo Chávez	Günther Maihold	4 p.	2013	SWP-Aktuell
DGAP	ALE	Gleiche Ziele, andere Wege - Ein Porträt der Präsidenten von Chile, Venezuela und Brasilien	Susanne Gratius	7 p.	2005	Internationale Politik
DGAP	ALE	Die neue Macht der Entwicklungsländer - Globale Ambitionen - regionale Verantwortung	Claudia Decker/ Stormy-Annika Mildner	9 p.	2005	Internationale Politik
DGAP	ALE	Auf dem Vormarsch - Der globale Einfluss der Schwellenländer wächst	Claudia Schmucker	5 p.	2006	Internationale Politik
DGAP	ALE	Eine sozialistische Renaissance? Anmerkungen zum politischen „Linksruck“ in Südamerika	Philipp Freiherr von Brandenstein	7 p.	2006	Internationale Politik
DGAP	ALE	Eine Frage der Souveränität - Nicht nur in Energiebereich geht Südamerika eigene Wege	Christian Rieck	7 p.	2006	Internationale Politik
DGAP	ALE	Brazil Rising - the country's new status means reconciling divergent interests with the North, the South, and its neighbours	Maria Regina Soares de Lima	5 p.	2008	DGAP Article Print/IP Journal
DGAP	ALE	The Rise of the Rest - Thinking about the multipolar world with credible, skeptical optimism	Wolfgang Nowak	3 p.	2008	DGAP Article Print/IP Journal
DGAP	ALE	Linksruck als Ladenhüter - Lateinamerika, wo der Sozialismus eine Zukunft zu haben schien	Carlos Widmann	4 p.	2010	Internationale Politik
DGAP	ALE	Bargaining for a Raise - how new powers test their mettle in the international system	Amrita Narlikar	5 p.	2012	DGAP Article Print/IP Journal
DGAP	ALE	Pragmatischer Staatskapitalismus - das brasilianische Modell war bislang erfolgreich. Aber ist es zukunftsfähig?	Ingo Malcher	6 p.	2013	DGAP Article Print/IP die Zeitschrift/ Länderportät Brasilien
DGAP	ALE	Who's Afraid of BRICS? Can Europe deal with the emerging global powers?	Josef Janning	4 p.	2013	DGAP Article Print/IP Journal

IFRI	FR	Le Brésil - un partenaire de l'Afrique qui s'affirme - les relations Brésil/Afrique sous les gouvernements Lula (2003-2010)	Thomas Cooper Patriota	72 p.	2011	les études Ifri
IFRI	FR	Brésil-Maghreb - Globalité nécessaire et enjeux économiques stratégiques	Élodie Brun	33 p.	2011	Note de l'Ifri
IFRI	FR	Le Brésil et le monde arabe - les limites d'un rapprochement Sud-Sud	Bruno Muxagato	43 p.	2012	Note de l'Ifri
FRS	FR	La propulsion nucléaire, un savoir-faire indispensable à la souveraineté nationale	Michel Picard/Bruno Tertrais	92 p.	2006	Recherches & Documents
FRS	FR	Perspectives d'évolution de l'industrie de défense en Europe	Hélène Masson/ Cédric Paulin	191 p.	2007	Recherches & Documents
FRS	FR	Puissance aérospatiale et sécurité au XXIème siècle	Jean-Jacques Patry/ Philippe Gros	95 p.	2009	Recherches & Documents
FRS	FR	Non prolifération des missiles: une approche alternative	Stéphane Delory	50 p.	2011	Recherches & Documents
CSFRS/FRS	FR	Peut-on prévoir la prolifération nucléaire ?	Bruno Tertrais	38 p.	2011	Recherches & Documents
FRS/OEPD/IRSEM	FR	Les mutations de l'industrie de défense: regards croisés sur trois continents - Amérique du Nord - Europe - Amérique du Sud	Iyves Bélanger/Aude Fleurant/ Helene Masson/ Yannick Queau	183 p.	2012	Cahiers de l'IRSEM
FRS	FR	L'impact de la montée en puissance de la zone Asie sur le repositionnement des moyens de lutte sous-marine déployés en Atlantique	Yves Boyer/ Patrick Hébrard	102 p.	2013	Recherches & Documents
FRS	FR	Brésil - une défense sans menace	Alfredo Valladao	8 p.	2014	note n° 4/2014
FRS	FR	La politique de défense brésilienne: institutions, doctrine, capacités et économie	Marco Cepik	16 p.	2014	note n° 5/2014

FRS	FR	Agenda de sécurité et processus décisionnel dans la politique étrangère brésilienne	Alcides Costa Vaz	12 p.	2014	note n° 6/2014
-----	----	---	-------------------	-------	------	----------------

Fonte: Elaboração própria.

ALE: Alemanha -- FR: França -- SWP: Stiftung Wissenschaft und Politik (German Institute for International and Security Affairs) -- DGAP: Deutsche Gesellschaft für Auswärtige Politik e. V. (German Council on Foreign Relations) -- IFRI: Institut Français des Relations Internationales -- FRS: Fondation pour la Recherche Stratégique.